

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**UNIRIO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL**

**MARIA ROSA DOS SANTOS CORREIA**

**MÍDIA E DISCURSO:**  
**A MEMÓRIA DA INSTITUIÇÃO FEDERAL**  
**DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO BRASILEIRO**

**Rio de Janeiro**

**2010**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH  
Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS

**MÍDIA E DISCURSO:  
A MEMÓRIA DA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE  
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO BRASILEIRO**

**Maria Rosa dos Santos Correia**

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Evelyn Goyannes Dill Orrico

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Memória Social, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Memória Social.

Rio de Janeiro  
2010

Correia, Maria Rosa dos Santos

C824

Mídia e Discurso: a memória da instituição federal de preservação do patrimônio brasileiro / Maria Rosa dos Santos Correia – Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010.

158 f.; il.

Orientadora Evelyn Goyannes Dill Orrico.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós- Graduação em Memória Social, 2010.

Inclui bibliografia e anexos.

1. IPHAN. 2. Mídia. 3. Discurso. 4. Memória.

I. Correia, Maria Rosa dos Santos. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social. III. Título.

MARIA ROSA DOS SANTOS CORREIA

**MÍDIA E DISCURSO: A MEMÓRIA DA INSTITUIÇÃO FEDERAL  
DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Memória Social, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Aprovada em 21 de maio de 2010

BANCA EXAMINADORA

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Evelyn Goyannes Dill Orrico**

Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lucia Maria Alves Ferreira**

Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Bethania Sampaio Corrêa Mariani**

Instituto de Letras da UFF

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marialva Carlos Barbosa**

Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF

Dedico este trabalho

ao meu pai, Eduardo, e minha mãe do coração, Adelir,

pelo exemplo de vida e o afeto de todos os dias.

## **Agradecimentos**

Sempre ouvi dizer que o processo de escrita de uma dissertação era um exercício solitário. Apesar de ser só nós, o papel e a caneta, e hoje mais ainda o computador, na verdade, esse percurso, o da escrita, é acompanhado de muitas vozes e pensamentos. Dos pensamentos de pessoas que torceram para que chegássemos onde chegamos e de outras que nos ajudaram a percorrer esse caminho.

Duas dessas pessoas foram essenciais no primeiro momento, as amigas *Clícea Maria de Miranda* e *Vânia Dolores*. A primeira por ter me incentivado e insistido para que eu fizesse o mestrado e a segunda por ter contribuído para que isso se tornasse realidade.

Ao longo de pouco mais de dois anos pude contar com inúmeros colegas e professores da UNIRIO que estavam sempre prontos a ajudar na difícil tarefa de transformar pensamentos e questionamentos em palavras que construiriam o caminho de minha pesquisa. Um desses colegas se tornaria mais que uma amiga, *Nadya Maria Deps Miguel*, sempre pronta a me ajudar em todas as horas, mesmo que distante.

Não poderia deixar de registrar aqui o meu agradecimento às Prof<sup>as</sup> Dr<sup>as</sup> Bethânia Mariani, Lucia Ferreira e Marialva Barbosa, que gentilmente aceitaram participar da banca examinadora e que com suas observações contribuíram para o aprofundamento da presente dissertação. Em especial, agradeço à minha querida orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> *Evelyn Goyannes Dill Orrico*, por todo apoio desde o primeiro dia, mas mais do que isso, por ter sido em todos os momentos a palavra que questionava, instigava e estimulava.

Agradeço, também, às instituições Biblioteca Nacional e Jornal do Brasil, a primeira pela atenção de seus funcionários do setor de periódicos e a segunda pela autorização de uso das imagens nesta dissertação.

Por fim, nada disso seria possível sem o apoio de minha instituição, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que através de minha liberação propiciou a participação em aulas e seminários e o tempo necessário para o processo final de escrita da dissertação.

A todos, que de uma forma ou de outra estiveram presentes nessa minha caminhada, meu muito obrigado!

## RESUMO

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, antigo SPHAN, foi criado em 13/01/1937 e regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro do mesmo ano, tendo como primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade. Apesar de 1937 ter sido o ano de criação da instituição, foi no ano de 1936 que o escritor Mário de Andrade elaborou o anteprojeto do “Serviço do Patrimônio Artístico Nacional” a pedido de Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde Pública, que norteou a criação do SPHAN. O IPHAN foi criado em pleno início do Estado Novo, regime político ditatorial de Getúlio Vargas. Fazia parte do projeto ideológico do Estado Novo a afirmação de uma cultura nacional e o IPHAN encaixava-se nesse projeto. O Estado via na instituição do Patrimônio a possibilidade de vender a imagem de um governo que se preocupava com o povo e sua cultura e que tinha um claro projeto político cultural para a nação brasileira. A presente dissertação tem por objetivo compreender como o discurso sobre a instituição federal de preservação do patrimônio brasileiro, IPHAN, foi construído pela mídia escrita em dois importantes momentos: 1936 e 1937, período de sua institucionalização, e 2007, quando completou 70 anos. Para tanto, serão identificadas as materialidades discursivas que se destacam nas matérias produzidas pela mídia escrita nos dois momentos, tendo por base os estudos da Análise do Discurso de corrente francesa (AD), cujo personagem principal é o filósofo francês Michel Pêcheux. Para a AD a linguagem se materializa no discurso e o discurso é a materialidade da ideologia. Todo discurso é constituído pelas condições de produção sócio-históricas e ideológicas. Não há, portanto, um discurso neutro, ele é impregnado de outros discursos e de sentidos do já-visto, do já-vivido, como, também, de todos os esquecimentos e silenciamentos. Nessa perspectiva, o discurso midiático produz sentidos, contribuindo, dessa forma, para a construção de uma memória e uma identidade sobre o representado. Para este trabalho foi escolhido o Jornal do Brasil como mídia escrita a ser analisada, por ser este um dos jornais mais antigos em circulação no Rio de Janeiro. O interesse em tal discurso recai sobre o seu papel na construção da identidade dessa instituição.

Palavras-chave: IPHAN, Mídia, Discurso e Memória.

## ABSTRACT

The IPHAN (Institute for the Conservation of Brazilian Historical Heritage), formerly SPHAN, was created on January 13<sup>th</sup>, 1937 and regulated by decree-law No. 25 on November 30<sup>th</sup> of the same year, and its first director was Rodrigo Melo Franco de Andrade. Although this institution was officially created in 1937, it was in 1936 that the writer Mário de Andrade prepared the draft bill of the "The National Artistic Heritage Service" at the request of Gustavo Capanema, then Minister of Education and Public Health, who laid the foundational guidelines for the creation of SPHAN. IPHAN was created at the beginning of the *Estado Novo* (New State), Getúlio Vargas's dictatorial political regime. The New State's ideological project emphasized the notion of a national culture and IPHAN fitted well into this project. The foundation of the Heritage Service was seen by the New State as an opportunity to sell the image of a government that cared about the people and its culture and had a clear cultural project policy for the Brazilian nation. The current thesis aims to understand how the discourse about the federal institution in charge of the preservation of Brazilian heritage, IPHAN, was portrayed by the written media at two important moments: in the period 1936-1937, when it was created, and in 2007, when it completed 70 years since its foundation. We will recognize and analyze relevant discursive material taken from the written media at those two moments, using French Discourse Analysis (DA) as our theoretical background, in particular the ideas developed by French philosopher Michel Pêcheux. According to DA, language is materialized in discourse and discourse materializes ideology. Every piece of discourse is determined by its social-historical and ideological conditions of production. Therefore, there is no such a thing as neutral discourse; it is always full of other discourse instances and the meanings of what was seen, experienced and forgotten as well as all that was silenced. From this point of view, mediatic discourse produces meanings, thus helping construct memory and identity of what was represented. *Jornal do Brasil* was chosen as the written media to be analyzed because it is one of the oldest newspapers in existence in Rio de Janeiro. Our interest in such discourse has to do with its role in the construction of IPHAN's identity.

Key-words: IPHAN, Media, Discourse and Memory.

*Só vejo um meio de saber até onde podemos ir:  
é colocar-se em marcha.*

Henri Bergson

## LISTA DE SIGLAS

<b>ABL</b>	Academia Brasileira de Letras
<b>AD</b>	Análise do Discurso
<b>BN</b>	Biblioteca Nacional
<b>CPDOC</b>	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
<b>CNRC</b>	Centro Nacional de Referência Cultural
<b>DIP</b>	Departamento de Imprensa e Propaganda
<b>DPHAN</b>	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>FD</b>	Formação Discursiva
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas
<b>FNpM</b>	Fundação Nacional Pró-Memória
<b>IBPC</b>	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
<b>IBRAM</b>	Instituto Brasileiro de Museus
<b>IMN</b>	Inspetoria de Monumentos Nacionais
<b>INL</b>	Instituto Nacional do Livro
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>IPHAN-RJ</b>	Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro
<b>JB</b>	Jornal do Brasil
<b>MES</b>	Ministério da Educação e Saúde Pública
<b>MINC</b>	Ministério da Cultura
<b>MHN</b>	Museu Histórico Nacional
<b>PCH</b>	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
<b>SD</b>	Seqüência Discursiva
<b>SNI</b>	Serviço Nacional de Informações
<b>SPHAN</b>	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>SPHAN</b>	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>SPHAN</b>	Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1 – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: TRAJETÓRIA E MEMÓRIA</b> .....	18
1.1 CONSTRUINDO O PATRIMÔNIO .....	19
1.1.1. O PATRIMÔNIO NA ERA VARGAS .....	23
1.1.2. INTELECTUAIS NO PATRIMÔNIO .....	24
1.2 O DISCURSO FUNDADOR DO IPHAN .....	29
1.2.1 A ANÁLISE DO DISCURSO E O DISCURSO FUNDADOR .....	29
1.2.2 A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO FUNDADOR DO IPHAN .....	32
1.3 IPHAN: LUGAR DE PODER E DE MEMÓRIA .....	36
<b>CAPÍTULO 2 – A INSTITUIÇÃO MÍDIA</b> .....	44
2.1 A IMPRENSA BRASILEIRA NO SÉCULO XX .....	45
2.2 IMPRENSA E CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS .....	49
2.3 O JORNAL DO BRASIL NOS ANOS DE 1936, 1937 E 2007 .....	53
2.3.1 OS ANOS DE 1936 E 1937 .....	57
2.3.2 O ANO DE 2007 .....	61
<b>CAPÍTULO 3 – O DISCURSO DO JORNAL DO BRASIL SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO</b> .....	65
3.1 O UNIVERSO DA PESQUISA .....	66
3.2 ANALISANDO AS NOTÍCIAS DOS PRIMEIROS ANOS .....	67
3.2.1 NO ANO DE 1936 .....	68
3.2.2 NO ANO DE 1937 .....	71
3.3 ANALISANDO AS NOTÍCIAS NO ANO COMEMORATIVO DOS 70 ANOS .....	74
3.4 COMPARATIVO ENTRE AS ANÁLISES DE 1936-1937 E 2007 .....	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	97
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	101
<b>ANEXOS</b> .....	106

## INTRODUÇÃO

Falar sobre a instituição onde trabalho, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, é ao mesmo tempo difícil e prazeroso. Difícil, por estar intimamente ligada a ele e precisar ser imparcial na minha pesquisa. E prazeroso, quando penso na missão desta instituição, que é a de proteger e preservar o patrimônio cultural brasileiro.

Minha trajetória dentro da instituição inclui o período em que por mais de 10 anos trabalhei na Assessoria de Comunicação e Marketing dessa instituição, na Superintendência do Rio de Janeiro. Dentre as minhas atividades, fui durante muito tempo responsável pelo *clipping*, que tratava da leitura e seleção das matérias de interesse da instituição. Lendo essas matérias percebi que o IPHAN era representado negativamente pela mídia, como sendo uma instituição que não só privava e impedia os cidadãos e as instituições de exercerem plenos poderes sobre seus bens, quando estes são tombados em âmbito federal, mas também cerceava a utilização livre dos espaços públicos. Isso me chamava a atenção. No entanto, não imaginava que tempos depois essa questão faria parte do meu processo de retorno à vida acadêmica.

Em 2007, ano de comemoração dos 70 anos do IPHAN, comecei a elaborar um projeto em que pudesse falar sobre essas duas instituições – IPHAN e Mídia – e investigar se realmente o IPHAN era representado negativamente pela mídia. Em oposição a isso, na publicação *Rodrigo e o SPHAN* (ANDRADE, 1987, p. 24), encontrei algumas matérias jornalísticas<sup>1</sup> que mencionavam a criação do IPHAN, e um claro incentivo à instituição. As leituras me mostraram, então, que os discursos sobre a instituição nesses dois momentos eram diferentes, o que me levou a questionar: se em 1936 as matérias eram de incentivo e apoio à criação da instituição, o que me levava a ter a percepção de que a mídia no ano de 2007 veiculava uma imagem negativa dessa instituição? E a partir daí, a questionar também se minhas impressões poderiam ser confirmadas, a de que no início de sua institucionalização o

---

<sup>1</sup> No *Diário da Noite*, por exemplo, do dia 19/05/1936, no Rio de Janeiro, pode-se ler: “Mais um relevante trabalho do ministro Gustavo Capanema ao país a criação do Serviço de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico [...]”

discurso da mídia era favorável à instituição e que ao completar 70 anos esse discurso tornou-se desfavorável. Na tentativa de compreender essa aparente diferença, decidi investigar, então, o discurso jornalístico nesses dois momentos significativos para o IPHAN: 1937, o ano de sua criação, e 2007, o de seu septuagésimo aniversário. Compreender como o discurso sobre a instituição federal de preservação do patrimônio brasileiro, IPHAN, foi construído pela mídia escrita em dois momentos de sua história, é compreender também como a mídia olhou para essa instituição, como ajudou a criar sentidos e a construir uma memória sobre ela.

O passo seguinte foi apresentar o projeto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) por seu caráter investigatório na construção da memória institucional do IPHAN e na contribuição que a análise do discurso jornalístico sobre este poderá trazer para os estudos no campo da Memória Social. Várias pesquisas<sup>2</sup> já foram realizadas sobre o IPHAN, no entanto, nenhuma delas, de que tenho notícia até o momento, privilegiou o discurso midiático sobre a instituição.

Em alguns momentos desta pesquisa recorro a formas variadas de denominação da instituição federal de preservação do patrimônio brasileiro. Nos anos de 1936 e 1937 estarei me referindo ao período de criação da instituição, momento em que sua sigla era “SPHAN” (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e quando me referir ao ano de 2007, ela será denominada “IPHAN” (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), mas em todos os casos estarei falando da mesma instituição. Salvo exceções, na maior parte deste trabalho utilizarei a sigla IPHAN.

A presente pesquisa tem como objetivo principal perceber como foi construído o discurso da mídia sobre o IPHAN em dois períodos significativos para essa instituição. O primeiro escolhido é o de sua criação, o que nos leva aos anos de 1936 e 1937. Apesar de 1937 ter sido o ano da institucionalização do IPHAN, foi no ano de 1936, mais especificamente em março, que o escritor Mário de Andrade elaborou o anteprojeto do “Serviço do Patrimônio Artístico Nacional” a pedido de Gustavo

---

<sup>2</sup> Algumas delas fazem parte das referências bibliográficas do presente trabalho, como CHUVA, 1995 e FONSECA, 2005. Outros exemplos de pesquisa no campo do patrimônio são as dissertações de mestrado de Aparecida Marina de Souza Rangel intitulada “Arqueologia do Patrimônio: memória e poder na década de 30” e de Andréa Rizzotto Falcão sob o título “Construindo o intangível. Estudo sobre as estratégias discursivas na construção do campo do patrimônio imaterial”, ambas defendidas na UNIRIO.

Capanema, então Ministro da Educação e Saúde Pública, que norteou a criação do SPHAN. O segundo momento é 2007, ano de comemoração dos 70 anos da instituição. Para alcançar tal objetivo pretendo identificar as formações discursivas (FOUCAULT, 2007) que se destacam nas matérias da mídia escrita nesses dois períodos, pelo pressuposto de que são momentos marcantes na construção da identidade institucional. Por formações discursivas entendo as regularidades que podemos depreender dos diferentes enunciados destacados das matérias a serem analisadas sobre a instituição IPHAN, tendo em mente que esses enunciados devem ser considerados dentro de um determinado momento sócio-histórico em que o sujeito enunciativo se insere.

Nos anos de 1936 e 1937, conforme relação existente na Biblioteca Nacional (BN) – uma das fontes de pesquisa – foram encontrados dezesseis<sup>3</sup> jornais em circulação.

Na definição da mídia a ser estudada, a imprensa mostrou-se como a mais oportuna para ser o foco de minha análise. Selecionei o Jornal do Brasil (JB) por ser ele um dos jornais mais antigos, encontrar-se em circulação nos dois momentos pesquisados, 1936-1937 e 2007, e ser o que mais me instiga como pesquisadora pelas mudanças que passou e que veremos a seguir.

O JB desde seu nascimento se caracteriza por ser inovador. Já em 1891 inova na estrutura empresarial, no parque gráfico, na distribuição e na participação de correspondentes estrangeiros. Com ele nasce o que hoje chamamos de “classificados”. Foi o primeiro jornal a utilizar todos os recursos disponíveis na utilização de imagens. Vítima e observador de várias turbulências na política, passou por várias crises financeiras e há muito se diz que está em franca decadência. Mas o que dizer de um jornal que apesar de tudo isto continua inovando? Em 2006 muda para um formato mais moderno e utilizado na Europa, em 2008 faz parceria com o New York Times e torna-se o primeiro jornal brasileiro na internet. Para afirmar isto destaque o editorial do Caderno *Edição Especial de Aniversário* de 117 anos do JB, onde lemos “... não há outro exemplo de um órgão de imprensa que tenha conciliado tão bem a tradição e a modernidade.” (JB, 13/04/2008, p. S2).

---

<sup>3</sup> Correio da manhã (de 1901 a 1974), Diário Carioca (de 1928 a 1965), Diário da Noite (de 1929 a 1971), Diário de Notícias (de 1930 a 1976), O Fluminense (de 1878 a), Gazeta de Notícias (de 1875 a 1947), O Globo (de 1925 a), O Imparcial (de 1912 a 1942), Jornal do Brasil (de 1891 a), Jornal do Comércio (de 1827 a), O Jornal (de 1919 a 1974), Jornal dos Sports (de 1931 a), A Manhã (de 1925 a 1953), A Manhã (de 1926 a 1952), A Noite (de 1911 a 1964) e O Radical (de 1932 a 1938).

Delimitado o âmbito da pesquisa, dediquei-me a trabalhar sobre o que eu realmente queria saber: como foi a construção do discurso da mídia escrita sobre a criação de uma instituição de preservação do patrimônio nacional e sobre esse órgão federal quando ele comemorou seu septuagésimo aniversário. Isto me levou a formular uma questão mais ampla e que seria a principal de minha pesquisa:

- Como foi construída discursivamente a memória/identidade do IPHAN pela mídia escrita nos períodos de 1936-1937 e 2007?

Para melhor compreender esta questão, busquei saber quais foram as condições sócio-históricas nos dois momentos estudados do IPHAN: a) 1936 e 1937, período de sua institucionalização e b) 2007, o ano em que comemorou 70 anos. Estes dois momentos revelariam condições de produção diferentes. Importante também seria saber quais foram os sujeitos envolvidos na institucionalização do IPHAN e como percebemos atualmente a participação destes no período de 30 para a construção dessa instituição.

A investigação da questão principal deste estudo pretende trazer à tona uma memória construída em dois momentos diferentes e contribuirá para se conhecer uma parte da história da instituição através dos discursos midiáticos. Esses discursos acabam por constituir uma memória sobre a imagem da instituição IPHAN e conhecê-la poderá vir a ser uma fonte de inspiração para as estratégias de atuação dessa instituição. Importante também será a contextualização histórica dos dois períodos pesquisados, ou seja, 1936-1937 e 2007, como base para compreender o momento social e político no qual a instituição estava inserida e que será desenvolvida no capítulo II. Com condições de produção diferentes, o JB de 1937 não é o mesmo de 2007.

Utilizarei para o presente trabalho os estudos da Análise do Discurso de linha francesa (AD), cujo personagem principal é o filósofo e historiador francês Michel Pêcheux.

A construção do quadro teórico dar-se-á ao longo dos capítulos na investigação dos conceitos de *Memória* (POLLACK, 1992), *Memória Social* (HALBWACHS, 1990), *Discurso* (FOUCAULT, 2008; PÊCHEUX, 2002; ORLANDI, 2006) e no

entrelaçamento com outros conceitos como *Instituição* (CASTELLS, 2006), *Lugar de Memória* (NORA, 1993) e *Identidade* (POLLACK, 1992).

Durante a pesquisa buscarei analisar a relação entre memória e discurso. Para tal, discutirei o conceito de memória à luz das concepções de Pollack sobre enquadramento da memória, que investiga como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas. Memória que é pensada a partir dos laços sociais existentes entre os indivíduos, constituídos no presente, construída a partir da interação entre estes, que se configura no conceito de Memória Social de Halbwachs. Para trabalhar o conceito de discurso utilizarei as concepções de Michel Pêcheux que o afirma como objeto construído, que liga lingüística e história, sujeito e ideologia, ciência e política. Concepções estas que reforçam os pensamentos de Foucault de um discurso que só se concretiza na sociedade, na interação com outros discursos e indivíduos, atrelado a determinadas condições de produção.

Outro conceito incorporado à pesquisa é o de *arquivo*, “entendido em sentido amplo como campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, segundo Pêcheux (1997, p. 56), mas nele contido também a noção do que pode e não pode ser dito que rege os sistemas de enunciados (FOUCAULT, 2008). Assim as ações de *tombar* e *registrar* são também a de *arquivo*, na medida em que o que vai para arquivo é o que será preservado e, portanto, inscrito pela multiplicidade de dizeres e de sentidos com os quais foram constituídos.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, o trabalho encontra-se estruturado em quatro partes:

No primeiro capítulo – *A Institucionalização da Proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro: Memória e Trajetória* – apresento a instituição IPHAN em dois momentos sócio-históricos: o primeiro, o de sua institucionalização, nos anos de 1936 e 1937, os sujeitos envolvidos em sua construção e as mudanças de estrutura pelas quais passou; e o segundo, 2007, o ano comemorativo de seu septuagésimo aniversário.

Ainda neste capítulo, abordo a Semana de Arte Moderna, como precursora das idéias de nacionalismo que viriam a se fortalecer a partir de 1922 e a repercussão de tais idéias na construção do discurso fundador da instituição do patrimônio, assim como a participação dos intelectuais na construção de sua memória.

Fecho o capítulo problematizando o IPHAN como um lugar de poder e de memória, a partir das concepções de *lugar de memória*, desenvolvidas por Pierre Nora (1993), e tendo por base o conceito de *memória social* de Maurice Halbwachs (1990). Dessa forma, busco, a partir das idéias desses autores, entender a instituição do patrimônio como espaço privilegiado, detentor da memória social nacional, e no qual podemos perceber disputas de poder e conflitos ideológicos.

No segundo capítulo – *A Instituição Mídia* – discuto a mídia impressa como um *lugar de memória*, agente de produção de sentidos e de construção de memória sobre os processos de produção de sentido sobre ela.

Num segundo momento, a fim de embasar os estudos que me levarão a compreender a construção do discurso jornalístico sobre o IPHAN nos períodos de 1936-1937 e 2007, faz-se necessário apresentar as condições sócio-históricas existentes no Brasil nestes dois momentos e como o Jornal do Brasil neles está inserido.

Começo o terceiro capítulo – *O Discurso do Jornal do Brasil sobre a Instituição de Proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro* – apresentando o corpus da pesquisa, referente às reportagens jornalísticas sobre a instituição IPHAN, e, em seguida, procedo à análise das matérias selecionadas dentro de um universo de pesquisa de mais de 1.000 edições do Jornal do Brasil durante os anos de 1936, 1937 e 2007, tendo por base os pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa.

No quarto e último capítulo – *Considerações Finais* – embasada pelas reflexões levantadas nos capítulos anteriores, elaboro uma síntese do percurso que me levou ao discurso jornalístico como elemento produtor de significados e sentidos e como construtor de uma memória e identidade sobre o IPHAN em dois momentos importantes para a instituição.

Por último, a presente dissertação, por trabalhar dentro do campo da Memória Social, possui caráter interdisciplinar, o que confere uma multiplicidade de conhecimentos e que, por isso mesmo, torna a pesquisa uma tarefa ainda mais desafiadora e complexa. Nos dois primeiros capítulos, em que buscamos delinear uma parte da história das duas grandes instituições alvo da pesquisa –

IPHAN e mídia – e cientes das inúmeras possibilidades teóricas que poderíamos utilizar, optamos por selecionar alguns autores que nortearam esse caminhar. Escolher, pois, entre tantos autores e linhas de pensamentos, é sempre uma opção difícil e delicada, mas necessária para que pudéssemos levar adiante a presente pesquisa, sem, no entanto, nos exirmos de que haveria outras possibilidades de caminhos a seguir.

\*\*

## CAPÍTULO I

### A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: TRAJETÓRIA E MEMÓRIA

*Aquilo que se denomina Patrimônio  
Histórico e Artístico Nacional [...] é o documento de identidade da nação brasileira. A subsistência desse patrimônio é que comprova, melhor do que qualquer outra coisa, nosso direito de propriedade sobre o território que habitamos.*

Rodrigo M. F. de Andrade, *Rodrigo e o SPHAN*, 1987.

O título deste capítulo já nos dá a noção do que virá nele. *Institucionalização* significa a ação de institucionalizar, transformar-se em instituição. E foi isso o que aconteceu na década de 30. As ações de proteção ao patrimônio cultural brasileiro foram institucionalizadas no órgão que inicialmente chamou-se SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Iniciamos, portanto, o capítulo apresentando o SPHAN, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que teve seu início numa época muito conturbada para o Brasil. Embora criado no fim da década de 30 durante o governo ditador de Getúlio Vargas, possuía uma autonomia que pode ser atribuída ao interesse daquele governo por uma instituição que se coadunava com os ideais de um projeto nacionalista. A presença de intelectuais à frente da instituição como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, contribuiu para o seu prestígio. Muitos desses intelectuais participaram da Semana de Arte Moderna, considerado o evento precursor das idéias de nacionalismo que se fortaleceriam a partir de 1922. Investiga-se, assim, como esse nacionalismo está impregnado no Discurso Fundador dessa instituição, discurso ligado à construção da identidade brasileira.

O IPHAN percorreu um longo caminho até completar 70 anos, em 2007. Sua trajetória foi marcada pelas políticas culturais de cada época, tendo passado por

inúmeras mudanças estruturais e diversas denominações. Olhando-se para esta trajetória, procuramos ao fim deste capítulo problematizar a instituição do Patrimônio como *lugar de memória* (NORA, 1993), e, como tal, um campo de conflitos e de poder, com o intuito de compreender melhor a instituição objeto de nossa pesquisa.

## 1.1 CONSTRUINDO O PATRIMÔNIO

O primeiro órgão voltado para a proteção do patrimônio brasileiro surgiu em 1933 vinculado ao Museu Histórico Nacional (MHN) e chamou-se Inspeção de Monumentos Nacionais (IMN). No entanto, só foi instituído em 14 de julho de 1934 pelo Decreto nº 24.735. Sob direção de Gustavo Barroso<sup>4</sup> (Anexo I), tinha como principais finalidades impedir que objetos antigos, referentes à história nacional, fossem retirados do país em virtude do comércio de antiguidades, e que as edificações monumentais fossem destruídas por conta das reformas urbanas, a pretexto de modernização das cidades.

A primeira iniciativa da Inspeção foi a elevação da cidade de Ouro Preto, principal cidade do Ciclo do Ouro nas Minas Gerais, à categoria de monumento nacional, através do decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933 (FONSECA, 2005, p. 95), anterior, portanto, à assinatura do decreto que institucionalizou o órgão responsável por tal iniciativa.

Paralelo a isso, Mário de Andrade, então Diretor do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo, elabora em 1936, por solicitação do ministro Gustavo Capanema, um anteprojeto para criação de um serviço federal de defesa do patrimônio artístico nacional (Anexo II). É este projeto que vai nortear a criação de um órgão de proteção ao patrimônio brasileiro.

Nasce, então, ainda em 1936, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, quando começa a funcionar provisoriamente. Com a promulgação da lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937 passa a compor oficialmente a

---

<sup>4</sup> Uma pequena biografia deste e de muitos outros intelectuais que fizeram parte da instituição do Patrimônio constitui o Anexo I.

estrutura do Ministério da Educação e Saúde Pública (MES), sendo regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro do mesmo ano (Anexo III). É este Decreto que irá dar existência à instituição do Patrimônio. A lei nº 378 também cria o órgão deliberativo do SPHAN, o Conselho Consultivo, que era composto pelo diretor do SPHAN, pelos diretores dos museus nacionais e por dez membros nomeados pelo Presidente da República (FONSECA, 2005, p. 97-117). Presidido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, o SPHAN contou com o apoio de vários artistas e intelectuais, como o poeta Mario de Andrade e o arquiteto Lucio Costa. Com a criação do SPHAN, a Inspetoria de Monumentos Nacionais é extinta.

Os primeiros anos foram de trabalho árduo, de onde se originou a seleção de uma quantidade de bens a serem tombados e inscritos em quatro livros de tombo: a) *arqueológico, paisagístico e etnográfico*; b) *histórico*; c) *belas artes*; e d) *artes aplicadas*. Esse período ficou conhecido como *fase heróica*, pelas dificuldades, abnegação e o entusiasmo dos que trabalharam naquela época, como nos diz Azevedo:

A tarefa de descobrir monumentos era feita com grande entusiasmo e enormes dificuldades, nos finais de semana, pelos diretores regionais e seus auxiliares, através de estradas poeirentas, ônibus, caminhão ou cavalo, quando não em lanchas e canoas, sob sol e chuva, o que tornou esta fase da SPHAN conhecida como 'heróica'. (AZEVEDO, 1987, p. 82)

Essa fase foi, também, muito produtiva e diversificada, tendo em vista as inúmeras ações desenvolvidas em prol do patrimônio, como as de pesquisa, restauração, documentação, inventário e registro fotográfico, como relata Andrade:

Obras de conservação, consolidação e restauração realizaram-se em proveito dos bens tombados; foram empreendidos estudos e pesquisas relacionadas com a história e a arte do país em diversas áreas; organizou-se arquivo de documentos e dados colhidos em arquivos públicos e particulares, de irmandades sobretudo; iniciaram-se os trabalhos de inventários dos bens tombados; reuniu-se valioso arquivo fotográfico e estruturou-se uma biblioteca rigorosamente especializada [...] (ANDRADE, 1986, p. 21)

Em 1939, dois anos após a criação do SPHAN, existiam 276 monumentos tombados, sendo 261 edifícios e obras de arte, seis logradouros e conjuntos

arquitetônicos e urbanísticos, espalhados pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Piauí, Bahia, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina, Paraíba, Rio Grande do Sul, Pará e Ceará.

Segundo Fonseca (2005, p. 139) “a instauração de um governo democrático, em 1945, não chegou a afetar a política federal de preservação, que manteve o mesmo dirigente e, praticamente, a mesma orientação até o final da década de 1960.” Algumas modificações, no entanto, ocorrem em 1946 com o Decreto-lei nº 8.534 transformando o SPHAN em Diretoria (DPHAN) e criando quatro braços de atuação nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo, além de agregar os Museus da Inconfidência e do Ouro à instituição. (MALHANO, 2002, p. 87)

Com a aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que esteve à frente da instituição durante 30 anos, a chamada *fase heróica* termina. Em 1967 ele é sucedido pelo arquiteto Renato Soeiro, funcionário do órgão desde 1938 e indicado pelo próprio Rodrigo.

Na gestão de Soeiro ficou evidenciado que a figura carismática de Rodrigo foi fundamental para o que era até então a instituição do Patrimônio. Paralelo a isso, com a crescente industrialização e urbanização, inaugura-se uma nova fase na política de preservação, na qual a instituição precisa conciliar os interesses do patrimônio com os de uma sociedade em pleno desenvolvimento. Para isso ela muda sua estratégia de atuação, procurando sensibilizar proprietários e a sociedade como um todo no sentido de demonstrar que os interesses da preservação e os do desenvolvimento poderiam ser compatíveis. Ainda nessa fase, a orientação era a descentralização; estados e municípios deveriam criar instituições e legislações próprias que protegessem os bens de valor regional. Dentro dessa perspectiva, cria-se em 1973 o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) que tinha como objetivo, ao revitalizar monumentos em degradação, dar condições de uso desses bens como fonte de renda para regiões carentes do Nordeste, possibilitando o desenvolvimento do turismo local. Em junho de 1975, surge o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) instituído pelo convênio firmado entre o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Educação e Cultura, e o Ministério de Indústria e Comércio, por intermédio da Secretaria de Tecnologia Industrial, que tinha como objetivo traçar um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira. (FONSECA, 2005, p.141-144)

Como vimos anteriormente, a década de 70 foi de muitas mudanças para a instituição. Ela começa com o DPHAN transformado em Instituto (IPHAN), em 1970, e termina com inúmeras mudanças para a instituição em 1979. O IPHAN volta a ser Secretaria (SPHAN) e transforma-se em um órgão normativo. Para executar sua política é criada a Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM). Aloísio Magalhães assume a direção das duas instituições e o PCH e o CNRC são absorvidos pela FNpM.

A partir de 1981 a instituição passa por mais mudanças e num espaço menor de tempo. Neste ano, após a criação da Secretaria da Cultura do MEC, o IPHAN passa a ser uma Subsecretaria, denominando-se SPHAN. Em 1985, quando da criação do Ministério da Cultura, restabelece-se a Secretaria (SPHAN). Em 1990, com a extinção do Ministério da Cultura, são extintas também a SPHAN e a FNpM, criando-se o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). E finalmente em 1994, o IBPC volta a ser IPHAN, denominação que permanece até hoje.

Em 1983, e nos anos seguintes, grandes museus e instituições culturais foram sendo incorporados à instituição, como os museus Raymundo Ottoni de Castro Maia, a Cinemateca Brasileira, o Museu Lasar Segall e o Sítio Roberto Burle Marx, ampliando assim a responsabilidade da instituição do patrimônio.

O Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000 veio ampliar ainda mais a atuação do IPHAN, instituindo o inventário e o registro do patrimônio imaterial. Durante décadas no Brasil a atuação preservacionista esteve voltada para o tombamento dos chamados bens de *pedra e cal*. Com o decreto há uma valorização do *intangível*, que abre espaço para a construção de um amplo e diversificado acervo de expressões culturais. A comunidade passaria a ter mais atuação através do processo de reconhecimento de suas manifestações culturais e de seus saberes tradicionais. (ABREU; CHAGAS, 2003, p. 11-12)

Vale ressaltar aqui que o projeto de Mário de Andrade de 1936 e os vários trabalhos de registro de manifestações culturais realizados pelo CNRC e pela FNpM já davam conta da importância do patrimônio que viria a constituir o que hoje se denomina de imaterial, no entanto, não foram propostos instrumentos de preservação específicos (SANT'ANNA, 2003, p. 51-52). É somente no ano de 2000, com o decreto 3.551, que se dá o primeiro passo no sentido de reconhecer e valorizar o patrimônio imaterial e com a finalidade de que, assim sendo, consiga-se preservá-los. Os bens são agrupados por categoria e registrados em livros, classificados em: a)

*Livro de Registro dos Saberes*, para os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; b) *Livro de Registro de Celebrações*, para os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social; c) *Livro de Registros das Formas de Expressão*, para as manifestações artísticas em geral; e d) *Livro de Registro dos Lugares*, para mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas (IPHAN, 2009).

Em 2003 a instituição do patrimônio passa por uma nova reestruturação, agora interna, com a criação de vários departamentos, um deles o Departamento de Museus e Centros Culturais, que em janeiro de 2009, através da Lei nº 11.906, se tornaria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. O IBRAM passa, então, a congregar em sua estrutura os museus brasileiros, muitos deles anteriormente administrados pelo IPHAN. No entanto, a proteção desse patrimônio, no que se refere às edificações e coleções tombadas em âmbito federal, permanece sob a responsabilidade da instituição IPHAN.

### **1.1.1 O PATRIMÔNIO NA ERA VARGAS**

A chamada *Era Vargas* corresponde ao período do Estado Novo (1937-1945), regime político ditatorial de Getúlio Vargas. Vargas foi chefe do Governo Provisório de 1930 a 1934, quando se tornou presidente eleito indiretamente pela Assembléia Nacional Constituinte. Em 1937 assume a chefia do governo e o Estado passa a desempenhar um papel centralizador com a transferência do poder dos estados da federação para o governo central. Vargas, entre outras coisas, determinou o fechamento do Congresso Nacional e a extinção dos partidos políticos e outorgou uma nova constituição, que lhe conferia o controle total do poder executivo.

Apesar de ter sido um governo autoritário e centralizador, foi no Governo Vargas que se iniciou o processo de modernização do Brasil, um país eminentemente agrícola, com uma população que em sua maioria vivia no campo. Vargas também promovia grandes manifestações patrióticas, cívicas e nacionalistas. No entanto, todas as expressões culturais eram alvo de controle e fiscalização e, assim, criou em 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para coordenar, orientar e

centralizar a propaganda interna e externa, fazer censura ao teatro, cinema e funções esportivas e recreativas, organizar manifestações cívicas, exposições, concertos, conferências, e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo. (OLIVEIRA, 1997)

O Estado agiu em diversos setores da sociedade, criando para isso instituições que iriam implementar as novas políticas. No setor cultural foram criadas instituições nas áreas da educação, do teatro, do livro, da música, do cinema, do rádio, da imprensa e do patrimônio cultural: instituições como a Universidade do Brasil, o Instituto Nacional do Livro e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Fazia parte do projeto ideológico do Estado Novo a afirmação de uma cultura nacional, que pretendia modernizar o Brasil, resgatando as tradições nacionais, e construir assim uma identidade nacional. A criação de uma instituição de proteção aos bens culturais do país encaixava-se, dessa forma, nesse projeto, contribuindo para dar credibilidade à imagem de um governo que tinha um projeto político cultural para a nação brasileira. Para isto convocou nomes de prestígio, intelectuais conhecidos, que dariam visibilidade à instituição e ao seu projeto. Por outro lado, os intelectuais viam nos cargos que o Estado lhes oferecia a oportunidade de participar de um projeto pioneiro e que, além da estabilidade financeira, ainda daria a eles uma proteção ideológica, na medida em que deixariam de ser alvos da censura imposta pelo Regime.

### **1.1.2 INTELLECTUAIS NO PATRIMÔNIO**

Getúlio Vargas, quando de sua posse na Academia Brasileira de Letras, proferiu um discurso (ABL, 2009) em que ressaltou o distanciamento que havia entre os políticos e os intelectuais até a década de 30: “Políticos e administradores caminhavam de um lado e intelectuais do outro ocupando margens opostas na torrente da vida social”. Havia uma desconfiança mútua e um desdém pelas atividades que cada um exercia. Para Vargas as atividades intelectuais fora da realidade eram estéreis e por isso fez uma dura crítica à Academia, dizendo que esta se manteve à margem das atividades gerais, enquanto o Estado e a sociedade envolvidas se transformavam. E finaliza seu discurso dizendo:

O Brasil realizou a sua emancipação política, constrói agora a sua emancipação econômica e inicia, finalmente, a sua emancipação cultural. As responsabilidades dessa magna tarefa têm de recair necessariamente sobre os intelectuais e os homens de pensamento.

Em seu discurso Vargas dá aos intelectuais a responsabilidade de serem agentes da emancipação cultural e, dessa forma, incumbe-os da tarefa de serem os representantes da consciência nacional. Para isso, convida-os a integrarem o quadro de funcionários públicos do Estado.

Os intelectuais que participaram da implantação do IPHAN assumiram esse papel e ajudaram a construir uma política nacional de preservação do patrimônio cultural brasileiro, até então incipiente. O IPHAN se encaixava no projeto de resgate e valorização da cultura brasileira idealizado pelo Estado Novo e a atuação e o prestígio de Mario de Andrade e dos inúmeros intelectuais envolvidos nesse projeto tiveram papel fundamental na construção da instituição e nos seus primeiros anos de atuação.

O intelectual possui o dom da fala e da eloquência. Sua função é usar da razão em público. Ele confere autoridade ao poder porque sabe usar raciocínios convincentes e justificativas lógicas. É nessa perspectiva que se entende sua relação com o público e com o poder (OLIVEIRA, 1999, p. 85). A imagem do Estado “pai grande” e a do intelectual “salvador” se entrecruzam, então, em direção ao popular (VELLOSO, 2003, p. 174). Os intelectuais do Patrimônio foram, nesse contexto, a ponte, o elo de ligação entre o Estado e o povo, como nos diz Giovanaz:

Quanto ao papel dos intelectuais na instituição de preservação do patrimônio, segundo Mário de Andrade, cabe a eles as instâncias de atribuição de valor histórico ou artístico a esses bens. O intelectual representa, portanto, o elo de ligação entre um estado centralizador e a população interessada em preservar seus bens e paisagens. (GIOVANAZ, 1979, p. 215)

Bomeny (2001, p.15) afirma que os intelectuais do Patrimônio (Anexo I) “compuseram a assim chamada constelação Capanema”. Gustavo Capanema merece com certeza dar nome a esta constelação. Como Ministro da Educação e Saúde Pública do Governo Vargas ele não só, como vimos anteriormente, solicitou a elaboração de um anteprojeto que organizasse o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como foi dele a responsabilidade de apresentar a exposição de

motivos que transformaria esse Serviço em instituição. Além de Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, fizeram parte desta constelação “estrelas” como o poeta Carlos Drummond de Andrade – organizador do arquivo e chefe da seção de história; o arquiteto Lucio Costa – chefe do Departamento de Estudos e Tombamentos; o jurista Afonso Arinos de Melo Franco – consultor jurídico; o poeta Manuel Bandeira – colaborador em várias publicações; o historiador Noronha Santos e o sociólogo Gilberto Freyre – colaboradores nos trabalhos de investigação social e artística do Brasil e intelectuais como Anísio Teixeira, Alceu Amoroso Lima, Oscar Niemeyer, Cândido Portinari e Sérgio Buarque de Holanda.

Essa “constelação” foi tão grandiosa e importante para o início da institucionalização do patrimônio que ajudou na construção de um mito para a instituição, “o Sphan do doutor Rodrigo”. No entanto, sem as outras estrelas desse grupo, certamente Rodrigo Melo Franco de Andrade não conseguiria levar adiante o projeto de estruturação do órgão. Este SPHAN é até hoje lembrado com saudosismo pelos funcionários mais antigos, num discurso que permanece na memória daqueles que vivenciaram o período e que constantemente é retomado num processo de rememoração da história da instituição.

Fonseca ressalta como os intelectuais marcaram presença naquele período, um período denominado de “verdadeiro Sphan”, afirmando que eles:

[...] exerceram, ao mesmo tempo, a função de intelectuais e homens públicos, e marcaram sua presença no serviço iniciado em 1936 – mais, talvez, que em qualquer outra instituição estatal de que tenham participado naquele período – de forma tão profunda e duradoura que, até hoje, para alguns, o Sphan dos anos 30-40, o Sphan ‘de doutor Rodrigo’, é o verdadeiro Sphan, tendo se tornado praticamente sinônimo de *patrimônio*. (FONSECA, 2005, p. 82)

O papel dos intelectuais na relação com o poder foi, desde muito, ambíguo. Foucault e Deleuze, em *Os intelectuais e o Poder* (2006), dialogam sobre o papel do intelectual tradicional que era o de dizer a verdade àqueles que ainda não a viam e em nome daqueles que não podiam dizê-la, representando assim a consciência e a eloquência. No entanto, esse intelectual tradicional contrastava com sua posição de intelectual dentro da sociedade burguesa, fazendo parte de um sistema de produção capitalista e sob uma ideologia que ela produz ou impõe. Há, portanto, uma dualidade presente na relação dos intelectuais e o poder. Essa dualidade de posições

também é encontrada na relação dos intelectuais do Patrimônio com o Estado, na década de 30. Imbuídos de um saber e da posição que ocupavam, esses intelectuais buscaram formular e implementar um novo projeto cultural para o Brasil e para isso precisaram fazer parte da engrenagem de um Estado autoritário.

No Brasil, segundo Velloso (2003, p. 147), as elites intelectuais sempre estiveram presentes nos momentos de crise e mudanças históricas no cenário político, como a instauração do Império, a Proclamação da República, a Revolução de 30 e o Estado Novo, defendendo o direito de interferirem no processo de organização nacional.

No entanto, foi no Estado Novo que o poder abriu um espaço privilegiado para a atuação dos intelectuais, quando os chamou a integrar os quadros das diversas instituições criadas à época. A eles caberia ser o elo entre o povo e o Estado. Essa abertura não ocorreu por acaso. O Estado se apropria dos intelectuais, oriundos do movimento modernista, para legitimar e ser identificado como defensor da Nação e da cultura brasileira. É através da criação de instituições como o IPHAN que ele busca consolidar a identidade nacional do povo brasileiro. E é através dos intelectuais que esse processo vai se concretizar. Eles estão incumbidos da tarefa de ouvir a voz do povo e seus anseios e de colocar em prática a idéia de uma nação unida pela diversidade. A eles seria dado o papel de “salvadores” da verdadeira identidade de nosso povo e de seu patrimônio, que privilegiaria a cultura popular, em detrimento da cultura européia, que orientava até então a cultura brasileira. A atuação e os discursos desses intelectuais iriam, pois, reforçar o projeto de unidade nacional do governo.

Os intelectuais do Patrimônio e o Estado tiveram, portanto, uma bem-sucedida relação, mas de inúmeros interesses mútuos como analisa Fonseca:

Como se pode deduzir do discurso de Getúlio, o grande interesse do Sphan para o governo consistia no reforço ao processo de cooptação das elites, em dois sentidos: de um lado, abria-se um espaço no governo que possibilitava a intelectuais acesso a funções remuneradas e ao abrigo de imposições ideológicas; de outro, a consagração de bens de arte erudita como patrimônio nacional contrabalançava a imagem de um governo que recorria a conteúdos culturais para a persuasão ideológica. Além disso, a criação de um serviço como o Sphan, instituição pioneira na América Latina e que, rapidamente, alcançou grande prestígio no exterior, inseria o Brasil no conjunto das nações civilizadas. (FONSECA, 2005, p. 123)

Muitos dos intelectuais do Patrimônio participaram da Semana de Arte moderna, que foi considerado o evento precursor das idéias de nacionalismo que viriam a se fortalecer a partir de 1922.

A Semana de Arte Moderna ou *Semana de 22* (FGV, 2009) aconteceu na cidade de São Paulo em fevereiro de 1922 no Teatro Municipal de São Paulo. Participaram da *Semana de 22* nomes consagrados como Mário de Andrade, Oswald Andrade, Víctor Brecheret, Anita Malfatti e Menotti Del Pichia, Heitor Villa-Lobos entre outros. Durante sete dias foram realizadas inúmeras apresentações de poesia e música, exposições de quadros e artes consideradas modernistas, além de palestras sobre o tema *modernidade*.

Considerado um evento polêmico, nem todos aplaudiram as novas idéias e conceitos artísticos ali apresentados. A Semana representava uma renovação de linguagem, uma liberdade criadora que rompia com o passado e os padrões estéticos europeus mais tradicionalistas. Idéias nem tão bem aceitas por todos.

As várias pinturas e esculturas espalhadas pelo saguão do Teatro Municipal de São Paulo provocaram reações de espanto e repúdio por parte do público, até então acostumado com as formas estéticas européias mais conservadoras. Além disso, outros eventos dentro da *Semana* provocaram manifestações de descontentamento do público, como a confusa conferência de abertura "A emoção estética da Arte Moderna", proferida por Graça Aranha; a palestra de Menotti del Picchia sobre a arte estética, em que este apresentava os novos escritores e a leitura do poema *Os Sapos* de Manuel Bandeira declamado por Ronald de Carvalho. Mesmo Villa-Lobos, compositor respeitado pelo público em geral, foi alvo de vaias quando este entrou de casaca e calçando num de seus pés um chinelo. O público interpretou este fato como provocativo e por isso considerou-o desrespeitoso.

A *Semana de Arte Moderna* ocorreu no contexto da República Velha (1889-1930), em uma época cheia de turbulências políticas, sociais, econômicas e culturais, controlada pelas oligarquias cafeeiras e pela política do café-com-leite. O capitalismo crescia, consolidando a República e a elite paulista, esta totalmente influenciada pelos padrões estéticos europeus. O objetivo da *Semana de 22* foi o de provocar uma ruptura desses padrões antigos e renovar o ambiente artístico e cultural da cidade, através de idéias nacionalistas e na busca por uma identidade própria.

Mencionado anteriormente, alguns dos artistas e intelectuais envolvidos nesse grande evento fizeram parte, anos depois, da elaboração e criação de uma instituição de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. As idéias de nacionalismo e de resgate de uma cultura nacional, presentes na Semana de Arte Moderna, também fizeram parte da criação dessa instituição e ajudaram a construir um discurso fundador para ela. E é isso que veremos a seguir.

## **1.2 O DISCURSO FUNDADOR DO IPHAN**

Para falarmos sobre o *discurso fundador* do IPHAN, faz-se necessário abordar o conceito de *Discurso Fundador* e, antes deste, apresentar a *Análise do Discurso* de linha francesa, em que o mesmo se insere.

### **1.2.1 A ANÁLISE DO DISCURSO E O DISCURSO FUNDADOR**

A Análise do Discurso de linha francesa (AD) aparece no final dos anos 60, a partir da publicação do livro *Análise Automática do Discurso*, de Michel Pêcheux, em 1969. Ela nasce no entremeio de três campos de saber: a lingüística, o marxismo e a psicanálise. Mas segundo Indursky numa relação crítica com estes:

[...] do Marxismo, interessa-lhe saber como se dá o encontro do ideológico com o lingüístico; da Lingüística, procura descrever os funcionamentos responsáveis pela produção de efeitos de sentido, considerando a língua como processo; na enunciação, vai procurar o sujeito, mas interessa-se por um sujeito dotado de simbólico e de imaginário, cujo discurso mostra as condições de sua produção. (INDURSKY, 1997, p. 30)

A AD vai repensar o já estabelecido por esses campos do saber e vai pensar o discurso de outra forma, na qual o sujeito não fala por si só, fala sob determinadas condições de produção, fala com a voz de outros que antes dele vieram, e na qual é interpelado pela ideologia. E por assim ser, este discurso está vestido com o véu da

opacidade, que se remete sempre a um já-dito, a um já-visto e também a um não-dito e a um não-visto. Orlandi<sup>5</sup> fala dessa opacidade, dessa não transparência quando afirma que

[...] com a lingüística ficamos sabendo que a língua não é transparente: ela tem sua ordem marcada por uma sua materialidade que lhe é própria. Com o marxismo ficamos sabendo que a história tem sua materialidade: o homem faz a história, mas ela não lhe é transparente. Finalmente, com a psicanálise é o sujeito que se coloca como tendo sua opacidade: ele não é transparente nem para si mesmo. (ORLANDI, 2006, p. 13)

Pêcheux traz para o centro de suas reflexões o *discurso* como objeto de análise. Um discurso que é bem mais que transmissão de informações ou um simples ato do dizer. Um discurso impregnado de ideologia, como bem assinala Mariani (1998, p. 24): “Quando falamos em discurso [...] estamos nos reportando a um dos aspectos materiais da ideologia, ou seja, no discurso se dá o encontro entre língua e ideologia.”

O discurso não é, portanto, algo neutro, nem tampouco transparente, ele está impregnado de uma exterioridade, de tudo o que acontece com o sujeito, da ação do sujeito sobre o mundo e deste sobre o sujeito. E desta forma, segundo Mariani

[...] a AD se propõe a discutir e a definir a linguagem e a natureza da relação que se estabelece com a exterioridade, tendo em vista seu objetivo principal: compreender os modos de determinação histórica dos processos de produção do sentido, na perspectiva de uma semântica de cunho materialista. (Ibid., p. 23)

O discurso seria a língua colocada em funcionamento por sujeitos que produzem sentidos numa dada sociedade. Sua produção acontece na história, por meio da linguagem, em que a ideologia se materializa. Para Oliveira e Orrico

[...] quando o discurso passa a ser abordado em função de sua movência, de sua fluidez e, paradoxalmente, de sua permanência, de sua relação com o social, com as formas de poder e com as restrições

---

<sup>5</sup> Eni Orlandi é autora de livros sobre o assunto e tradutora dos principais livros de Pêcheux para o português, foi uma das responsáveis pela recepção da análise do discurso de linha francesa no Brasil.

de alguns campos de força, ou seja, quando passa a ser esquadrihado em sua construção e revela as forças que regulam seu funcionamento e as condições ideológicas de sua emergência, vislumbram-se as possibilidades e a riqueza que sua análise traz para a compreensão das construções memoriais, identitárias e culturais que nações, grupos, povos e comunidades projetaram para si, no presente, e para os demais, no futuro. (OLIVEIRA; ORRICO, 2005, p. 87)

Assim trabalha a AD, com o discurso que está sempre a nascer, a se reinventar, fruto das condições de produção em que se insere e que por sua vez o constitui. Discurso fomentado na relação com o social e alvo de interesses e disputas.

Orlandi, ao longo de seu livro *Discurso fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional* (1993), assinala diversas definições do que seja *discurso fundador*.

É uma categoria de análise a ser delimitada pelo próprio exercício da análise dos fatos que o constituem [...] são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país. (p. 7)

[...] são enunciados que ecoam e reverberam efeitos de nossa história em nosso dia-a-dia, em nossa reconstrução cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica. (p. 12)

[...] são espaços da identidade histórica: é memória temporalizada, que se apresenta como institucional, legítima. (p. 13)

O que define um discurso fundador, como a princípio seu nome poderia sugerir, não é que este esteja ligado à fundação de um determinado momento, ou mesmo a um discurso de inauguração, pois nem toda origem é fundadora. São os enunciados que se fixam no imaginário, impregnados de muitos sentidos e de identificação, que caracterizam e marcam um discurso fundador. É a partir dos enunciados posteriores que identificamos e percebemos as características discursivas anteriores. E como conclui Orlandi discurso fundador é o

que instala as condições de formação de outros, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade. (Ibid., p. 24)

### 1.2.2 A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO FUNDADOR DO IPHAN

O discurso nada mais é do que o reflexo de uma verdade que está sempre a nascer diante dos seus olhos; e por fim, quando tudo pode tomar a forma do discurso, quando tudo se pode dizer e o discurso se pode dizer a propósito de tudo, é porque todas as coisas que manifestaram e ofereceram o seu sentido podem reentrar na interioridade silenciosa da consciência de si. (FOUCAULT, 2008, p, 49)

O que caracteriza um discurso fundador é que ele é reafirmado naqueles que vêm depois dele; nasce de um sentido anterior a ele mesmo, de uma manifestação do já estabelecido. Ele se constrói num campo de disputas e interesses, reflexo de sentidos reproduzidos que, ao se consolidarem, o legitimam. Assim também nasce o discurso fundador do IPHAN, anterior à própria criação da instituição.

A participação dos intelectuais, como vimos anteriormente, deu credibilidade e prestígio à criação da instituição do patrimônio e alguns desses intelectuais estiveram envolvidos no Movimento Modernista de 1922, que teve Mário de Andrade - idealizador e redator do Anteprojeto de criação do Sphan em 1936 - como um de seus principais líderes. A Semana de Arte Moderna foi uma ebulição de novas idéias em busca do nacionalismo, de uma identidade própria e do resgate de uma cultura que espelhasse as manifestações do povo brasileiro, em contraponto aos padrões até então adotados, oriundos da cultura européia.

A ligação do IPHAN com o Movimento Modernista é comumente ressaltada por diversos autores numa afirmação de que ambos buscavam a valorização de uma cultura brasileira e de uma identidade nacional, como observam Giovanaz e Motta:

No Brasil, embora as primeiras preocupações com a identidade nacional datem do século XIX, é a partir dos anos 20 e 30 deste século que estas assumem a forma de discursos oficiais sobre o chamado 'patrimônio histórico nacional'. O **movimento modernista** tem **papel importante** nesse processo. (GIOVANAZ, 1979, p. 210, grifos nossos)

O Patrimônio teve sua criação ligada aos desdobramentos do Movimento Modernista, que foi um momento de grande reflexão, revisão de **conceitos de cultura** e tomada de posição frente aos problemas culturais do país. (MOTTA, 1987, p. 108, grifo nosso)

Celso Monteiro Furtado, Ministro da Cultura no Governo do Presidente José Sarney, no período de 1986 a 1988, será mais incisivo e desafiador ao afirmar que o movimento de 22

[...] foi um grito de alerta para a necessidade de afirmação de nossa **identidade nacional**. [...] E se fez mais lúcida a consciência de que havíamos **vivido de costas para nossa herança cultural**.” [...]

Ao Sphan, surgido quinze anos depois de abertas as comportas da Semana de Arte Moderna, caberia elaborar o “Documento de **Identidade da Nação Brasileira**” [...] (FURTADO, 1987, p. 35, grifos nossos)

Reafirmamos, então, que os intelectuais tiveram papel importante tanto na Semana de Arte Moderna quanto na criação do órgão de proteção do patrimônio brasileiro. No campo das artes, eles se propuseram a romper com os valores estéticos pré-estabelecidos, buscando novas formas de expressão artística; e no campo do patrimônio, buscaram resgatar através da valorização do passado, os valores nacionais, em contraposição aos oriundos de uma cultura europeia. Oliveira define a importância do papel dos intelectuais no regime do Estado Novo na consolidação dos valores nacionais ao dizer:

Os intelectuais do Estado Novo constroem uma ponte entre o Movimento Modernista e o regime. Com o modernismo de 1922 houve uma conversão de valores [...] Os **valores nacionais** agora estariam recebendo a devida atenção por parte do governo [...] (OLIVEIRA, 2000, p. 70, grifo nosso)

A importância da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a preocupação que os intelectuais tinham com os danos ao patrimônio brasileiro podem ser vistos nos primeiros parágrafos da exposição de motivos (Anexo IV) apresentada pelo Ministro Gustavo Capanema ao Presidente Getúlio Vargas por ocasião da promulgação do Decreto-Lei nº 25, conforme trechos abaixo:

A **proteção do patrimônio histórico e artístico nacional** é assunto que de **longa data vem preocupando os homens de cultura** de nosso país.

Nada, pelo menos de orgânico e sistemático se havia feito, porém, até 1936, quando foi por V. Exa. **criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**.

Trabalhava-se aqui e ali, com pequenos recursos para evitar um ou outro desastre irreparável.

O grande acervo de **preciosidades de valor histórico ou artístico** ia-se **perdendo, dispersando, arruinando, alterando**. [...] (grifos nossos)

Destacamos na exposição de motivos a preocupação com a perda e a evasão do patrimônio brasileiro, um “acervo de preciosidades de valor histórico ou artístico”. Percebemos uma memória já instituída do nacionalismo, quando Capanema diz que a proteção ao patrimônio brasileiro é uma preocupação de “longa data”. E destacamos a posição-sujeito dos intelectuais na figura dos “homens de cultura”. Percebemos a mesma preocupação com a evasão do patrimônio brasileiro em duas matérias jornalísticas de 1936, que também valorizavam a criação do SPHAN. São elas:

Mais um **relevante trabalho** do ministro Gustavo Capanema ao país a **criação do Serviço** de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico, com a incumbência entre outras múltiplas e variadas, de realizar o tombamento geral dos monumentos e **evitar a evasão** das obras, objetos de arte e de história **dignos das nossas tradições e do nosso apreço**. [...]

Ninguém pode obscurecer a **importância e oportunidade dessa iniciativa**, amplíssima e abrangendo **larga campanha** que mobilizará os **esforços** e o **patriotismo** de estudiosos, historiadores e especialistas no sentido de **salvaguardar** o que pelo Brasil fora ainda possa restar merecedor de conhecimento, conservação e divulgação [...] (Diário da Noite de 19/05/1936 apud ANDRADE, 1987, p. 24, grifos nossos)

Não se trata de **empreendimento** inspirado em motivos sentimentais ou românticos. [...] O que o projeto governamental tem em vista é **poupar à Nação o prejuízo irreparável do perecimento** e da **evasão** do que há de mais precioso no seu patrimônio. Grande parte das obras de arte mais valiosas e dos bens de maior interesse histórico, de que a **coletividade brasileira** era depositária, tem desaparecido ou se arruinado irremediavelmente, em conseqüência da inércia dos poderes públicos e da ignorância, da negligência e da cobiça dos particulares. [...] E, assim, se faltarem, acaso, por mais tempo, as **medidas enérgicas** requeridas para a preservação desses valores, não serão apenas as gerações futuras de brasileiros que nos chamarão contas pelo dano que lhes teremos causado, mas é desde logo a opinião do **mundo civilizado** que condenará nossa **desídia criminosa**. (O Jornal de 30/10/1936 apud ANDRADE, 1987, p. 48, grifos nossos)

Na primeira matéria, destacamos a valorização da iniciativa de se criar um serviço de defesa do patrimônio cultural brasileiro que evitaria a evasão de seus objetos de arte. E ainda, “ninguém poderia obscurecer a importância” de tal iniciativa, que seria realizada com os “esforços e o patriotismo” de profissionais especialistas com o intuito de “salvaguardar” o patrimônio de seu povo. Não caberia, portanto, dúvidas quanto à criação de tal instituição, tamanha sua importância, que seria elevada mais ainda pela participação de especialistas.

Na segunda matéria, podemos perceber, a partir da construção negativa inicial, que esta se contrapõe a um discurso anterior, que destacava o projeto governamental como sendo sentimental ou romântico. Na matéria afirma-se que a iniciativa do governo, ao contrário, é um “empreendimento” que evitará um “prejuízo irreparável” para a “coletividade brasileira”. E mais, caso tal iniciativa não seja colocada em prática, com suas “medidas enérgicas”, seremos condenados por tal “desídia criminoso” pelas gerações futuras e pelo “mundo civilizado”. Ao SPHAN caberia, então, não só salvar o patrimônio brasileiro, mas evitar um crime, fruto de negligência e ignorância. E dessa forma nos salvar das críticas internacionais.

Os discursos jornalísticos que destacamos apresentam uma preocupação com a “perda” do patrimônio brasileiro e valorizam, portanto, a instituição que irá salvá-los e protegê-los. No entanto, esses discursos não são neutros, eles se alimentavam dos discursos em circulação, são, na verdade, paráfrases destes outros tantos discursos. Neles podemos recuperar marcas que já se faziam presentes no Anteprojeto de criação do SPHAN (Anexo II), que inicia seu capítulo I propondo a criação de um órgão destinado a “organizar, *conservar, defender* e propagar o patrimônio artístico nacional” (grifo nosso). Marcas que por sua vez também aparecem na exposição de motivos de Capanema, quando este ressalta que “o grande acervo de preciosidades de valor histórico ou artístico ia-se *perdendo, dispersando, arruinando, alterando*” (grifo nosso) pela inexistência desse órgão. Por fim, o Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 (Anexo III) veio regulamentar e criar esse órgão, visando “organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”. Estas marcas se traduzem em um discurso nacionalista, de proteção e defesa do patrimônio da nação, e nas quais percebemos o discurso fundador da instituição.

Esse discurso nacionalista, ligado a uma construção de identidade nacional, por intermédio da valorização de uma cultura brasileira, se faz presente em todos os discursos aqui apresentados, ao mesmo tempo em que o percebemos na Semana de Arte Moderna. Nesse aspecto, o discurso nacionalista da Semana de 22 reaparece quinze anos depois, em 1937, reconstituído nos discursos de construção da instituição do patrimônio, que também tinha como discurso o desejo de uma afirmação nacionalista.

### **1.3 IPHAN: LUGAR DE PODER E DE MEMÓRIA**

Uma das definições de *instituição* utilizada para o IPHAN neste trabalho é a que encontramos em *A Sociedade em Rede*, de Castells (2006, p. 209): “Por instituições, compreendo as organizações investidas de autoridade necessária para desempenhar tarefas específicas em nome da sociedade como um todo.”

Como instituição, o IPHAN é uma organização investida de poder e autoridade em sua área de atuação – a de proteção do patrimônio – e desempenha as funções de identificar, proteger, preservar e promover o patrimônio cultural em nome da sociedade brasileira. Proteger e preservar, por meio da conservação e proteção legal dos bens culturais; identificar, com estudos e pesquisas que situem no tempo e no espaço o patrimônio cultural brasileiro; e promover, com a difusão e informação das atividades realizadas em prol do Patrimônio. (IPHAN, 2009)

A trajetória da instituição nos faz levantar questões sobre o poder e de como este, desde o início, esteve ligado à sua criação. É o que podemos perceber no processo de sua institucionalização quando em 1936 foi articulada a organização do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, paralela à existência de uma Inspeção de Monumentos Nacionais, sem que esta tivesse qualquer participação no processo. Há de se ressaltar, ainda, que a IMN estava a cargo de Gustavo Barroso, participante do movimento integralista dos anos 30, e avesso ao movimento modernista, talvez o motivo pelo qual a Inspeção não tenha tido participação nesse processo. Segundo Chuva (1995) houve um jogo de interesses na implementação do SPHAN com a criação de um novo grupo que o levaria adiante:

A atuação da Inspetoria poderia, num primeiro olhar, ser encarada como um passo ainda tímido para o que seria desenvolvido posteriormente. No entanto, processou-se uma ruptura em termos do grupo que viria gerar e gerir o SPHAN. Durante o funcionamento da Inspetoria, Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, articulou o novo grupo. A seu convite, Mário de Andrade redigiu o anteprojeto para organização de um serviço nacional de defesa do patrimônio artístico brasileiro, com base no qual passou a funcionar em caráter experimental, em 1936 [...]. Todo esse processo correu paralelo à existência da Inspetoria, que não teve participação na formulação das bases do novo órgão. (CHUVA, 1995, p. 8)

Além disso, o SPHAN por se coadunar com os ideais de nacionalismo presentes no projeto político cultural do Estado Novo tornou-se um espaço privilegiado dentro do Regime, propiciando aos seus intelectuais a oportunidade de colocar em prática o projeto modernista que vinha sendo acalentado desde a Semana de Arte Moderna, que, entre outras coisas, deu visibilidade a uma nova concepção na arquitetura. Segundo Fonseca (2005, p. 98) “durante o Estado Novo, o Sphan funcionou efetivamente como um espaço privilegiado, dentro do Estado, para a concretização de um projeto modernista.”

As inúmeras estruturações pelas quais passou e as diversas denominações que teve ao longo de sua existência, já mencionadas em capítulo anterior, deixam claro, também, como a instituição do patrimônio foi sempre alvo de reformulações políticas e de interesses de poder. Um panorama dessas mudanças pode ser visto no quadro a seguir:

Quadro 1 – Histórico das denominações e da estrutura do IPHAN

Ano	Denominações – Trajetória
1937	Criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)
1946	Torna-se Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)
1970	Muda para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
1979	Torna-se Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) Criada a Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM) para executar a política do SPHAN
1981	Passa a ser Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)
1985	Volta a ser Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)
1990	Extintas a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a Fundação nacional Pró-Memória (FNpM) Criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC)
1994	Volta a ser Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Numa breve análise das significações dessas denominações vemos uma instituição criada inicialmente como um *serviço*, que nos remete à ação de servir a alguém, de desempenhar uma atividade ou tarefa, tarefa essa que na década de 30 era premente e visava “salvar” o patrimônio brasileiro. A instituição era criada, portanto, para prestar um serviço a toda nação.

Em 1946, com o fim do Estado Novo, a instituição se torna *diretoria*, e de novo o significado nos remete a uma ação, a de dirigir, e também a um cargo, uma ocupação. Começa uma nova fase para o Brasil que passa de um governo autoritário para um democrático. E é nessa fase que a instituição amplia sua atuação para outros estados e incorpora alguns museus, em direção a uma nova era.

A década de 70 deixa uma fase para trás, a *heróica*, e a instituição entra numa outra, a *moderna*, tentando acompanhar as mudanças do mundo e de uma sociedade mais desenvolvida e industrializada, em pleno *milagre econômico*<sup>6</sup>. Apesar disso, essa fase se inicia com um novo regime autoritário, com a entrada de Emílio Garrastazu Médici, considerado o mais repressivo de toda história do Brasil independente, por ter promovido a tortura contra presos políticos. É nesse contexto que o órgão de proteção ao patrimônio brasileiro se torna *instituto*, e dentre muitos significados desta palavra, certamente um nos vem à mente mais rapidamente, o de uma organização, algo, portanto, sólido, construído, material. E que talvez se encaixe no novo modelo que se queria para aquele momento, o de uma instituição de preservação mais descentralizada e mais próxima à sociedade.

No final da década, a instituição se torna um órgão normativo chamado de *secretaria* e é criada paralelamente uma *fundação* para executar suas políticas. Por secretaria entendemos um lugar onde se prestam e são guardadas informações. E por fundação, a ação ou resultado de fundar, criar, e ainda, assentar bases, firmar-se. Fazendo um paralelo com tais significados, o SPHAN seria não somente o órgão normativo, mas aquele que preservaria as informações e a FNpM viria para firmar as políticas da instituição. No entanto não foi isso que se viu após algum tempo.

---

<sup>6</sup> De 1967 a 1973 o Brasil alcançou taxas médias de crescimento muito elevadas e sem precedentes, que decorreram em parte da política econômica então implementada principalmente sob a direção do Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto mas também de uma conjuntura econômica internacional muito favorável. Esse período (e por vezes de forma mais restrita os anos 1968-1973) passou a ser conhecido como o do “milagre econômico brasileiro”, uma terminologia anteriormente aplicada a fases de rápido crescimento econômico no Japão e em outros países. (verbete da FGV no site <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> )

Mais uma vez a instituição passa por uma reformulação no início de um novo governo militar, o de João Batista de Oliveira Figueiredo, último presidente do regime militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1985.

A partir dos anos 80 a instituição oscilou entre subsecretaria e secretaria até 1990, quando o governo de Fernando Collor faz inúmeras mudanças na área da cultura, com a extinção do MINC, do SPHAN e da FNpM. É criado para substituir as duas últimas instituições o IBPC, de novo um *instituto*. O momento é marcado por uma ruptura, como nos afirma Fonseca (2005, p. 218): “o desmantelamento da área da cultura, no início do governo Collor produziu uma quebra na continuidade de uma política estatal que se caracterizava pela estabilidade.”

As modificações estruturais e de denominação pelas quais passou o IPHAN são a materialização de uma historicidade, fruto das políticas e dos governos de cada época. No próximo quadro veremos como estas mudanças estão ligadas, em sua maioria, ao início de uma nova gestão de governo.

Quadro 2 – Presidentes em exercício durante as mudanças estruturais e de denominações do IPHAN

Ano	Presidente
1937	Getúlio Vargas (início de governo)
1946	Eurico Dutra (início de governo)
1970	Emílio Médici (estava há poucos meses no governo, desde outubro de 1969, quando entrou na década de 70)
1979	João Figueiredo (início de governo)
1981	João Figueiredo (sem mudanças no governo)
1985	José Sarney (início de governo)
1990	Fernando Collor (início de governo)
1994	Itamar Franco (com a saída de Collor, assumiu em 1992. O ano de 1994 foi o final de seu governo)

Uma das funções do IPHAN, o tombamento, é um campo de poder. O ato de tomar um bem material ou inventariar um bem imaterial é um processo de seleção e atribuição de valores realizados por profissionais imbuídos de autoridade pela instituição. A estes é dado o poder de decisão sobre a coletividade. A instituição detém, assim, o poder de definir o que será considerado patrimônio nacional e que irá, portanto, fazer parte da memória do povo brasileiro. Fonseca (Ibid. p. 181) considera o instituto do tombamento “a prática mais

significativa da política de preservação federal no Brasil [...] não só pelo poder de delimitar um universo simbólico específico, como também por intervir no estatuto da propriedade e no uso do espaço físico.”

Douglas (1998, p. 118), no livro *Como as instituições pensam*, aborda como as instituições operam classificações, e pergunta “como é possível pensarmos sobre nós mesmos na sociedade a não ser usando as classificações estabelecidas em nossas instituições?” Nesse aspecto, o IPHAN estabeleceu inúmeras classificações quando do início de sua institucionalização. Ele estava imbuído de autoridade para classificar o quê e porque algo iria ser protegido como bem cultural maior do povo brasileiro e digno de ser preservado, relegando o que não fosse tombado ao esquecimento. É a esta autoridade que Castells (2006, p. 209) se refere quando define *instituição*. E assim, imbuídos dessa autoridade, coube aos intelectuais do Patrimônio a tarefa maior de selecionar, recolher, catalogar e classificar aquilo que seria representativo da cultura brasileira, construindo assim uma política de tombamento que se reflete até hoje no trabalho da instituição.

A instituição do Patrimônio tem, portanto, um papel decisivo sobre a sociedade, no que se refere às políticas de preservação que serão implantadas. Mendonça (1995, p. 78) afirma que “na qualidade de personificações do Estado, elas (agências públicas de gestão dos bens culturais) se tornam ‘juízes supremos’ do poder simbólico, por isso mesmo aptas a legalizar um capital cultural qualquer.” Como ‘juiz supremo’, coube à instituição, e ainda hoje é assim, dizer ao povo brasileiro o que seria nomeado bem nacional. Ao realizar o trabalho de selecionar, inventariar e classificar os bens que serão inscritos em livros de tomo ou em livros de registro, alçando-os à condição de patrimônio brasileiro, o IPHAN está, inevitavelmente, regulando memórias, fazendo escolhas, atribuindo valores, provocando lembranças e esquecimentos. Ele está criando, assim, suportes para a preservação da memória coletiva e operando o enquadramento dessa memória (POLLAK, 1992).

Podemos compreender, ainda, o tombamento e o registro como *arquivos*, compostos por categorias. E em cada uma dessas categorias estão arquivados os bens classificados como os mais significativos de nossa memória e identidade. Falamos aqui de arquivos no sentido comum do termo, como um campo de documentos

ordenados sobre uma questão (PÊCHEUX, 1997), o patrimônio, que “estrutura-se pelo não-esquecimento, pela presença, pelo acúmulo, pelo efeito de completude.” (ORLANDI apud ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 97.) E, também, da vontade de *guardar*, que irá constituir o arquivo, que se reflete em escolhas do que será lembrado e do que será esquecido, no que pode e não pode ser dito que fazem parte dos sistemas de enunciados. Foucault (2008, p. 146) considera *arquivo* como sendo “todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) [...] que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios [...] tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo.”

Esses arquivos e sua materialidade – livros de tombo e registro – são também *lugares de memórias* na medida em que “a razão de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial...” (NORA, 1993, p. 21) Ao criar essas classificações e seus livros, a instituição do patrimônio tenta parar o tempo e impedir que os bens culturais brasileiros sejam relegados ao esquecimento ou levados à “morte”. Esses arquivos acabam por conferir materialidade ao discurso que justificava a criação da instituição, na tentativa de se evitar a evasão das riquezas brasileiras do país, e constituem-se em memória.

O IPHAN nasce, assim, da necessidade de se perpetuar uma memória brasileira, salvaguardando seu patrimônio cultural. E por memória estamos falando daquela concebida por Halbwachs (1990, p. 16), que é coletiva, constituída a partir de um grupo social. Memória coletiva que envolve as memórias individuais e congrega lembranças e esquecimentos. A memória é, pois, uma construção social, “porque, em realidade, nunca estamos sós [...] temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem”.

Na condição de guardião da memória brasileira e de seu patrimônio cultural, a instituição se transforma em um lugar de construção da identidade brasileira, um *lugar de memória*, na concepção de Nora (1993), que nos lembra que se fala tanto em memória porque ela não existe mais e que há locais de memória porque não há mais meio de memória. Há lugares de memória, portanto, porque há uma vontade de memória. E por isso consagramos lugares para guardar nossas memórias. Segundo Abreu:

[...] a memória teria deixado de ser uma função ativa do conjunto da sociedade para se tornar atributo de alguns. Ao invés de ser encontrada no próprio tecido social - no costume, na tradição -, a memória tomaria forma em lugares determinados passando a depender de agentes especialmente dedicados à sua produção. (ABREU, 1994, p. 206)

Assim podemos compreender o IPHAN, como agente de resgate, construção e proteção da memória. Ele foi criado numa época em que a preocupação com o resgate da memória brasileira fazia parte do projeto cultural do Estado, havia, portanto, uma vontade de memória. A ele não caberia somente elaborar o “Documento de Identidade da Nação Brasileira” (FURTADO, 1987, p. 35), mas ser o agente de produção dessa memória, um *lugar de memória*, um lugar onde a memória seria ‘protegida’ e ‘preservada’, um lugar de pertencimento.

Passados pouco mais de setenta anos, o trabalho da instituição pode ser reconhecido em cerca de 21 mil edifícios tombados, 79 centros e conjuntos urbanos, 9.930 mil sítios arqueológicos cadastrados, mais de um milhão de objetos, incluindo acervo museológico, cerca de 834.567 mil volumes bibliográficos, documentação arquivística e registros fotográficos, cinematográficos e videográficos, além do Patrimônio Mundial. A instituição tem buscado uma atuação em regiões historicamente pouco atendidas, com a difusão e a implementação de ações de educação patrimonial, que visam a uma aproximação mais estreita com as comunidades; além da identificação e proteção dos bens de natureza imaterial, que permitam a ampliação do reconhecimento da diversidade cultural do país, tais como das populações indígenas, afro-descendentes e descendentes de imigrantes. Além disso, vem buscando, também, a ampliação do uso social dos bens culturais preservados e o acesso aos benefícios gerados pela preservação, por meio do desenvolvimento social e econômico, com respeito aos valores culturais e aos recursos naturais (IPHAN, 2009).

O IPHAN que completou 70 anos em 2007 não é o mesmo do início de sua institucionalização, quando era denominado SPHAN. Ele cresceu durante esse período, possuindo inúmeras unidades espalhadas pelo Brasil, que ampliam em muito o alcance de suas atividades.

\*\*

Retomando o nosso objetivo de compreender como se deu a construção do discurso sobre a instituição federal de preservação do patrimônio brasileiro pela mídia escrita em dois momentos históricos, apresentamos neste capítulo o IPHAN, a primeira das duas instituições foco da presente pesquisa, e procuramos empreender algumas análises e discussões sobre ela. A segunda instituição – a mídia – será apresentada a seguir no próximo capítulo, no qual buscamos compreender como esta contribui para o processo de construção da memória do IPHAN.

## CAPÍTULO II

### A INSTITUIÇÃO MÍDIA

*A imprensa é o dedo indicador.*

Victor Hugo

A mídia impressa tem seu início oficial no Brasil no ano de 1808 com a vinda da família real portuguesa para o país. Antes disso éramos um país atrasado, sem direito à informação. O primeiro jornal brasileiro publicado em território nacional, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, começa a circular em setembro desse ano. Órgão oficial do governo português, esteve sob a censura da família real e publicava documentos oficiais e notícias que favoreciam a imagem da realeza, além de notícias sobre a vida européia. Paralelo a isso, por iniciativa de Hipólito da Costa, em Londres, é lançado o *Correio Braziliense*, que chega ao Brasil em outubro e consegue grande repercussão nas camadas mais esclarecidas. No entanto, ele é logo proibido e apreendido por fazer oposição à corte portuguesa. Vemos, assim, que desde seu início a imprensa foi alvo de interesses e se por um lado percebemos seu uso pelo Estado, representado naquela época pela monarquia, de outro ela é utilizada como arma contra o governo e sua censura, o que nos leva a pensar como o compromisso com a verdade já se iniciava naqueles tempos.

Como ponto inicial deste capítulo, interessa-nos conhecer a imprensa do século XX, construída sob a égide de um discurso imparcial, neutro e comprometido com a verdade.

Num segundo momento, discutiremos a mídia escrita como agente de produção de sentidos e de construção da memória social. A partir disso, buscamos refletir como a instituição Mídia, através de seus discursos, legitima ou institui sentidos sobre o IPHAN, ajudando, assim, na construção ou sedimentação da imagem institucional e da identidade dessa instituição.

Para embasar a discussão, será contextualizado o Jornal do Brasil nos dois períodos escolhidos para análise: os anos de 1936-1937, situados no início do regime

ditatorial de Getúlio Vargas, correspondem ao período de institucionalização do IPHAN; e o ano de 2007, corresponde aos 70 anos da instituição. Pretende-se com isso compreender quais foram as condições de produção que circunscreveram a construção de um discurso midiático sobre a instituição de proteção do patrimônio cultural brasileiro.

## **2.1 A IMPRENSA BRASILEIRA DO SÉCULO XX**

O século XX nasce sob o símbolo da modernização. O Rio de Janeiro segue esse curso e também moderniza seu centro urbano. Os bondes elétricos, a circulação dos primeiros automóveis nas ruas e a utilização da iluminação elétrica refletem algumas dessas mudanças. E a imprensa não fica atrás. Gomes afirma que

O século nascia, no Rio de Janeiro, com uma promessa de jornal. A tardia imprensa brasileira acelerava os passos para entronizar-se na modernidade, como veículo, mídia e ao mesmo tempo produto desta área e de todas as suas afirmações e contradições. (GOMES, 2007, p. 187)

Os jornais, em busca de consolidar sua força junto ao público, implantam novos artefatos tecnológicos que permitem maior tiragem e maior qualidade e rapidez na impressão. O cinematógrafo, o fonógrafo, o gramofone, os daguerreótipos, a linotipo, as marinonis são alguns desses artefatos que produzem amplas transformações nos periódicos que circulavam na cidade do Rio de Janeiro nesse período. Tanta tecnologia permite aos jornais aumentar o número de páginas de suas edições. Buscam, ainda, diminuir as distâncias entre o acontecimento e o leitor. Tudo se torna mais próximo e visível com a possibilidade de sabermos em poucas horas o que se passa no mundo. Espaço e tempo ganham nova dimensão. E as tecnologias são utilizadas para construir o jornalismo como lugar da informação neutra e atual. A opinião é, assim, deixada de lado em prol de uma idéia de informação isenta. (BARBOSA, 2007, p. 21-24)

As notícias tinham que ser divulgadas imediatamente, o que justifica a grande multiplicação de edições sucessivas ao longo do dia para dar conta de tudo o que ocorria durante as vinte e quatro horas.

Essa nova dimensão de espaço e tempo que a galopante modernidade trouxe transforma a imagem do jornalista; se antes sua função era a de opinar, agora terá somente que informar, ser a testemunha ocular, os “olhos” do leitor e trazer os fatos até ele.

As novas tecnologias propiciam aos jornais, com a introdução das ilustrações, uma aproximação com a maioria analfabeta da época. É através delas que se consegue transmitir a informação para essa parte da população. Nesse sentido, o Jornal do Brasil foi o primeiro a se utilizar dessa inovação e foi, também, entre os jornais,

[...] muito provavelmente um dos primeiros a assumir um caráter capitalista, de forma profissionalizada, deixando para trás a imprensa artesanal, voltada apenas para a divulgação e propaganda de idéias e ideais, sem a organização e o discurso que vão caracterizar os jornais e a imprensa, em geral, a partir já das primeiras décadas do século XX. [...] (GOMES, 2007, p. 184)

As mudanças ocorridas nos jornais não são só de conteúdo, mas atingem também o processo de produção dos mesmos. O crescimento acabou por gerar a necessidade de profissionais especializados em diversas áreas e assim os jornais passaram a contar com um quadro variado de redatores, críticos, repórteres, revisores, desenhistas, fotógrafos e outros tantos funcionários.

A revolução na forma de fazer jornal continua durante a década de 20 e é marcada pela difusão de rotogravuras a cores, pelo reaparelhamento das oficinas gráficas e pelas modificações na forma de organização empresarial dos jornais, com a introdução, por exemplo, de novas formas de assinaturas e venda avulsa. Além disso, a construção do moderno prédio do jornal *A Noite* é considerada um marco da modernização do jornalismo do final dessa década. É nessa década, ainda, que se registra o aparecimento de um grande número de periódicos, mais de 800 deles. (BARBOSA, 2007, p. 58-59 e 84)

Início do período conhecido como Estado Novo, a década de 30 foi marcada pela ditadura. Getúlio Vargas assume um governo centralizador, que se estenderia por quinze anos. O Estado passa a controlar tudo, a liberdade de imprensa é cerceada e a mídia, em especial o rádio, é utilizada para divulgar o projeto do Governo, através da massificação das informações. É criado para isto, em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com a finalidade de controlar as informações veiculadas nos meios de comunicação e promover a imagem de Getúlio.

A Constituição de 1937, em seu artigo 122, considerou a imprensa como um serviço de utilidade pública e impôs uma série de restrições, como a que determinava que jornalistas e jornais tivessem que se registrar no DIP, além de obrigar a inserção de comunicados do governo. Os meios de comunicação passam, então, a conviver com a figura do censor, que tinha o poder de dizer quais matérias seriam publicadas. Nessa época, muitos veículos de comunicação deixam de circular por não conseguirem o registro obrigatório no DIP.

As relações de poder com o Governo nesta época são no mínimo ambíguas, pois, se por um lado parte da imprensa é contrária às idéias do Estado Novo e por isso sofre perseguição, por outro lado há, também, uma parte que se beneficia com os acordos que são estabelecidos.

A década de 50 é considerada o momento singular da trajetória da imprensa. Todas as mudanças ocorridas a partir dessa década vão construir a idéia de imparcialidade e neutralidade da imprensa, que permanece até os dias atuais. Interessa-nos, portanto, mostrar essa trajetória para conhecer como ocorreu essa transformação na imprensa e, assim, termos o embasamento necessário para nossos estudos no ano de 2007.

O país vivia um momento de grande desenvolvimento e modernização. Os jornais acompanham esse momento e, a partir das mudanças em seu processo de produção, transformam a imagem do jornalismo que se fazia até então construindo um marco, como nos mostra Barbosa:

As reformas dos jornais da década de 1950 devem ser lidas como o momento de construção, pelos próprios profissionais, do marco fundador de um jornalismo que se fazia moderno e permeado por uma neutralidade fundamental para espelhar o mundo. [...]

Os jornais, ao priorizarem, a partir daí, um conteúdo enfeixado pela idéia de imparcialidade contida nos parâmetros do lide e na edição, no qual o corpo de copy-desk ganha destaque, e ao promoverem a padronização da linguagem, constroem para a imprensa o espaço da neutralidade absoluta. (BARBOSA, 2007, p. 150-151)

Algumas dessas mudanças foram visíveis como, por exemplo, o uso do lide (*lead*), que consistia na utilização no primeiro parágrafo das principais informações da notícia (o que, onde, quando, quem, por que e como); a utilização de linguagem menos rebuscada e sem adjetivos; a utilização de uma quantidade maior de imagens e ilustrações; a ênfase nos títulos e manchetes e a não utilização de narrativa na primeira pessoa. Assim, para Ribeiro

Se antes, o jornalismo havia sido o lugar do comentário sobre as questões sociais, da polêmica de idéias, das críticas mundanas e da produção literária (Buitoni, 1990:177), agora, ele passa a ser o “espelho” da realidade. Vistos como se emergissem naturalmente do mundo real, os acontecimentos, concebidos como *notícia*, passam a ser a unidade básica de construção dos jornais. O jornalista é definido, nesse contexto, como um puro mediador, como um observador neutro, desinteressado. (RIBEIRO, 2003, p. 116-117)

A próxima década será marcada pelo Golpe de 64. Com o Golpe, o regime militar assume o governo brasileiro, encerrando a gestão do então presidente João Belchior Marques Goulart, mais conhecido como Jango, e permanecendo no poder até 1985.

O Golpe de 64 traz consigo a censura às informações, que atinge novamente a imprensa. É criado, então, o Serviço Nacional de Informações (SNI), à semelhança do DIP do Estado Novo, para controlar as notícias que saíam na mídia. Mas é em 1968 que a censura se torna mais rigorosa com a promulgação do Ato Institucional nº 5, o AI-5, o quinto de uma série de decretos emitidos pelo regime militar que sobrepondo-se à Constituição brasileira dava poderes extraordinários ao presidente. Uma das primeiras medidas do AI-5 foi o fechamento do Congresso Nacional por quase um ano. De novo, parte da imprensa reage à censura e parte aceita as ordens impostas. Mas segundo Barbosa (Ibid., p. 150) “as condições políticas brasileiras – o Golpe de 1964 e a censura à imprensa – consolidariam de vez o processo de transformação do jornalismo carioca.”

O desaparecimento de inúmeros periódicos será o marco da década de 70. Deixam de circular, entre outros, o *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias* e *O Jornal*. A crise nos jornais teve vários fatores, entre eles destacamos a alta do custo do papel de imprensa, o término da isenção do imposto de renda para os jornais e a perda de parte da publicidade para as emissoras de televisão. No entanto, alguns jornais ganham prestígio, como *O Globo* e *O Dia*. O sucesso do primeiro pode ter ocorrido por alguns fatores, entre eles, os anúncios veiculados na TV Globo, pertencente ao mesmo grupo; as mudanças editoriais, como a impressão em *off-set*; e o lançamento da edição de domingo. O sucesso do jornal *O Dia* deve-se, entre outras coisas, ao seu apelo popular. Sua linha editorial se baseava em notícias policiais, políticas e nas reivindicações operárias, o que atingia as classes de menor poder aquisitivo.

A partir dos anos 80, a imprensa passa por novas mudanças como por exemplo a utilização das tecnologias de informática e a ênfase aos temas econômicos e ao jornalismo investigativo. Surgem, também, inúmeros cadernos especializados.

Vimos que no decorrer do século XX a imprensa brasileira passou por mudanças estruturais intensas, mas a mais significativa, e que nos interessa para a próxima discussão, foi a construção de um discurso jornalístico neutro e isento, de uma idéia de imparcialidade que norteia o imaginário sobre a imprensa até hoje. Ao jornalista caberia reportar somente os fatos. A opinião ficaria, portanto, para os editoriais, crônicas, cartas dos leitores e artigos assinados. Com o crescimento do número de informações, coube ao jornalista, também, dizer quais dessas seriam transformadas em notícias e que, portanto, viriam a público.

## **2.2 IMPRENSA E CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS**

Mariani (1999) definiu as instituições como sendo

fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais. São práticas discursivas

que se legitimaram e institucionalizaram, ao mesmo tempo em que organizaram direções de sentidos e formas de agir no todo social. (MARIANI, 1999, p. 51)

Vimos no item anterior que, durante décadas, práticas discursivas construíram a ilusão de um discurso jornalístico neutro, verdadeiro e imparcial que acabou por criar um imaginário social sobre a instituição imprensa.

No entanto, esse processo já estava pré-estabelecido e não é percebido pelo leitor. Como nos diz Ferreira (2007, p. 59) “estão apagados para o leitor os processos de significação constitutivos de sua historicidade, que levam à naturalização e institucionalização dos sentidos colocados em circulação.” Esse imaginário de transparência constrói um real sobre os fatos noticiados, um real que se quer verdadeiro. Assim, a imprensa e seus jornalistas construíram um discurso de relevância e importância, na medida em que prestariam um serviço de levar a “verdade” ao leitor.

Quando falamos dos jornalistas estamos falando não do sujeito pragmático, mas do sujeito do discurso e das posições-sujeito que este ocupa. Falamos do sujeito interpelado pela história, pela língua e pela ideologia, que fala de um determinado lugar. Ele não fala, portanto, por si só. Assim, o discurso jornalístico é construído na relação desse sujeito com o mundo e com os grupos sociais a que pertence. Ele é afetado pelos muitos discursos em circulação que acabam por constituí-lo e “como qualquer outro discurso, é produzido em condições históricas de confrontos, alianças, e adesões que gerenciam e constituem as interpretações produzidas”. (MARIANI, 1999, p. 111) A filiação de sentidos advinda desse processo, no entanto, fica apagada para o leitor que não percebe o jogo de forças instaurado nos discursos, nem que tais sentidos vão ajudando a construir uma memória. “A imprensa, então, ajuda a construir/desconstruir a memória histórica/oficial num processo que para o leitor comum passa despercebido”. (Ibid., p. 112)

A memória de que trataremos aqui não é a entendida como a capacidade cognitiva individual de poder se lembrar de alguma coisa, mas sim aquela no sentido social, o conjunto de experiências acumuladas pelos homens ao longo do tempo, que pode ser recuperado nos textos, e que está inscrito, portanto, na materialidade discursiva. (NAVARRO, 2007, p.142)

Halbwachs (1990) iniciou os estudos neste campo formulando a idéia de que só no social, no pertencimento a um grupo e na interação com os outros, a memória seria potencialmente significada. E que na verdade a memória individual não existe sem sua relação com as experiências sociais e as inúmeras relações pelas quais passamos nos grupos.

Pollak (1992) afirmou, ainda, que a memória é um fenômeno construído e disputado por diferentes grupos e permeado de conflitos sociais e intergrupais, ou seja, configura-se em um campo de disputas e de poder. Segundo ele, a memória é também um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. A memória é, portanto, o suporte na construção de nossa identidade. Há, no entanto, como aponta o autor, um constante trabalho de *enquadramento da memória*, na escolha do que vai ser lembrado e do que será esquecido. Os esquecimentos, os silenciamentos e o próprio lembrar são constitutivos da memória e fazem parte do processo de construção dos sentidos.

Barbosa nos fala desse *enquadramento da memória* dentro do trabalho jornalístico. Segundo a autora

é preciso considerar, também, que o jornalista, ao selecionar fatos, relegar outros ao esquecimento, escolher a forma de sua narrativa e ao definir o lugar na página a ser ocupado pelo texto, dirigindo um olhar subjetivo sobre o acontecimento, mantém como essencial nesse trabalho a dialética lembrar e esquecer. Aos relatos que devem ser perenizados, imortalizados pela prisão da palavra escrita, contrapõem-se outros que devem ser relegados ao esquecimento. (BARBOSA, 1996, p. 156)

Para as autoras Ribeiro e Brasiliense (2007, p. 222) os meios de comunicação são os principais atores na realização do trabalho de enquadramento dos acontecimentos do presente e do passado e “é através deles que se realiza a operação da memória sobre os acontecimentos e as interpretações que se quer salvaguardar.” Esse enquadramento realizado pela mídia produz, portanto, memória. Em seu trabalho de memória opera com a seleção das informações, num jogo de esquecimentos, silenciamentos e lembranças.

Nesse sentido o discurso jornalístico, apesar de dar a ilusão de isenção, não é neutro. Embora a mídia se autodenomine como tendo um discurso imparcial, sua tendência para produzir significados e seu papel na formação da opinião pública não podem ser subestimados.

Esse papel confere à mídia uma posição dentro da sociedade, como ressalta Ribeiro (2003, p. 115): “os meios de comunicação, neste século, passaram a ocupar uma posição institucional que lhes confere o direito de produzir enunciados em relação à realidade social aceitos como verdadeiros pelo consenso da sociedade.” E, ainda, conforme a autora, o seu discurso se revestiria de uma *aura de fidelidade aos fatos*, que leva o leitor a acreditar que aquilo que está no jornal é a verdade. “O discurso jornalístico possui, assim, uma certa objetividade, um *efeito de sentido*, produzido por suas próprias estratégias enunciativas. E é essa objetividade o que lhe atribui, nas sociedades contemporâneas, o estatuto de porta-voz das verdades factuais.” (Ibid., p. 118)

Apesar de serem aceitos como verdadeiros, sabemos que todo discurso é construção e processo. Ribeiro nos fala também que a mídia se transformou no principal *lugar de memória* das sociedades contemporâneas, espaço privilegiado de arquivamento e produção da memória.

Segundo Ferreira (2007, p. 57) “admite-se hoje, que, imersa na vida social, a mídia faz muito mais do que apenas refletir o imaginário, os acontecimentos do cotidiano e as tendências da mudança social.” Dessa forma, a mídia e o discurso construído por ela, vão produzindo sentidos, contribuindo, assim, para a construção da memória e da identidade nacional.

Analisar, portanto, o discurso jornalístico é

considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário. Em suma, o discurso jornalístico (assim como qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade. (MARIANI, 1993, p. 33)

A partir dessa concepção, a seguir apresentaremos o Jornal do Brasil inserido no contexto dos dois períodos de análise desta pesquisa e, portanto, constituído a partir do funcionamento imaginário de cada época.

### **2.3 O JORNAL DO BRASIL NOS ANOS DE 1936, 1937 E 2007**

Em 1891 nascia o Jornal do Brasil. Nascia assim, com **Z** no lugar do **S**. Fundado pelo jornalista e ministro da Educação do Império Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, tinha como intenção defender o regime deposto. De nível elevado, contava com a colaboração de nomes como o escritor e jornalista José Veríssimo, principal idealizador da ABL; o jornalista e diplomata Joaquim Nabuco, um dos fundadores da ABL; o advogado e político Aristides Spínola; o diplomata e Ministro de Estado José Maria da Silva Paranhos Júnior, conhecido pelo título nobiliárquico de Barão do Rio Branco; e outros como o escritor e embaixador Manuel de Oliveira Lima, também um dos fundadores da ABL, então apenas um jovem historiador. As afinidades da maioria desses elementos com o regime deposto foram sintetizadas por Nabuco como *a melhor República possível*. O periódico inovou por sua estrutura empresarial, parque gráfico, pela distribuição em carroças e a participação de correspondentes estrangeiros, como o escritor português Eça de Queirós. O seu primeiro número veio a público em abril.

De orientação conservadora, defendia a monarquia recém-derrubada, o que agravou a crise entre o periódico e o Governo Republicano. Em 16 de dezembro de 1891 o Jornal do Brasil tem sua oficina depredada. No ano seguinte passa a ser propriedade de uma sociedade anônima, tendo por sócios majoritários Ferreira de Almeida e o Conde de Figueiredo. (BARBOSA, 2007, p. 32)

Em maio de 1893 é de novo vendido e assume a função de redator-chefe o jornalista Rui Barbosa, que logo muda, no título, o **Z** de Brasil para **S**. Nessa fase inicial, o Barão do Rio Branco colaborou, em suas páginas, com as célebres colunas *Efemérides* e *Cartas de França*. Foi nessa época, também, que

o jornal começou a receber notícias telegráficas por meio do serviço da agência *Reuter-Havas*, que havia se instalado no Brasil em 1874. Quando se iniciaram as transmissões telegráficas, via cabo submarino, que ligou o país à Europa, esse novo avanço nas comunicações permitiu a publicação de notícias internacionais nos principais jornais brasileiros (BAHIA, 1967: 129; SODRÉ, 1999: 215 apud FONSECA, 2008, p. 1537)

Por ter sido o único periódico da então Capital a publicar o manifesto do Contra-Almirante Custódio de Melo quando da eclosão da Segunda Revolta da Armada (6 de setembro de 1893), o presidente da República, Floriano Peixoto determinou o fechamento do jornal e mandou caçar Rui Barbosa, *vivo ou morto*. O jornal, fechado, assim permaneceu por um ano e quarenta e cinco dias e Rui Barbosa partiu para o exílio na Inglaterra.

A partir de 15 de novembro de 1894 volta a circular, sob a direção da família Mendes de Almeida. A opção pela data assinalava o apoio à República, indicando que o periódico não pretendia mais ser identificado como monarquista, e a sua nova proposta editorial voltava-se para temas mais populares, dando início, assim, a uma nova fase “onde o *Jornal do Brasil* se intitularia, conforme o editorial do número de relançamento como: ‘legítimo e natural representante do povo.’” (FONSECA, 2008, p. 1537) Segundo Barbosa:

Do ponto de vista editorial, o periódico introduz diversas inovações. A profusão de ilustrações, o que leva à criação de uma edição ilustrada – o *Jornal do Brasil Ilustrado* – já em 1898; a pretensa isenção nas notícias, que recebem um cunho claramente informativo, deslocando a opinião política para duas colunas semanais; a edição de notícias e ilustrações que se referem ao cotidiano dos habitantes da cidade; a crítica concentrada nas caricaturas; a publicação das modinhas e canções populares e a inclusão de uma seção de passatempo podem ser alinhadas entre as mudanças mais marcantes. (BARBOSA, 2007, p. 34)

Essa nova fase se revelaria duradoura e levaria o jornal a várias frentes. Em 1900 já era expedido para todo o Brasil e lança a primeira edição vespertina. Segundo Sodré

Possuía uma tiragem extraordinária para a época, chegando a 62.000 exemplares diários em 1902. Para ilustrar a magnitude desses

números, em 1900, quando a tiragem do periódico ainda era de 50.000 exemplares diários, o *Jornal do Brasil* se gabava por se superior ao *La Prensa*, de Buenos Aires, que até o ano anterior era o de maior tiragem na América do Sul (SODRÉ, 1999: 274 apud FONSECA, 2008, p. 1538).

Em 1905 começa a construção de sua sede na Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, concluída em 1910 e considerado o prédio mais alto da América Latina da época. 1910 foi também o ano em que “chegou a produzir de 5 a 6 edições diárias. Nessa época existiam 40 agências [...] espalhadas pela capital [...] (SILVA, 1988: 52 apud FONSECA, 2008, p. 1540). O JB volta a ser pioneiro em 1912, quando dedica uma página inteira ao esporte. Tempos depois possuía um dos maiores parques gráficos da imprensa brasileira. Gomes afirma que

*O Jornal do Brasil que vira o século é uma imprensa que busca ampliar sua circulação, define um público alvo – a então emergente classe média e uma faixa ampla de um público popular, que começa a ocupar os subúrbios da cidade – e desenvolve uma linguagem que, sem perder contato com o linguajar das elites de sua época, era também familiar e até instrutora daquele público mais amplo. (GOMES, 2007, p. 183)*

No entanto, com o início da 1ª. Guerra Mundial em 1914 há uma elevação nos preços de vários produtos importados, como o papel jornal, levando o JB a uma grave crise financeira, endividado que estava com os investimentos de modernização, que culminou com sua hipoteca para o Conde Pereira Carneiro em 1919.

A década de 30, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, é marcada por tempos difíceis em todos os setores. E a imprensa, se não toda, mas em sua maioria, sofre com o cerceamento da liberdade. Por causa disso, o Jornal do Brasil é invadido e fechado por quatro meses, tendo em vista o apoio dado aos opositores do novo regime. O JB só volta a se engajar mais abertamente nas lutas políticas em 1933. Com a candidatura do conde Pereira Carneiro à Constituinte pelo partido Autonomista do Distrito Federal, o jornal passa a ser um de seus veículos de divulgação e no ano seguinte apoia a Constituinte, porém, não aceita o continuísmo de Vargas. (FONSECA, 2008, p. 1542)

Em 1937, como veremos mais detalhadamente no item 2.3.1, Vargas decreta o Estado Novo e a imprensa nacional é cerceada em sua liberdade.

Em 1954 com a morte do Conde Pereira de Carneiro, sua viúva, a Condessa Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro, com a ajuda do genro, Manuel Francisco do Nascimento Brito, assume sua direção. Em 1956 Nascimento Brito torna-se diretor executivo da empresa e contrata o jornalista Odilo Costa Filho para coordenar a reformulação do jornal, que deu início a uma fase de modernização e a aquisição de novos equipamentos. A primeira iniciativa foi o lançamento do *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil*, embrião do *Caderno B*.

Os anos 70 foram complicados para o JB que entra em nova crise financeira, conjunção de um ataque político, que minou as receitas do jornal, aliado a um grande endividamento, fruto de investimento numa nova sede:

A crise econômica começou a se delinear nos anos 70, quando o **JB** estava no auge. Era o jornal mais vendido no Rio, tinha um faturamento estupendo e desfrutava de prestígio em todo o país. [...] A mudança de sua antiga e tradicional sede, na Avenida Rio Branco, para um prédio moderníssimo na Avenida Brasil talvez tenha sido o elemento decisivo para a deflagração da crise. Para construí-lo, a empresa se endividou pesadamente. [...]

"Sofremos devassas fiscais e cercos publicitários cujos reflexos sentimos até hoje", diz José Antônio do Nascimento Brito. O general Hugo Abreu, ministro do governo Geisel, escreveu um plano oficial para fechar o jornal. Minucioso, o general detalhava como seriam pressionados os anunciantes e de que maneira a máquina do Estado seria usada para fazer devassas fiscais na empresa. (JB, 2009)

Apesar disso, é durante esta década, em 1976, que o JB publica o primeiro número da revista *Domingo*, até hoje em circulação.

Em 1983 com a morte da condessa, Nascimento Brito assume o JB.

A década de 90 marca o agravamento da crise financeira do JB e em 2001 passa por uma revitalização com seu arrendamento para novos acionistas – a Companhia Brasileira de Multimídia – sob direção do empresário Nelson Tanure, retornando seu crescimento.

O JB é tradicionalmente voltado para as classes média e alta que se concentram na Zona Sul do Rio de Janeiro, uma elite diminuta mas com altíssimo poder de formação de opinião, em âmbito nacional.

A partir de 16 de Abril de 2006 começou a circular nas bancas no formato "berliner", um formato maior que o tablóide e menor que o convencional, seguido por diversos jornais no continente europeu.

Vimos até aqui como o Jornal do Brasil passou por muitas mudanças ao longo dos anos. No entanto, para compreendermos o papel dessa mídia na construção da memória institucional do IPHAN nos períodos de 1936-1937 e 2007, faz-se necessário apresentar um recorte dos momentos sócio-históricos existente no Brasil nesses dois períodos. Buscamos com isso descortinar as condições de produção nas quais se insere o discurso jornalístico, materializado nas notícias veiculadas sobre a instituição pelo JB. A exterioridade é, portanto, constitutiva do discurso.

Para a Análise do Discurso de corrente francesa o texto só pode ser compreendido em seu funcionamento e para isso é preciso pensá-lo em relação às condições de produção em circulação, ligando-o a sua exterioridade (ORLANDI, 2006, p. 16).

### **2.3.1 OS ANOS DE 1936 E 1937**

No ano de 1936 o Jornal do Brasil estava completando 45 anos de existência. Possuía em média 32 páginas por edição de segunda a sábado, tendo chegado algumas vezes a 42. No domingo o JB contava com um suplemento, por isso este tinha no mínimo 48 páginas. Todas as páginas do jornal eram diagramadas no formato de 8 colunas, salvo algumas matérias e anúncios que ocupavam duas ou três colunas e que ficavam dentro de uma caixa de texto.

A diagramação e conteúdo do Jornal do Brasil seguiam, em sua maioria, o mesmo formato. Na primeira página, na parte superior, em letras grandes, o nome **JORNAL DO BRASIL**, com a expressão *Propriedade da Sociedade Anônima "Jornal do Brasil"* logo abaixo. Separado por duas linhas duplas, embaixo destes, vemos, em cada um dos cantos, *o ano em algarismos romanos* (canto esquerdo) e o

*número da edição* (canto direito), e centralizado encontra-se a cidade (Rio de Janeiro), o dia da semana e a data. Abaixo dessa parte principal, em destaque e centralizado, vinha um quadro denominado *Na Edição de hoje*, contendo a chamada das principais notícias.

Na coluna do canto esquerdo havia um pequeno expediente com o nome dos diretores, redator principal, endereço, telefones e valores do exemplar avulso e assinaturas. Ao longo de toda página, pequenos anúncios de empregos com algumas separações entre as 8 colunas, com os títulos de *Avisos, Achados e Perdidos, Serviços domésticos*. Como nos diz Gomes em sua dissertação de mestrado (2006, p.14), esses anúncios, de ofertas dos mais variados serviços, seriam mais tarde chamados de “classificados”, o que conferiu ao Jornal do Brasil a denominação à época de “o popularíssimo” e mais tarde, por volta dos anos 30, de “o jornal das cozinheiras”.

A descrição minuciosa da diagramação de um exemplar do Jornal do Brasil e de um dos seus suplementos de domingo, respectivamente dos dias 1º. e 05 de abril encontra-se no Anexo V. E no anexo VI apresentamos a imagem da primeira página do exemplar do JB de 1º. de abril de 1936. A autorização de uso desta e de todas as outras imagens do Jornal do Brasil constantes da presente dissertação encontra-se ao final deste trabalho no Anexo XXVI.

O JB que transpõe o ano de 1937 é um jornal de prestígio, voltado para as classes média e alta, mas que, ao mesmo tempo, procura se popularizar com a inovação dos “classificados”. 1937, no entanto, se revela um ano muito difícil com a instauração do governo ditatorial de Getúlio Vargas, chamado de “Estado Novo”. Começa, então, o período de manipulação de todos os setores da sociedade e com a imprensa não é diferente.

A imprensa, de maneira geral, se alinha ao ideário do Estado Novo. Muitos meios de comunicação inclusive se aproveitam das cercanias do poder e recebem benefícios como a isenção de imposto de renda para seus jornalistas ou o subsídio integral do papel (BARBOSA, 2007, p. 111). Os que não aderem a esse ideário sofrem com a censura e muitos são fechados. Foi assim com o jornal *O Estado de S. Paulo*, que sofreu intervenção.

O Jornal do Brasil se manteve cauteloso e para isso adotava uma política de *boa vizinhança* com o poder, conforme podemos depreender no relato do próprio jornal no caderno *Edição Especial de Aniversário* de 13 de abril de 2008:

O JB não demonstrava simpatia pelo Governo Provisório de Getúlio, mas mantinha cautela. O Golpe que instaurou o Estado Novo, em 37, seria visto como uma alternativa viável para a crise política instalada, embora não concordasse com a continuidade de Vargas. O JB adotou uma política de cordialidade com o governo. (Jornal do Brasil, 13/04/2008, p. S2)

No entanto, alguns autores, como Abreu (2001, vol.3: 2869 apud FONSECA, 2008, p. 1543), afirmam que o *Jornal do Brasil* manteve relações cordiais com o DIP e demonstrava simpatia em relação à legislação trabalhista e à política econômica do governo.

Essa “cordialidade” pode ser percebida ao lermos os exemplares do ano de 1937. Em suas páginas não havia críticas ao governo de Getúlio, muito pelo contrário, algumas matérias apoiavam os ideários do Estado Novo, como na matéria intitulada “Movimento de brasilidade” ao se falar de nacionalidade:

Está o Governo imprimindo um cunho de acentuada brasilidade na confecção de cédulas, selos e moedas de produção da Casa da Moeda.

Ultimamente, as estampilhas saídas da Cada da Moeda traduzem também um vivo sentido de nacionalidade, destinado a despertar no espírito das massas, não só o culto ao que é nosso, ao que é genuinamente brasileiro, mas também o orgulho pelos nossos antepassados e pela nossa terra de eterna promessa [...] (Jornal do Brasil, 28/08/1937, p. 5)

Já em 1936 encontramos uma matéria com conotação favorável a Vargas. A matéria intitulada “O aniversário do governo” exaltava a pessoa de Getúlio Vargas e sua forma de governar. Dizia ela:

Ha seis anos, no dia de hoje, iniciava o Sr. Getulio Vargas, o seu governo.

Vinha S. Ex. para a suprema curul<sup>7</sup> da República, trazendo uma experiencia longa da administração, amadurecida quando estivera no exercicio da pasta da Fazenda do Governo Gaúcho.

Durante esses seus anos; o Governo do Sr. Getulio Vargas tem sido fecundo para o Brasil. O Presidente da Republica brasileira tem sido o chefe que sabe orientar-se pelos conselhos da prudência e da razão.

---

<sup>7</sup> Cadeira ocupada por magistrados ou pessoas revestidas de magnificência e importância.

Homem de bom senso, generoso, pacífico e pacificador, vem S. Ex. dando inalteravelmente do Brasil os exemplos mais altos de humanidade e tolerancia.

O dia de hoje é, portanto, um dia de jubilo para o país. (Jornal do Brasil, 03/10/1936, p. 5)

O nacionalismo fez, desde o início, parte dos discursos do Estado Novo e este seria uma marca que Getúlio queria imputar ao seu governo. Fazia parte do projeto de Getúlio o crescimento econômico e para isso era necessário romper nossa subordinação frente ao capitalismo mundial. A independência viria, portanto, através do resgate e fortalecimento do sentimento de nação do povo brasileiro. Para isso, engendrou uma enorme estrutura capaz de levar adiante esse projeto. Nesse período foram criadas inúmeras instituições com o intuito de ampliar mais a influência do governo sobre diversas áreas da sociedade, buscando um controle total desta.

Segundo Barbosa (2007, p. 113) “para a construção da nação seria obrigatório o controle da classe trabalhadora.” E para a divulgação de seu projeto de governo o Estado se utilizou dos meios de comunicação como caminho para atingir a população. “Assim, o lugar de operacionalização da linguagem e da ideologia estadonovista é a imprensa...”

Para a concretização de seu projeto, o Estado cria, ainda, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) com a finalidade de controlar todos os meios de comunicação, difundir a ideologia do Estado Novo e criar o mito Vargas como “pai dos pobres”.

Segundo Sodré, uma das conseqüências da censura foi o

empobrecimento da caricatura [...] Profissionais de primeira linha que trabalhavam para jornais e revistas ilustrados ficaram de mão atadas sem poder satirizar o governo. Foram oito anos de asfixia com a falta de liberdade. Só com a Segunda Guerra Mundial é que a caricatura novamente recomporia sua feição, expressando o sentimento popular contra o totalitarismo externo. (SODRÉ, 1999: 383-4 apud FONSECA, 2008, p. 1543)

Era esse, portanto, o cenário brasileiro a partir dos anos de 1936 e 1937, um país sob censura e sem liberdade de imprensa.

### 2.3.2 O ANO DE 2007

O Jornal do Brasil entra 2007 completando 116 anos e com um novo formato, o *berliner*, desde abril do ano anterior. Esse formato é usado em vários periódicos europeus e o JB foi o pioneiro no Brasil. Com tiragem por volta de 100 mil exemplares durante a semana e 150 mil no domingo, possuía cadernos fixos que somavam 40 a 44 páginas por edição.

O *Caderno A* encontrava-se subdividido nos seguintes temas *Cidade, Economia, Internacional, Saúde Ciência & Vida, País e Opinião*; o *Caderno B* era voltado para o lazer e o entretenimento, o *Caderno C* era sobre esportes; e ainda havia os *Classificados*. Na sexta o JB vinha também com a revista *Programa*, contendo a programação de lazer do fim de semana e com cerca de 50 a 60 páginas. No sábado contava com dois cadernos extras chamados *Idéias & Livros* (sobre literatura) e *Carro & Moto* (sobre veículos e anúncios), ambos com 8 páginas cada. E no domingo o jornal continha vários cadernos extras: *Caderno E*, sobre economia, negócios, serviços e carreiras; *Imóveis*, com classificados; *Revista Domingo*, com a programação de lazer da semana e sobre variedades; *Revista TV e a Revista Leia mais*, sobre livros e DVD's. Além disso podia conter ainda cadernos especiais como por exemplo sobre a *Amazônia*. Isto fazia com que viesse com cerca de 200 páginas ou mais. O *JB Ecológico* era veiculado toda última quinta-feira do mês. O JB produzia também alguns cadernos voltados para determinadas regiões do Rio de Janeiro, como *Barra, Niterói, Tijuca*, etc. que eram enviados somente para essas regiões.

A profusão de cadernos especializados e de um jornal compartimentado em seções/áreas na concepção de Mariani tem a função de desambigüisar o mundo, ou seja,

A construção das notícias se dá pela formulação de enunciados que organizam os acontecimentos em uma ordem logicamente representável. A imprensa narra, descreve e recobre a fragmentação e a dispersão cotidianas em seções – cidade, país, mundo, ciência, política, lazer, esportes, cinema etc. –, realizando uma espécie de catalogação do real, deixando o real palatável e simbolicamente disciplinado. (MARIANI, 2007, p. 199)

Na primeira página ou capa, na parte superior, em letras grandes brancas e em fundo azul, o nome **JORNAL DO BRASIL**. Acima deste, duas ou três chamadas com pequenas imagens de matérias localizadas no corpo do jornal. Ao lado destas, a previsão do tempo. Abaixo do título, as informações: à esquerda, o dia da semana; à direita, a expressão *desde 1891*; centralizado, o ano, número, data e número da edição. Ao contrário do primeiro período pesquisado, os anos de 1936 e 1937, o Jornal do Brasil de 2007 possui sempre uma matéria de destaque em letras grandes e com uma imagem expressiva em sua página principal. Além disso, havia algumas pequenas chamadas de matérias em “box”, uma charge e o resultado da megasena. Ao final de tudo, no rodapé, vinha a quantidade de páginas da edição e a localização de cada caderno.

O JB do ano de 2007 varia a diagramação em suas páginas, em alguns casos utiliza o formato de 5 colunas e em outros 8, além de usar muitas imagens e caixas de texto. Diferente dos anos de 1936 e 1937 encontramos inúmeras matérias assinadas, a abertura de espaço para as opiniões dos leitores e o resgate de fatos sobre determinados assuntos intitulados como “memória”. Uma curiosidade é a utilização de palavras-chave e de frases-resumo antes das matérias. Retomando o que nos disse Mariani (2007) anteriormente, a utilização desse formato é uma espécie de catalogação do real, uma forma de organizar e sintetizar as idéias, deixando o real palatável.

No anexo VII apresentamos a descrição minuciosa da diagramação de um exemplar do Jornal do Brasil datado de 26 de janeiro de 2007 e no anexo VIII poderemos ver a imagem da capa do referido exemplar. A escolha desse exemplar, assim como o de 1936, foi feita aleatoriamente com o propósito de não privilegiar nenhuma data específica.

O Brasil de 2007 começa com o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O primeiro mandato de Lula caracterizou-se pela baixa da inflação, redução do desemprego, crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e o maior crescimento real do salário mínimo. E isto se reflete no segundo mandato.

No ano de 2007 a economia brasileira continua a crescer<sup>8</sup> e o nível de desemprego registra a maior queda em 13 anos. Lula lança em 22 de janeiro o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, um conjunto de medidas que visa à aceleração do crescimento da economia brasileira, que previa, entre outras coisas, a criação de empregos, o abastecimento de água tratada, serviços de esgoto e de depósito adequado de lixo para mais de 24 milhões de pessoas.

Paralelo ao crescimento econômico, vemos em todos os meios de comunicação vários escândalos emergindo do poder público, como por exemplo, a *Quadrilha do Mensalão* e o *Caso Renan Calheiros*, que impulsionaram a constituição de várias Comissões Parlamentares de Inquérito, as chamadas CPI's. Nesse período vemos, também, várias greves sendo deflagradas, entre elas, a dos professores, da polícia civil e das áreas da cultura e da saúde. Além disso, nas manchetes, vemos uma crise aérea sendo deflagrada pela tragédia do vôo da TAM que partiu de Porto Alegre com destino a Congonhas, em que morreram 176 pessoas.

Enquanto isso, o Rio de Janeiro vivia um paradoxo: de um lado a realização do Pan e a elevação do Cristo Redentor a uma das sete Novas Maravilhas do Mundo; de outro lado o crescimento da violência, a instalação da Força Nacional de Segurança e a realização de várias operações policiais nos morros.

Todas as informações aqui apresentadas refletem um cenário antagônico, de um Brasil em crescimento, mas ainda com uma enorme desigualdade social. Apesar disso, o Brasil de 2007 é um país eminentemente democrático, onde há liberdade de imprensa, bem diferente, portanto, do primeiro período de nossa análise, na década de 30.

\*\*

Neste capítulo discutimos a mídia como tendo papel fundamental na construção de memórias e apresentamos o Jornal do Brasil no contexto sócio-histórico dos dois momentos analisados: 1936-1937 e 2007.

---

<sup>8</sup> Para se ter uma idéia desse crescimento, o consumo das famílias aumentou 6,5%, o que favoreceu o setor agropecuário, o que mais cresceu no período. No setor externo, as exportações apresentaram alta de 6,6% e as importações tiveram elevação de 20,7%. As melhores condições de renda e crédito também impulsionaram o desempenho da Indústria, com destaque para os recordes de produção do setor automotivo, além do setor de Construção Civil, grande gerador de empregos no período. Com a retomada da atividade, o PIB brasileiro apresentou expansão de 5,4% em 2007, a maior taxa de crescimento desde 2004, quando houve crescimento de 5,7%. (JUNIOR, 2009)

No próximo capítulo, já embasados pelas informações e discussões acerca das duas instituições foco da presente pesquisa – IPHAN e mídia, procederemos à análise do discurso construído pelo Jornal do Brasil sobre o IPHAN, buscando compreender como essas materialidades discursivas contribuem para a construção da memória sobre a instituição de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

### CAPÍTULO III

#### O DISCURSO DO JORNAL DO BRASIL SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

*Gostaria de perceber que no momento de falar  
uma voz sem nome me precedia há muito tempo:  
bastaria, então, que eu encadeasse,  
prosseguisse a frase, me alojasse,  
sem ser percebido, em seus interstícios,  
como se ela me houvesse dado um sinal,  
mantendo-se, por um instante, suspensa.  
Não haveria, portanto, começo;  
e em vez de ser aquele de quem parte o discurso,  
eu seria, antes, ao acaso  
de seu desenrolar, uma estreita lacuna,  
o ponto de seu desaparecimento possível.*

Michel Foucault. *A Ordem do Discurso*. 2008.

Neste capítulo apresentaremos a trajetória percorrida durante a pesquisa nos arquivos de periódicos da Biblioteca Nacional visando analisar o Jornal do Brasil como a mídia impressa escolhida para subsidiar os estudos sobre meu tema: a memória do IPHAN construída pela imprensa.

A partir disso, efetuaremos a análise do corpus da pesquisa, que será composto por seqüências discursivas extraídas do Jornal do Brasil nos anos de 1936-1937 e 2007, períodos de implantação da instituição do patrimônio histórico e artístico nacional e de comemoração de seus 70 anos, respectivamente, e que se configuram momentos significativos na construção da identidade institucional. Analisaremos, primeiramente, cada momento em separado e logo em seguida faremos um comparativo entre os resultados encontrados em cada período pesquisado.

Para embasar a presente análise utilizaremos a ferramenta teórico-metodológica da Análise do Discurso de linha francesa e os fundamentos que a compõem.

### 3.1 O UNIVERSO DA PESQUISA

Para alcançar o objetivo principal de nossa pesquisa, que é o de compreender como foi a construção da memória do IPHAN pelo discurso midiático, escolhemos dois momentos históricos para essa instituição: o primeiro foi o de sua criação, o que nos leva aos anos de 1936 e 1937, anos de criação do anteprojeto do “Serviço do Patrimônio Artístico Nacional” e da instituição SPHAN, respectivamente; e o segundo foi o ano de 2007, ano de comemoração dos 70 anos da Instituição.

A proposta inicial foi a de analisar jornais que estivessem em circulação nos dois momentos escolhidos para a análise. Conforme relação existente na Sessão de Periódicos da BN (Quadro 3) encontramos dezesseis jornais em circulação no ano de 1936, o primeiro momento da pesquisa. No entanto, podemos perceber que dentre estes somente cinco (O Fluminense, O Globo, Jornal do Brasil, Jornal do Comércio e Jornal dos Sports) permaneciam em circulação no ano de 2007, o segundo momento da pesquisa. Este foi um fator importante na delimitação do universo da pesquisa, na medida em que se pretende analisar os jornais nos dois momentos e por isso decidiu-se que o periódico deveria existir nos anos de 1936-1937 e 2007.

Quadro 3 – Jornais em circulação no ano de 1936

Jornal	Período de circulação
1. Correio da manhã	de 1901 a 1974
2. Diário Carioca	de 1928 a 1965
3. Diário da Noite	de 1929 a 1971
4. Diário de Notícias	de 1930 a 1976
5. O Fluminense	de 1878 a .....
6. Gazeta de Notícias	de 1875 a 1947
7. O Globo	de 1925 a .....
8. O Imparcial	de 1912 a 1942
9. Jornal do Brasil	de 1891 a .....
10. Jornal do Comércio	de 1827 a .....
11. O Jornal	de 1919 a 1974
12. Jornal dos Sports	de 1931 a .....
13. A Manhã	de 1925 a 1953
14. A Manhã	de 1926 a 1952
15. A Noite	de 1911 a 1964
16. O Radical	de 1932 a 1938

Outro fator importante na delimitação do universo da pesquisa foi a escolha pelos jornais mais antigos em circulação, pois isso confere a estes uma trajetória mais longa e consistente. Verificando, portanto, os cinco jornais do universo inicial de pesquisa, constatou-se que os três mais antigos, todos iniciados no século XIX, eram o *Jornal do Comércio*, *O Fluminense* e o *Jornal do Brasil*. No entanto, o *Jornal do Comércio* era destinado exclusivamente aos comerciantes<sup>9</sup> e o *Fluminense*, produzido na, e preferencialmente para a cidade de Niterói, portanto, de circulação restrita.

Sendo assim, como delimitação final do universo da presente pesquisa foi escolhido o *Jornal do Brasil* como mídia impressa a ser analisada, por ser este um dos periódicos mais antigos existentes e cuja importante circulação acontece nos dois momentos estudados, quais sejam, 1936-1937 e 2007.

### **3.2 ANALISANDO AS NOTÍCIAS DOS PRIMEIROS ANOS**

A pesquisa aos microfilmes do *Jornal do Brasil*, nos anos de 1936 e 1937, revelou inúmeros exemplares danificados e de difícil leitura, no entanto, isto não interferiu no levantamento dos dados.

Após uma leitura abrangente nos primeiros exemplares do *Jornal do Brasil* do ano de 1936, com o intuito de ter uma idéia da localização espacial que as matérias sobre o IPHAN ocupavam na diagramação do jornal, verificou-se que as matérias sobre a instituição e a política cultural concentravam-se nas páginas 5 a 8. Na página 5, mais especificamente na coluna *Ecos & Noticias*. Na página 6, localizavam-se nas colunas *Diversas Notas*, *Atos do Governo* e *Coisas da Cidade*, esta assinada por Juli de Azurem. E nas páginas 7 e 8, por abrigarem as matérias nacionais. Sendo assim, as matérias localizadas nessas páginas mereceram um olhar mais atento e observador durante a pesquisa. Um breve olhar sobre a localização dessas matérias revela que elas encontravam-se nas primeiras páginas de notícias propriamente ditas, pois as

---

<sup>9</sup> O editorial de lançamento do *Jornal do Commercio* do dia 1 de outubro de 1827, segunda-feira, dizia no 2º. Parágrafo: “Esta folha exclusivamente dedicada aos senhores negociantes conterà diariamente tudo o que diz respeito ao Commercio, tanto em Anuncios, como em Preços Correntes exactos de Importação e Exportação, entrada e sahida de Embarcações, etc.,etc.”

páginas anteriores eram destinadas somente aos classificados (ver Anexo V). Isso demonstra que tais matérias eram colocadas em local de destaque.

### 3.2.1 NO ANO DE 1936

Em 1936 a instituição do patrimônio ainda não estava oficialmente criada, optou-se, portanto, pela definição de algumas palavras-chave que nortegassem o campo de análise; a partir daí foram selecionadas as matérias que faziam alusão ao *Ministro Capanema, patrimônio, monumento e cultura*. Destacamos, assim, dez matérias que se encaixaram nos critérios de busca adotados, conforme relação transcrita no Anexo IX.

As primeiras matérias encontradas mencionavam os problemas políticos que o Ministro Gustavo Capanema enfrentava com a implantação da reforma da educação e da cultura e com os monumentos públicos, que sofriam com as pichações e os furtos.

Como ilustração do que acaba de ser afirmado, destaca-se a matéria do dia 02/01/36, da Coluna Ecos e Notícias, excepcionalmente localizada na página 3 (tradicionalmente dedicada aos classificados), intitulada “Ao menos isto” que falava das dificuldades do Ministro Capanema em ter aprovado seu projeto para a Cultura, na qual buscamos analisar a seguinte *Seqüência Discursiva (SD)*:

#### SD1

A despeito dos esforços e canceiras que o ilustre Sr. Ministro Capanema desenvolveu á ultima hora junto ao Legislativo, a desejada reforma pela qual o seu **Ministerio passaria** a ser o da **Cultura Nacional**, encalhou nos abrolhos e atropelos do sempre tumultuario apagar das luzes na Camara dos Deputados. [...]  
O **problema da cultura nacional**, com todos os problemas correlatos e questões afetas, é desses que merecem, precisam e exigem a colaboração do mais largo debate. [...] (Jornal do Brasil, 02/01/36, p. 3, grifos nossos)

Na matéria depreendemos as condições de produção a que o Ministério estava sujeito e que constroem uma realidade, ao dar existência ao ministério e ao problema da cultura nacional, tema que aponta para a construção de uma unidade da nação.

Outra matéria é a datada de 16/02/36, da Coluna Coisas da Cidade, localizada na página 6, onde podemos encontrar o título “Os que atentam contra os monumentos publicos” sobre a pichação desses monumentos, da qual destacamos a seguinte Seqüência Discursiva:

**SD2**

Os nossos monumentos publicos **continuam** a ser brochados de pixe, num desafio deploravel e ousado aos que **devem zelar** por êles. [...] O que estarrece a toda a gente é o fato de semelhante atentado a uma obra de arte ser levado a efeito num logradouro publico central onde a iluminação eletrica é profusa e há um café aberto a noite inteira [...] (Jornal do Brasil, 16/02/36, p. 6, grifos nossos)

A matéria remete a um discurso já visto, de continuidade. A atitude de pichar (brochar) é, portanto, um desafio a alguém que deve zelar pelos monumentos públicos.

No Anexo IX poderemos ver a relação de todas as matérias encontradas no Jornal do Brasil sobre a instituição. No entanto, como metodologia desenvolvida para a presente dissertação, optou-se por construir o corpus com as matérias em que a instituição do patrimônio fosse o tema central ou, ao menos, que fosse mencionada de maneira significativa.

Dentre as 10 matérias destacadas e selecionadas para análise, apresentamos a matéria a seguir como representativa da metodologia acima mencionada. Datada de 15 de julho de 1936 (Anexo X), ocupava quase duas colunas das oito existentes na página 8. A notícia abordava a ida do Ministro Capanema à Câmara dos Deputados para tratar do projeto de reorganização dos serviços de seu ministério. Destacamos a seguinte Seqüência Discursiva transcrita<sup>10</sup> abaixo, onde Capanema, ao falar sobre a organização (estrutura) do Ministério, expõe:

---

<sup>10</sup> As matérias analisadas aqui foram copiadas à mão diretamente do microfilme do acervo da Biblioteca Nacional e sua grafia foi mantida conforme publicada. No entanto, alguns destes microfilmes não apresentavam boa leitura, o que poderá refletir na transcrição correta dos mesmos.

### SD3

#### **Em andamento, na Camara a reforma do Ministerio da Educação**

[...] novos órgãos complementares devem ser introduzidos na Secretaria de Estado; dever-se-á estabelecer a criação de alguns serviços novos, de alta significação, que por si mesmo se explicam e se justificam. Esses serviços são o Instituto Nacional de Pedagogia e o Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional. [...] Quanto ao Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional de que o Ministerio delinea, no momento, os primeiros traços, terá o objetivo de promover, de modo permanente, o tombamento, a conservação, a defesa, o enriquecimento e o conhecimento dos nossos tesouros artisticos e historicos. Sua inclusão no sistema de serviços e atividades do Ministerio só poderá enriquecer o conjunto. (Jornal do Brasil, 15/07/36, p. 8, grifos nossos)

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10

Na primeira matéria onde a instituição SPHAN é citada, ela, juntamente com outras instituições criadas à época, é tratada como um serviço, ou seja, possui uma função, tem utilidade, presta, portanto, serviços a alguém. E é de alta significação, que por si mesmo se explica e se justifica (linha 3), entendendo-se com isto que sua existência e função por si só já explicariam sua criação, não precisando que ninguém o fizesse.

Os objetivos da Instituição, que vigoram até hoje, foram todos apresentados – promover, tombar, conservar, defender (linha 7) – e ainda ressaltando a possibilidade de enriquecimento e de conhecimento dos nossos tesouros artísticos e históricos (linha 8), que são possíveis através dessas primeiras ações. Destacamos aqui, que esses objetivos são paráfrases das competências da instituição, encontradas no capítulo I do Anteprojeto do SPHAN de 1936 (Anexo II). Assim, o discurso midiático reflete o já-dito no Anteprojeto.

Ao se usar a palavra permanente antes das funções da instituição percebe-se que estas seriam definitivas. Não haveria hipótese de vir a ser modificado no futuro. Nota-se, também, o uso do pronome nossos, numa clara tentativa de envolvimento daquele que enuncia – enunciador – com aquele(s) que recebe(m) o enunciado. O jornalista assume, assim, as vozes do jornal e do leitor como a dele.

No fim do texto destacamos, ainda, o uso dos termos enriquecimento, tesouros e enriquecer (linhas 8/10) que dão um sentido maior ao trabalho desta instituição, pois sua função seria proteger (defender) algo de muito valor. Há, portanto, uma valoração das atividades exercidas pela instituição e destacamos um recorte discursivo positivo.

Vemos na matéria acima que o SPHAN ainda não tinha sido criado oficialmente como podemos perceber na frase “O Ministerio delinea, no momento, os primeiros traços”, no entanto este já era considerado importante.

Para uma melhor visualização da presente análise, elaboramos o quadro abaixo, que destacamos os *referentes*, seus *termos* e os *atributos/decorrências e causas*. Na primeira coluna, destacamos os *referentes* como sendo a instituição do patrimônio (SPHAN, IPHAN); as atividades que ela exerce (AÇÃO) e o objeto de seu trabalho (BENS CULTURAIS). Na segunda coluna, destacamos os *termos* que remetem a cada referente. E na terceira, os *atributos/decorrências e causas*. Destacamos os *atributos* como sendo as qualidades/características atribuídas aos *termos* e as *decorrências e causas* como ações anteriores ou posteriores relativas a eles. Procederemos assim após a análise de cada matéria.

Quadro 4 - Levantamento dos atributos/decorrências e causas da matéria de 15/07/1936

Referente	Termos	Atributos / Decorrências e causas
INSTITUIÇÃO (SPHAN)	Órgão	Complementar
	Serviço	Novo
		De alta significação
		Que se explica e se justifica
		Enriquece o conjunto
AÇÃO (Atividades que exerce)	Promover	De modo permanente
BENS CULTURAIS (Objeto de trabalho e análise)	Tesouros	Artísticos
		Históricos

### 3.2.2 NO ANO DE 1937

No ano de 1937 foram encontradas dezessete matérias (Anexo IX) que faziam alusão ao SPHAN e às palavras-chave anteriormente selecionadas: *Ministro Capanema*, *patrimônio*, *monumento* e *cultura*. No entanto, seguindo a metodologia escolhida, qual seja, a de analisar as matérias em que a instituição fosse o tema central, selecionamos três delas.

A primeira matéria (Anexo XI) é datada de 09 de março de 1937. Trata-se de uma pequena nota sobre o trabalho da instituição, dentro da Coluna *Diversas Notícias*, localizada na página 6.

#### SD4

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Educação prosseguiu, no decurso dos últimos meses, no tombamento das obras de arquitetura de valor excepcional situadas na Baía e em Minas Gerais. (Jornal do Brasil, 09/03/37, p. 6, grifos nossos)

Apesar de pequena, igual às muitas dessa coluna, podemos depreender dessa notícia que o trabalho da instituição está sendo divulgado. Mas o que chama a atenção, de novo, é o uso da palavra valor, atribuída neste caso às obras de arquitetura. E mais, que a ação do tombamento é realizada não em qualquer obra, mas naquelas de valor excepcional, estando, portanto, inerente que esta ação da instituição possui valor também.

Quadro 5 - Levantamento dos atributos/decorrências e causas da matéria de 09/03/1937

Referente	Termos	Atributos / Decorrências e causas
BENS CULTURAIS (Objeto de trabalho e análise)	Obras de arquitetura	Valor excepcional

A segunda matéria é do dia 10 de abril (Anexo XII) e também é pequena. Encontra-se localizada na Coluna *Diversas Notícias*, na página 5.

#### SD5

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Educação, prosseguiu no mês findo, no tombamento das obras de arquitetura religiosa de excepcional valor, situadas na cidade de Salvador, tendo sido inventariados minuciosamente a Capela de São Miguel, o Hospício da Boa Viagem e a Capela de Santo Antônio da Mouraria, todas construções características do século XVIII. (Jornal do Brasil, 10/04/37, p. 5, grifos nossos)

1  
2  
3  
4  
5  
6

De novo uma matéria que divulga o trabalho da instituição e mais uma vez são utilizados os termos excepcional e valor (linha 3) para as obras de arquitetura. Além disso, quando é citada uma das funções da instituição – inventariar (linha 4) – é utilizada a palavra minuciosamente, dando uma alusão a algo que é realizado com esmero e atenção, como ação que demanda apuro e cuidado.

Quadro 6 - Levantamento atributos/decorrências e causas da matéria de 10/04/1937

Referente	Termos	Atributos / Decorrências e causas
AÇÃO (Atividades que exerce)	Inventariar	Minuciosamente
BENS CULTURAIS (Objeto de trabalho e análise)	Obras de arquitetura	Valor excepcional

A última matéria selecionada é do dia 02 de dezembro (Anexo XIII). Trata-se de uma matéria que ocupa duas colunas, localizada no Caderno *O momento nacional*, na página 7, sobre a criação do SPHAN, de onde depreendemos a seguinte SD:

### SD6

#### **A proteção do patrimonio historico e artistico**

#### **O decreto-lei se aplica ás coisas naturais, bem como ás pessoas jurídicas de direito privado e de direito publico interno – As exclusões feitas na nova lei.**

Foi assinado pelo Sr. Presidente da Republica, o decreto-lei que organiza a proteção do patrimonio historico e artistico nacional, que será constituído pelo conjunto de bens moveis e imóveis existentes no pais e cuja conservação (?) seja de interesse publico, que: por sua vinculação a fatos memoráveis da (?) Historia do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueologico ou etnografico, bibliográfico ou artistico; os quais só serão considerados parte integrante do patrimonio nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4 desta lei. [...]

A presente lei se aplica às coisas pertencentes ás pessoas naturais, bem como ás pessoas juridicas de direito privado e de direito publico interno. Exclue-se do patrimonio historico e artistico nacional as obras de origem estrangeira: [...] 4) – que pertençam a casas de comercio de objetos historicos ou artisticos; 5) – que sejam trazidos para exposições comemorativas, educativas ou comerciais; [...] As obras mencionadas as alíneas 4 e 5, terão guia de licença para livre transito, fornecida pelo Serviço do Patrimonio Historico e Artistico Nacional. [...] (Jornal do Brasil, 02/12/37, p. 7, grifos nossos)

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16

Logo no início da matéria vemos destacada a importância das atividades da instituição ao ser assinado um decreto de proteção e conservação do patrimônio nacional (linha 2 a 3). Há, no entanto, um deslizamento de sentido na medida em que os bens culturais só serão considerados patrimônios nacionais se forem de interesse público (linha 4) e inscritos nos livros do tomo (linha 8). Aspectos que ainda não tinham sido mencionados nas matérias anteriores e que são condicionantes da ação de guarda dos ditos valores.

Mais adiante vemos que a atuação do SPHAN recai sobre pessoas físicas, naturais, e jurídicas, de direito privado ou público. Atuação que prevê, em alguns casos, uma autorização de livre trânsito (linha 15). Essa atribuição ilustra o poder que é outorgado à instituição, e assim o destacamos como um recorte discursivo.

Quadro 7 - Levantamento dos atributos/decorrências e causas da matéria de 02/12/1937

Referente	Termos	Atributos / Decorrências e causas
AÇÃO (Atividades que exerce)	Conservação	Interesse público e privado
BENS CULTURAIS (Objeto de trabalho e análise)	Patrimônio	Proteção
	Bens móveis e imóveis	Excepcional valor

Analisando as três matérias aqui apresentadas percebemos que todas elas ressaltam a importância da instituição e valorizam as ações que ela realiza. Assim, destacamos uma mesma formação discursiva de valoração ligando essas matérias e que corresponde a uma avaliação positiva sobre a instituição.

### **3.3 ANALISANDO AS NOTÍCIAS NO ANO COMEMORATIVO DOS 70 ANOS**

Na pesquisa ao ano de 2007, recorreremos a duas fontes principais, uma, anteriormente mencionada, foi a sessão de periódicos da Biblioteca Nacional e a outra foram os arquivos de *clippings* da Assessoria de Comunicação da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro (IPHAN-RJ). Além disso, durante o referido ano, foi constituído pela autora um arquivo pessoal de *clippings* sobre a instituição. Sendo assim, os anexos constantes do presente trabalho resultam destas três fontes de pesquisa.

Ainda respeitando a metodologia escolhida, no ano de 2007 foram selecionadas 12 matérias, conforme relacionado no Anexo IX, das 28 encontradas. Sendo assim, analisaremos as Sequências Discursivas de todas elas e ao final de cada matéria destacaremos os referentes, seus termos e atributos.

A primeira matéria do ano de 2007 é do dia 24 de abril (Anexo XIV) e ocupa toda a página A10 do Caderno Cidade. Usando a palavra-chave *Patrimônio*, e uma chamada no alto onde se lê “Relatório do Iphan mostra que 600 peças estão desaparecidas do Estado”, seu título principal é *Obras somem sem deixar pistas*. A matéria é assinada pelos jornalistas *Marcello Gazzaneo* e *Ricardo Albuquerque*, que integram a equipe do jornal.

## SD7

**PATRIMÔNIO** ■ Relatório do Iphan mostra que 600 peças estão desaparecidas do Estado

### **Obras somem sem deixar pistas**

Um levantamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) mostra que 600 peças tombadas pelo órgão no Rio estão desaparecidas. De acordo com o diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais (DMCC) do Iphan, José Nascimento Júnior, o rio passou a ser um dos alvos das quadrilhas especializadas em roubos e furtos de bens culturais no Brasil. [...]

O diretor do Iphan disse que um projeto para ampliação da segurança dos museus no Rio administrados pela órgão está sendo analisado pela Secretaria de Segurança Pública desde o ano passado. [...]

Políciais... constataram que o local funcionava sem um segurança para vigiar as 36 mil peças e documentos...

### **Roubo não é desvendado**

Uma das mais audaciosas investidas contra museus no Rio continua um mistério para a Polícia Federal (PF). No dia 24 de fevereiro do ano passado... quatro homens armados invadiram o Museu Chácara do Céu... Depois do caso, o Iphan anunciou medidas de segurança para todos os museus administrados pelo órgão no Rio... (Jornal do Brasil, 24/04/07, p. A10, grifos nossos)

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17

A matéria inicia-se por comentário sobre a instituição e seu trabalho: o levantamento de peças tombadas que foram roubadas (linhas 1 e 2). Verifica-se aí que os objetos de atuação da instituição sofreram uma ação negativa, ou seja, estão desaparecidos (linha 3). Vemos ainda, no segundo parágrafo, o jornal dando voz à instituição, na pessoa de um diretor.

Nos parágrafos seguintes vemos que o trabalho do IPHAN está relacionado a uma ação policial e à falta de segurança (linha 10). Identificamos aqui uma fala que remete a uma negligência por parte da instituição quanto aos objetos de seu trabalho, tendo em vista as medidas de segurança (linha 16) só terem sido propostas depois das ocorrências de roubos.

Quadro 8 - Levantamento dos atributos/decorrências e causas da matéria de 24/04/2007

Referente	Termos	Atributos / Decorrências e causas
BENS CULTURAIS (Objeto de trabalho e análise)	Peças tombadas	Desaparecidas
	Bens culturais	Roubos e furtos
	Local (museu)	Sem segurança

A segunda matéria é datada do dia 05 de junho (Anexo XV) e está localizada na página A9 do Caderno Cidade. Ocupa uma coluna das cinco existentes, pouco mais da metade da folha. No alto vemos a palavra-chave *Paraty* e seu título é *MP exige preservação de bens tombados*. Na presente matéria o Ministério Público (MP) entra com um pedido de liminar contra a Prefeitura de Paraty para proibir a violação das normas determinadas pelo IPHAN.

#### SD8

##### PARATY

##### MP exige preservação de bens tombados

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com pedido de liminar contra a prefeitura de Paraty, ontem, para proibir a violação das normas federais determinadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na aprovação de projetos de obras e edificações. As formas mais graves de desrespeito às normas do Iphan são relativas à altura dos prédios e à construção em locais proibidos.

A ação[...] propõe multa diária de R\$ 50 mil em caso de descumprimento da ordem judicial. O pedido de demolição ficará para uma segunda etapa da ação [...]

Superintendente do Iphan no Rio, Carlos Fernando Almeida lembrou-se de apenas um caso recente de desrespeito às normas do instituto. A obra foi embargada no mês passado a pedido do Iphan. [...]

Para o Superintendente do Iphan, um dos principais problemas relativos ao patrimônio histórico de Paraty é o seu Plano Diretor. [...] (Jornal do Brasil, 05/06/07, p. A9, grifos nossos)

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14

Nessa matéria vemos o IPHAN referenciado como sujeito que regula, que determina normas (linha 2), uma de suas funções. Seu trabalho está sendo valorizado pelo MPF e há punição (linhas 7/8) para quem desrespeitar as normas determinadas por ele (linhas 2/3/5/11). Vemos, ainda, o jornal dando voz à instituição, na pessoa de seu superintendente (linhas 10/13). Percebemos nesta matéria a instituição como agente de poder na medida em que possui autoridade para regular e punir.

Quadro 9 - Levantamento dos atributos/decorrências e causas da matéria de 05/06/2007

Referente	Termos	Atributos / Decorrências e causas
AÇÃO (Atividades que exerce)	Normas federais	Violação
		Desrespeito
BENS CULTURAIS (Objeto de trabalho e análise)	Entorno do bem tombado (Obras e edificações)	Multa diária
		Demolição
		Embargada

A próxima matéria selecionada é do dia 18 de junho (Anexo XVI) e ocupa quase a totalidade de uma coluna das cinco existentes da página A8 do Caderno Cidade. Tem por título *A novela das obras da Marina* e o objeto desta matéria é a Marina da Glória e nela podemos ler que as associações de moradores querem impedir empreendimentos neste local.

#### SD9

##### **A novela das obras da Marina**

Tradicionalmente silenciosos, o Parque do Flamengo é alvo de uma barulhenta disputa nos tribunais. As associações de moradores dos arredores do Aterro querem impedir que a região receba um centro de convenções e um complexo gastronômico. [...]

A marina também receberia uma garagem para barcos – que, de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tiraria a vista do Pão de Açúcar de quem caminhasse pelo parque. Todas as obras estão paradas na Justiça. A briga, porém, está longe de acabar.

- A precariedade do parque para receber grandes eventos é evidente – defende o arquiteto Paulo Casé, contratado para fazer o projeto de ampliação da marina. [...]

- O Rio perde um equipamento importante, se não reforma a marina ou constrói garagens elevadas, lamenta o secretário municipal de Turismo, Rubem Medina. (Jornal do Brasil, 18/06/07, p. A8, grifos nossos)

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13

Nessa matéria o IPHAN encontra-se no meio de uma briga (linha 8) judicial, tratada como uma novela. O termo *novela* é aqui utilizado para designar algo negativo, que é demorado e arrastado.

Apesar de ele ter autoridade para embargar obras que não atendam às suas normas, isto não impede que processos judiciais sejam gerados com o intuito de derrubar suas decisões. No caso específico, vemos, de um lado, os interesses públicos (linha 13) e de outro os interesses da população (linha 2). Percebemos, assim, todas

as vozes atuantes na briga, incluindo a da empresa contratada para o projeto (linhas 9 a 11) e a do órgão público de preservação, o IPHAN (linha 6).

Quadro 10 - Levantamento dos atributos/decorrências e causas da matéria de 18/06/2007

Referente	Termos	Atributos / Decorrências e causas
BENS CULTURAIS (Objeto de trabalho e análise)	Parque do Flamengo	Disputa
		Briga
	Entorno do Parque - obras	Impedir (impedidas)
		Paradas

Outra matéria selecionada refere-se ao dia 13 de setembro (Anexo XVII), e está localizada na página A16 do Caderno Cidade. Seu título é *Iphan faz blitz no Cassino da Urca para flagrar obra irregular*. Possui antes deste a palavra-chave *Paisagem*, e a frase “Projeto europeu não poderá modificar tamanho do prédio”, conforme vemos a seguir:

#### SD10

**PAISAGEM ■ Projeto europeu não poderá modificar tamanho do prédio**

**Iphan faz blitz no Cassino da Urca para flagrar obra irregular**

Técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) fizeram ontem uma operação no Cassino da Urca para investigar denúncia de que o Instituto Europeu de Design (IED) estaria executando o projeto irregular de reforma do prédio. [...] Segundo Carlos Fernando Andrade, superintendente do Iphan no Rio, a obra estava aparentemente parada. Não havia placas nem responsáveis, que pudessem ser notificados.

Na semana passada, o Iphan rejeitou o projeto apresentado pela prefeitura do Rio... Segundo o Iphan, o projeto previa a expansão da área construída, o que é proibido. Carlos Fernando explicou que a ampliação do imóvel poderia interferir na paisagem do local, que é tombada pelo instituto. [...]

O IED esclareceu que está disposto a adaptar o projeto... às normas do Iphan... (Jornal do Brasil, 13/09/07, p. A16, grifos nossos)

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12

O título principal dessa matéria diz que o IPHAN faz blitz, ou seja, é dado a ele o poder de polícia. Mais adiante essa condição é reforçada quando da utilização de palavras como operação, investigar e notificado (linha 2/6). É mencionado, também, o poder de regulação da instituição (linha 11).

Percebemos que todas as partes envolvidas têm voz (linhas 4/5/8/11), e que há diferentes interesses: de um lado o interesse particular (IED) e de outro, o público (IPHAN).

Quadro 11 - Levantamento dos atributos/decorrências e causas da matéria de 13/09/2007

Referente	Termos	Atributos / Decorrências e causas
AÇÃO (Atividades que exerce)	Investigar	Denúncia
BENS CULTURAIS (Objeto de trabalho e análise)	Cassino da Urca (projeto e obra)	Irregular
		Notificado
		Rejeitado (rejeitou)
		Proibido

A matéria do dia 14 de setembro (Anexo XVIII) está localizada na página A14 do Caderno Cidade. Trata-se de uma pequena nota sem título da Coluna Alfredo Sirkis e refere-se à concessão do antigo Cassino da Urca.

#### SD11

COMPLICOU-SE A DUVIDOSA concessão do Cassino da Urca, que vem desagradando os moradores da Urca que apoiavam o projeto do Museu do Rio. O questionamento do Iphan parece superável. Já a provável argüição por parte do MP da ausência de um processo público de seleção para a empresa de ensino concessionária tende a enrolar mais as coisas e ressalta o açodamento e incompetência com que o processo foi conduzido. (Jornal do Brasil, 14/09/07, p. A14, grifos nossos)

1  
2  
3  
4  
5  
6

A matéria põe em questão a ausência de um processo de concessão do Cassino da Urca (linhas 1/4). Como a matéria não menciona de quem é a responsabilidade pela implantação do mesmo, fica para o leitor a percepção de que esta é do IPHAN. Sendo assim, a “provável” atuação da instituição vem desagradando a população (linha 2) que a veria como incompetente (linha 6). Dizemos “provável” porque o processo de concessão deve ser conduzido pelo proprietário do imóvel e não pelo órgão de preservação. No entanto, esta é a impressão que fica. Quanto ao questionamento do IPHAN ser superável (linha 3), acreditamos que seja referência a matéria do dia anterior, constante de nosso corpus, de que havia obra de expansão irregular no imóvel.

Quadro 12 - Levantamento dos atributos/decorrências e causas da matéria de 14/09/2007

Referente	Termos	Atributos / Decorrências e causas
BENS CULTURAIS (Objeto de trabalho e análise)	Cassino da Urca (concessão)	Duvidosa
		Desagrada
		Ausência de processo
		Incompetência

A matéria seguinte é do dia 24 do mesmo mês (Anexo XIX). Localizada na página B5 do Caderno B, na Coluna Hilde da jornalista Hildegard de Angel, tem como título *O samba do Iphan muito doido* e fala sobre a ação do MP para a criação de um cadastro de objetos e arte e antiguidades. Trata-se de uma matéria grande que ocupa metade da página.

**SD12**

**O samba do Iphan muito doido**

O MUNDO das antiguidades e dos leilões está em pânico. Uma ação do **MP de Minas Gerais** [...] obrigou o **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** a criar um cadastro de objetos de arte e antiguidades [...]

A AÇÃO DO MP mineiro envolve multa diária ao presidente do Iphan, caso o cadastro não seja posto em ação, com sanções pesadas aos seus dirigentes. E o que fez o Iphan? Evidente que sob pressão, ele criou esse cadastro na perna, transferindo a todos os leiloeiros e comerciantes de arte e antiguidade o encargo de informá-lo sobre todo o seu estoque, com fotografias e descrições detalhadas. E pior: que o próprio comerciante e/ou leiloeiro declare se considera aquela peça de interesse histórico!!! [...]

CRIAM-SE ASSIM dois problemas. Primeiro, a transferência a pessoa sem essa capacitação, o comerciante, da responsabilidade de identificar o que é histórico. Depois o poder, ao mesmo comerciante, de decidir se a peça pode ou não ser repassada a terceiros. É óbvio que a tendência será dizer que a peça não é histórica. Um estímulo às negociações clandestinas...

ISSO ESTÁ gerando uma apreensão enorme. Na teoria, o comerciante adquire a peça e tem que relatar ao Iphan, que dá a autorização para ela ser livremente negociada. Mas na prática, como o Iphan ainda não está estruturado para tal, tem gente que... até hoje não obteve resposta. [...]

O QUE PEDEM os leiloeiros e comerciantes é que eles sejam ouvidos... Há quatro meses não podem negociar nada sem autorização do Iphan. O comércio de arte está parado... (Jornal do Brasil, 24/09/07, p. B5, grifos nossos)

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22

O título dessa matéria refere-se ao IPHAN de uma forma depreciativa, numa intertextualidade com a composição de Stanislaw Ponte Preta (Sérgio Porto), chamada *Samba do Crioulo Doido*, expressão que é usada para se referir a coisas sem

sentido, sem nexos. Vemos ao longo da matéria uma ação da instituição criando polêmicas, pânico e apreensão (linhas 1/16). Logo na primeira linha o IPHAN é pressionado pelo MP a implantar o cadastro de objetos de arte e antiguidades e a não observância disso fará com que ele sofra multa e sanções (linhas 4/5). Sob pressão ele cria um cadastro na perna (linha 6), expressão que dá idéia de que ele foi realizado de qualquer jeito. Vemos aqui a emissão de opinião, de julgamento sobre o trabalho da instituição. E isto pode ser visto também na análise dos problemas que surgiriam com o trabalho (linhas 9 a 15). Sendo a matéria assinada, a responsabilidade pela opinião é da colunista e não do jornal. Faremos uma abordagem mais aprofundada sobre o assunto no final de todas as análises deste item.

A matéria alerta que as funções do IPHAN estão sendo repassadas para pessoas não capacitadas (linhas 12 a 15), ou seja, reconhece a capacitação da instituição, bem como o poder que ela detém (linha 14), mas que ela não está estruturada (linha 19) para a função. Ao final, as vozes (pedidos) dos leiloeiros e comerciantes (linha 21) indicam que a desestruturação do IPHAN causa danos financeiros a uma parte da população.

Quadro 13 - Levantamento dos atributos/decorrências e causas da matéria de 24/09/2007

Referente	Termos	Atributos / Decorrências e causas
IPHAN	(como serviço)	Não está estruturado
AÇÃO (Atividades que exerce)	Cadastro	Multa diária
		Pânico
		Sanções pesadas
		Na perna (desleixo)
		Problemas
		Apreensão

A matéria datada do dia 08 de outubro de 2007 (Anexo XX) ocupa metade de duas colunas das quatro existentes da página B3 do Caderno B, o caderno cultural do jornal. Intitulada *A igreja e o poeta* é assinada pelo jornalista José Aparecido Miguel. A matéria versa especificamente sobre o trabalho de Conselho Consultivo do IPHAN, órgão normativo do órgão, e de uma das funções da instituição, o tombamento.

## SD13

### A igreja e o poeta

Até um dos mais influentes poetas da literatura brasileira, Carlos Drummond de Andrade, [...] é citado no polêmico processo de tombamento da Igreja Nossa Senhora da Vitória, em Salvador, na Bahia, que será julgado amanhã, no Rio, pelo Conselho Consultivo do Iphan (Instituto do Patrimônio Artístico Nacional). “E tudo fica um pouco. Oh abre os vidros de loção e abafa o insuportável mau cheio da memória”, escreveu Drummond... O tombamento, tentado pela terceira vez desde 1950, é rejeitado pela própria Arquidiocese de Salvador, em nome da igreja construída em 1910, e pela família Wildberger, proprietária de imóvel vizinho, parcialmente demolido para dar lugar a um prédio de apartamentos, contra a vontade do Iphan.

A Arquidiocese não concorda com o tombamento por entender que “não há justificativa para tomar uma igreja que não mais guarda traço algum de sua feição original. [...]”

O Iphan impede a continuidade das obras [...] por ele estar no entorno da igreja. Entre as razões alegadas pelo Iphan para o tombamento, segundo a assessoria, está a necessidade de impedir a verticalização da área, “o que se afigura absolutamente inaceitável porque, como é notório, a região do Largo e do Corredor da Vitória se caracteriza essencialmente pela verticalização”, afirma o assessor jurídico da família Wildberger [...]

Novo processo foi feito em 2005, resultando em tombamento provisório da igreja – suas obras de reforma foram embargadas. [...] (Jornal do Brasil, 08/10/07, p. B3, grifos nossos)

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21

O modo como o jornalista inicia a matéria, mencionando que *até* o poeta Carlos Drummond de Andrade é citado no processo de tombamento, faz supor o desconhecimento por parte deste de que o poeta ocupou vários cargos dentro da instituição do patrimônio (ver anexo I) e que, portanto, faz parte da história da mesma.

O primeiro parágrafo começa fazendo menção ao polêmico processo de tombamento da Igreja N. Sra. da Vitória, em Salvador (linhas 2/3), que é rejeitado por uma entidade religiosa e por uma família (linhas 7 a 8), que pretende em seu terreno, localizado ao lado da Igreja, construir um prédio - que ficaria na área de entorno da Igreja, caso essa fosse tombada - contra a vontade do Iphan (linha 10). Vemos aqui o trabalho da instituição causando polêmicas e existe um confronto entre o público e o privado. De um lado, está a instituição pública, o IPHAN, e do outro, encontram-se a arquidiocese de Salvador e a família proprietária de imóvel vizinho que não concordam com a ação da instituição. Verificamos que essa discordância ocorre ao longo de quase todo o artigo.

No segundo parágrafo podemos destacar expressões como a arquidiocese não concorda (linha 11), não há justificativa para o tombamento (linha 12); no terceiro parágrafo destacamos o Iphan impede (linha 14), as razões alegadas pelo Iphan... o que se afigura absolutamente inaceitável (linhas 15 a 17). Expressões que põem em dúvida o trabalho e a competência desta instituição. Mais adiante destacamos a frase as obras de reforma foram embargadas (linha 21). A palavra *embargar* é sinônimo de *impedir*, passando, portanto, uma mensagem negativa, na medida em que cerceia algo de acontecer ou continuar. O nome da instituição aparece uma vez por extenso e escrito de maneira incorreta (linha 4/5), o que denota ter ocorrido um equívoco ou desvalorização.

Quadro 14 - Levantamento dos atributos/decorrências e causas da matéria de 08/10/2007

Referente	Termos	Atributos / Decorrências e causas
AÇÃO (Atividades que exerce)	Processo de tombamento	Polêmico
		Julgado
		Tentado pela terceira vez
		Rejeitado
		Não há concordância
		Não há justificativa
BENS CULTURAIS (Objeto de trabalho e análise)	Igreja N. Sra. da Vitória (obras de reformas)	Descaracterizada (não guarda traço de sua feição original)
		Embargadas
		Impedidas (Impede continuidade)
	Imóvel vizinho à igreja (entorno do bem)	Parcialmente demolido contra vontade do Iphan

No meio da matéria há um “box” no qual podemos perceber o Conselho Consultivo da instituição como instância de poder que decide o futuro de um bem particular. Note-se aqui que ao se destacar que outra cidade, no caso o Rio, decidirá por Salvador, há uma tentativa de ferir a autonomia dessa cidade. Este “box” se configura como uma posição discursiva do jornalista e do jornal.

---

Conselho Consultivo do  
Iphan decidirá, no Rio,  
sobre futuro de templo  
antigo de Salvador

---

A matéria do dia 25 de novembro (Anexo XXI) ocupa por inteiro a página A24 do Caderno Cidade e tem por título *Um morro chamado Castelo*. Antes do título encontramos a palavra-chave *Memória* e a frase “Novo estacionamento no Centro reaviva as histórias sobre o berço da cidade”. Trata-se, portanto, de uma grande matéria e de destaque já que ocupa a capa de um dos cadernos do jornal. Alia um fato, a construção de um estacionamento subterrâneo, com a história onde o mesmo está localizado e que outrora fora um local histórico, o Morro do Castelo.

#### SD14

**MEMÓRIA** ■ Novo estacionamento no Centro reaviva as histórias sobre o berço da cidade

##### **Um morro chamado Castelo**

O estacionamento subterrâneo Santa Luzia na Avenida Antônio Carlos, no Centro... passará pelas entranhas do Morro do Castelo... primeiro local de ocupação do Rio.

- A partir do fim do século 16, o Rio ganhou função comercial e a Rua Direita (Hoje, Primeiro de Março) começou a ser ocupada – explica o arquiteto Carlos Fernando, superintendente estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). [...]

...o morro foi demolido, em 1922, por ordem do presidente Epitácio Pessoa e do prefeito Carlos Sampaio. Eles queriam abrir espaço para os convidados estrangeiros que iriam construir palacetes para a Exposição Internacional do Centenário da Independência. [...]

- Ninguém precisa derrubar um morro por causa de uma exposição. Eles queriam mesmo era sumir com os pobres, avalia Carlos Fernando, que acha uma loucura a política atual de incentivar a presença dos carros particulares no Centro. [...]

Nas escavações feitas para abrir o estacionamento, arqueólogos encontraram fragmentos de porcelana, ossos e um muro de arrimo...

- Pereira Passos construiu a Avenida Beira-Mar (que se chamava Avenida Santa Luzia) e a murada servia para conter as águas da Baía de Guanabara – ensina Carlos Fernando... (Jornal do Brasil, 25/11/07, p. A24, grifos nossos)

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20

Em três oportunidades ao longo do texto o IPHAN, na pessoa de seu superintendente (linhas 6/13/20), fala sobre a história do Morro e fala do lugar de instituição que detém o conhecimento. Numa dessas falas, o superintendente critica a prática atual de permitir a presença de carros no Centro. Todas essas falas só têm importância porque quem as fala o diz de uma determinada posição, com a autoridade a ele outorgada. As opiniões emitidas são relevantes na medida em que o IPHAN é a autoridade no assunto. Assim, numa rede de sentidos, IPHAN é autoridade e poder.

Quadro 15 - Levantamento dos atributos/decorrências e causas da matéria de 25/11/2007

Referente	Termos	Atributos / Decorrências e causas
BENS CULTURAIS (Objeto de trabalho e análise)	Morro do Castelo	Demolido

A matéria do dia 30 de novembro (Anexo XXII) chama-se *Iphan faz 70 anos hoje* e fala sobre o aniversário da instituição e seus desafios. Infelizmente não há informação da localização exata da matéria. Através da data foram consultados os arquivos de periódicos da BN, no entanto, nada foi encontrado no exemplar deste dia, pois o mesmo achava-se incompleto.

### SD15

#### **Iphan faz 70 anos hoje**

##### **Luta contra roubo de bens é maior desafio**

Primeiro órgão de proteção do patrimônio cultural da América Latina, criado em 30 de novembro de 1937, no governo do presidente Getúlio Vargas, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) completa hoje 70 anos, com grandes desafios pela frente. O maior é lutar contra o roubo de bens culturais. Em outubro, o órgão lançou uma campanha pela recuperação de 918 itens tombados. Desse total, 553 desapareceram no Rio.

O estado de conservação de alguns imóveis e monumentos também é uma grande preocupação. Hoje os Arcos da Lapa, necessitam de recuperação. Segundo o superintendente regional do Iphan, Carlos Fernando de Andrade, existe um projeto de restauração. [...]

Para o presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, a aprovação do Rio como Patrimônio da Humanidade pela Unesco, na categoria paisagem cultural, é uma das metas da instituição para a cidade, assim como a revitalização do Centro carioca.

Ao longo dos anos o Iphan tombou mais de 21 mil edifícios, 83 centros e conjuntos urbanos e cadastrou mais de 12 mil sítios arqueológicos. A instituição protege mais de um milhão de objetos, os chamados bem móveis. (Jornal do Brasil, 30/11/07, s/p, grifos nossos)

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18

Trata-se de matéria que foi veiculada no dia de comemoração dos 70 anos da instituição. Ela apresenta o IPHAN (linhas 1/3) e o trabalho da instituição (linhas 16 a 18). No entanto, são os problemas e desafios (linhas 4 a 9) que estão mais em evidência. Por duas vezes (linhas 10/12) vemos a voz da instituição em ação.

Quadro 16 - Levantamento dos atributos/decorrências e causas da matéria de 30/11/2007

Referente	Termos	Atributos / Decorrências e causas
IPHAN	Órgão	Primeiro
AÇÃO (Atividades que exerce)	Lutar	Roubo
	Campanha	Recuperação
BENS CULTURAIS (Objeto de trabalho e análise)	Imóveis e Monumentos (conservação)	Preocupação
	Arcos da Lapa	Necessitam de recuperação

A matéria do dia 11 de dezembro (Anexo XXIII) encontra-se na página A14 do Caderno Cidade, e tem o título *R\$ 1,7 milhão aos pés do Cristo*. A matéria é assinada pelo jornalista *Renato Grandelle* e fala sobre as obras no Cristo Redentor.

**SD16**

**R\$ 1,7 milhão aos pés do Cristo**

**Em janeiro, Estado e União bancam obras nas rachaduras e infiltrações do pedestal**

Foi um ano agitado para o Cristo Redentor. Depois de ser eleito uma das sete novas maravilhas do mundo e ter o acesso cobrado pelo Ibama, o monumento vai passar por uma reforma para conter rachaduras no pedestal e vazamentos. [...]

Os pontos de intervenção foram escolhidos pela própria arquidiocese, que, antes, solicitou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) um laudo técnico sobre a estrutura do Cristo Redentor. [...] (Jornal do Brasil, 11/12/07, p. A14, grifos nossos)

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7

A matéria é sobre um bem tombado pelo IPHAN e o que nos interessa nela é que a instituição foi chamada para fazer um laudo técnico (linha 7), caracterizando assim sua competência para tal. Aqui encontramos mais uma paráfrase para dizer que a instituição tem autoridade para dar parecer sobre patrimônio.

Quadro 17 - Levantamento dos atributos/decorrências e causas da matéria de 11/12/2007

Referente	Termos	Atributos / Decorrências e causas
BENS CULTURAIS (Objeto de trabalho e análise)	Cristo Redentor	Rachaduras e vazamentos

Outra matéria selecionada é a do dia 27 de dezembro (Anexo XXIV) que ocupa parte da capa e toda a página A10 do Caderno Cidade, com o título principal *Rio joga fora R\$ 19 milhões*. A matéria fala sobre o desperdício de dinheiro público nas obras da Marina da Glória e sendo ela muito grande, decidimos dividir sua análise em três partes, a capa (SD17), o corpo (SD18) e um “box” (SD19) contendo uma memória sobre a Marina da Glória.

#### SD17

##### **Rio joga fora R\$ 19 milhões**

##### **Valor foi negociado pela prefeitura para obra na Marina da Glória**

Os restos das obras da garagem de barcos na Marina da Glória – um dos cartões postais do Rio – simbolizam um dos desperdícios de quase R\$ 19 milhões, que a prefeitura do Rio trocou com a empreiteira... A obra, embargada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional por desrespeitar o tombamento do espelho d’água da Baía de Guanabara, ficaria pronta para o Pan, em julho. [...] (Jornal do Brasil, 27/12/07, p. capa, grifos nossos)

1  
2  
3  
4  
5  
6

Na seqüência em questão destacamos o título negativo da matéria, que se insere no recorte discursivo de negatividade. Destacamos, ainda, a utilização do termo embargar (linha 3) que investe a instituição de poder. Novamente uma paráfrase da autoridade do IPHAN. No entanto, a obra a que se refere a matéria desrespeita o tombamento, ou seja, desrespeita a autoridade da instituição.

#### SD18

##### **Cartão-postal arranhado e R\$ 18 milhões jogados no lixo**

##### **Esqueleto do que seria a garagem de barcos da Marina ameaça visitantes**

Além de investimentos na polícia e visibilidade internacional, os Jogos Pan-Americanos deixaram um legado muito menos digno de orgulho na Marina da Glória. Foram jogados no ralo cerca de R\$ 19 milhões...

O dinheiro seria usado na construção de uma garagem de barcos para o Pan, que ganhou a antipatia imediata do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)...

As obras foram interrompidas por ação do Iphan (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e do Ministério Público, sob a alegação de que traria danos ambientais e à observação da paisagem natural do Aterro do Flamengo. A concessionária e a prefeitura negam. [...]

Só que os interesses esbarraram nas normas do IPHAN, o qual não hesitou em entrar em conflito com a prefeitura da cidade. (Jornal do Brasil, 27/12/07, p. A10, grifos nossos)

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12

No subtítulo dessa matéria a utilização do termo ameaça já sugere algo negativo, pois os visitantes estariam em perigo.

Nessa seqüência a instituição do patrimônio é *humanizada* quando da utilização da palavra antipatia (linha 5), mas num aspecto negativo. A seguir, a instituição é investida mais uma vez de poder (linha 7) e que entra em conflito com outro órgão público (linha 12). Como sua instância é federal, suas normas precedem às estaduais e municipais, sendo, portanto, sua atuação acima da dos estados e municípios. É de se supor que isto gere inúmeros conflitos de interesses entre todas essas instâncias e que em alguns casos, como esse, venham a ser alvo de processos judiciais.

### SD19

#### Memória JB / VaiVém

As obras começaram em 2006 [...]

O primeiro imbróglio surgiu ainda em 2006, quando o IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), junto com o Ministério Público Federal, entrou com ação exigindo o fim das obras e a demolição do esqueleto... (Jornal do Brasil, 27/12/07, p. A10, grifos nossos)

A seqüência acima está localizada na lateral da matéria, mas faz parte dela, pois mostra um pequeno histórico dos conflitos que teriam sido gerados pelo IPHAN na Marina da Glória. Nele vemos, mais uma vez, o poder da instituição quando ela entra com uma ação exigindo o fim das obras e a demolição das mesmas.

O nome da instituição aparece mencionado várias vezes nos três recortes, mas em duas delas escrito incorretamente – *Instituto de* em vez de *Instituto do* (linhas 7/8 do SD18 e linha 2 do SD19), o que pode demonstrar falta de atenção ou desvalorização.

Quadro 18 - Levantamento dos atributos/decorrências e causas da matéria de 27/12/2007

Referente	Termos	Atributos / Decorrências e causas
BENS CULTURAIS (Objeto de trabalho e análise)	Marina da Glória (obras)	Embargada
		Desrespeita
		Ameaça
		Antipatia
		Interrompida
		Conflito
		Demolição

A última matéria selecionada é a do dia 28 de dezembro de 2007 (Anexo XXV) e está localizada no Caderno Cidade, na página A15. Ela fala sobre o Estádio de Remo da Lagoa, com o grande título de *Na Lagoa, mais um patinho feio do Pan*, acima deste um pequeno título *Herança Maldita* e abaixo o subtítulo *Estádio de Remo vira complexo e preocupa vizinhança*.

## SD20

Herança Maldita

**Na Lagoa, mais um patinho feio do Pan**

Estádio de Remo vira complexo e preocupa vizinhança

No pacote do legado de polêmicas deixado pelas instalações que serviram aos Jogos Pan-Americanos... a que envolve o Estádio de Remo, na Lagoa, persiste firme como as ruínas da garagem de barcos da Marina da Glória. Na Lagoa, depois de enfrentar 12 anos de frustrações e batalhas judiciais, a construção em andamento de 14 lojas, dois restaurantes e seis cinemas ao lado do estádio enfrenta resistência de moradores que temem um colapso no trânsito da região.

Ontem, sobre a Marina da Glória, o **Jornal do Brasil** mostrou que cerca de R\$ 19 milhões foram para o ralo depois de sucessivos embargos à obra do estacionamento de barcos da marina, que sediou as competições de vela do Pan.

Já na sede das provas de remo, em março, ainda antes dos Jogos, a Glen Entertainment – empresa responsável pela obra e administração do estádio – teve de adaptar o projeto de reforma do estádio para preservar as características tombadas pelo Instituto Histórico e Artístico e Nacional (Iphan). [...] (Jornal do Brasil, 28/12/07, p. A15, grifos nossos)

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15

Na primeira parte da matéria, vemos a instituição do patrimônio como agente de preservação e suas exigências sendo acatadas (linhas 14/15). No entanto, os dois bens aos quais a matéria faz alusão – Estádio de Remo e Marina da Glória – são tombados pelo IPHAN e o nome deste aparece ligado a uma matéria negativa (linhas 1/3), que começa com o título Herança maldita e que usa expressões como frustrações, batalhas e colapso. Mais uma vez destacamos um recorde discursivo de negatividade. Em certos momentos, temos a impressão de que as ações do IPHAN (embargo) contribuíram para isto, como no trecho onde se lê: cerca de R\$ 19 milhões foram para o ralo depois de sucessivos embargos (linha 9), que traz à tona a matéria publicada anteriormente, na qual lemos que o dinheiro público também foi jogado fora.

Seu nome por extenso (linha 15) aparece, mais uma vez, escrito de forma errada, o que pode denotar descuido ou desinformação.

No meio da matéria, separado por um “box” encontramos os seguintes dizeres:

---

Para associação, o tombamento já é um instrumento jurídico que está desmoralizado.

---

E continua a matéria:

**SD21**

**Moradores apontam contradição**

- O tombamento se tornou um instrumento jurídico desmoralizado – reclamou o presidente a Associação de Proprietários de pequenos Prédios do Leblon... (Jornal do Brasil, 28/12/07, p. A15)

Nesse trecho da matéria, bem como no “box” acima mencionado, o tombamento é visto como um instrumento jurídico, ou seja, como uma lei, mas um instrumento desmoralizado, portanto sem valor, apontando para a negatividade da instituição.

Quadro 19 - Levantamento dos atributos/decorrências e causas da matéria de 28/12/2007

Referente	Termos	Atributos / Decorrências e causas
AÇÃO (Atividades que exerce)	Preserva	Características tombadas
	Tombamento	Desmoralizado
BENS CULTURAIS (Objeto de trabalho e análise)	Estádio de Remo (reforma)	Herança maldita
		Patinho feio
		Preocupa vizinhança
		Legado polêmico
		Frustrações
		Batalhas judiciais
		Colapso no trânsito
	Marina da Glória (garagem de barcos)	Ruínas
		Milhões foram para o ralo
		Sucessivos embargos

As doze matérias analisadas em 2007 encontram-se localizadas dentro de cadernos específicos, nove delas estão no Caderno Cidade, destinado às matérias estritas ao Rio de Janeiro, e o restante no Caderno B, salvo uma não localizada. Cinco dessas matérias são assinadas. Todas o são por jornalistas, alguns conhecidos do grande público não por sua profissão, mas por posições que ocupam na sociedade. É o caso de Alfredo Sirkis, homem público que ocupou vários cargos políticos ao longo de sua vida, sendo atualmente vereador. E Hildegard de Angel, colunista social, que durante anos foi atriz. Ambos têm um papel de destaque no JB, possuem colunas com o seu nome, o que caracteriza uma maior importância dentro do jornal. Suas colunas saem regularmente e nelas há claramente a exposição de suas opiniões.

Esses jornalistas ocupam várias posições-sujeito, política, social e tantas outras. O discurso deles encontra-se assujeitado ideologicamente a todas essas posições e às condições sócio-históricas de cada momento.

Falamos anteriormente do imaginário que foi sendo construindo sobre a imprensa, de uma instituição dotada de imparcialidade e verdade, em que as notícias seriam reflexo do real. O papel da referida instituição seria tão somente informar os fatos na íntegra. Sendo assim, as colunas e os artigos assinados são espaços antagônicos a esse imaginário, na medida em que além de informar, opinam sobre os fatos, o que isentaria o jornal de responsabilidade sobre o escrito.

Analisando as seqüências discursivas aqui apresentadas percebemos uma instituição envolvida em matérias que destacam polêmicas, brigas, desaparecimento de obras de arte, desperdício de dinheiro público e obras irregulares. Conflitos que envolvem igreja, proprietários e ministério público. Dessa forma, destacamos uma mesma formação discursiva ligando essas matérias que acabam por levar a uma avaliação negativa sobre a instituição e seu trabalho.

A partir da análise dos títulos dessas matérias, conforme quadro abaixo, destacamos, na maioria deles, expressões como *somem*, *novela*, *irregular*, *doido*, *arranhado*, *lixo*, etc., que podem indicar que a matéria se refere a algo negativo ou depreciativo, reforçando a avaliação negativa sobre o IPHAN.

Quadro 20 - Levantamento dos títulos das matérias de 2007

Data	Título da matéria
24/04	Obras somem sem deixar pistas
05/06	MP exige preservação de bens tombados
18/06	A novela das obras da Marina
13/09	Iphan faz blitz no Cassino da Urca para flagrar obra irregular
14/09	Sem título
24/09	O samba do Iphan muito doido
08/10	A igreja e o poeta
25/11	Um morro chamado Castelo
30/11	Iphan faz 70 anos hoje
11/12	R\$ 1,7 milhão aos pés do Cristo
27/12	Rio joga fora R\$ 19 milhões
	Cartão-postal arranhado e R\$ 18 milhões jogados no lixo
28/12	Na Lagoa, mais um patinho feio do Pan

### 3.4 COMPARATIVO ENTRE AS ANÁLISES DOS ANOS DE 1936-1937 E 2007

Após analisar as seqüências discursivas das matérias sobre o IPHAN nos dois momentos históricos escolhidos, 1936-1937 e 2007, a seguir apresentaremos, separadamente (Quadros 21 e 22), a compilação dos *atributos/decorrências e causas* encontrados nos dois períodos. E em seguida, faremos uma análise comparativa desses dois momentos significativos para a instituição.

Quadro 21 - Levantamento dos atributos/decorrências e causas das matérias analisadas em 1936-1937

Referente	Atributos / Decorrências e causas	
	Positividade	Negatividade
SPHAN	Complementar	
	Novo	
	De alta significação	
	Que se explica e se justifica	
	Enriquece o conjunto	
AÇÃO (Atividades que exerce)	De modo permanente	
	Minuciosamente	
	Interesse público e privado	

BENS CULTURAIS (Objeto de trabalho e análise)	Artísticos	
	Históricos	
	Valor excepcional (*)	
	Proteção	

(\*) aparece mais de uma vez

Quadro 22 - Levantamento dos atributos/decorrências e causas das matérias analisadas em 2007

Referente	Atributos / Decorrências e causas	
	Positividade	Negatividade
IPHAN		Não estruturado
	Primeiro	
AÇÃO (Atividades que exerce)		Violação
		Desrespeito
		Denúncia
		Multa diária
		Pânico
		Sanções pesadas
		Na perda (desleixo)
		Problemas
		Apreensão
		Polêmico
		Julgado
		Tentado pela terceira vez
		Rejeitado
		Não há concordância
		Não há justificativa
		Inaceitável
		Roubo
	Instrumento jurídico desmoralizado	
	Recuperação	
	Características tombadas preservadas	
BENS CULTURAIS (Objeto de trabalho e análise)		Desaparecidas
		Roubos e furtos
		Sem segurança
		Multa diária
		Demolição
		Embargada
		Disputa
		Briga
		Impedir
		Paradas
		Irregular
	Notificado	

	Rejeitado
	Proibido
	Duvidosa
	Desagrada
	Ausência de processo
	Incompetência
	Descaracterizado
	Embargadas
	Impedidas
	Parcialmente demolido contra vontade do Iphan
	Preocupação
	Necessitam recuperação
	Rachaduras e vazamentos
	Embargada
	Desrespeita
	Ameaça
	Antipatia
	Interrompida
	Conflito
	Demolição
	Herança maldita
	Patinho feio
	Preocupa vizinhança
	Legado polêmico
	Frustrações
	Batalhas judiciais
	Colapso no trânsito
	Ruínas
	Milhões foram para o ralo
	Sucessivos embargos

A compilação dos dados, referente aos levantamentos apresentados nos quadros 21 e 22, nos mostra que no primeiro período de análise – 1936 e 1937 – tanto a instituição como os objetos de suas ações constituíram um recorte discursivo de alta positividade com 100% de *atributos/decorrências e causas* positivos. Aspectos que valorizavam a instituição e seu trabalho e que, portanto, assinalam uma formação discursiva positiva. No ano de 2007, o segundo momento da análise, o que percebemos é praticamente o oposto, com um recorte discursivo praticamente negativo, com quase 100% de *atributos/decorrências e causas* negativos atribuídos à instituição, a função que ela exerce e aos bens alvos de sua proteção, caracterizando-se, assim, como uma formação discursiva negativa.

Outro fator que se destaca como oposto de um período para o outro é o relacionado ao nome da instituição. Nas matérias de 1936-1937 o nome da instituição aparece escrito corretamente em contraste ao ano de 2007, em que por várias vezes, a grafia está errada. Isso indica falta de conhecimento, ou de atenção no momento de redação da matéria, sobre a instituição.

Por Formação Discursiva (FD) entendemos aquela preconizada por Foucault:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* [...] (FOUCAULT, 2007, p. 43)

Ampliado pela Análise do Discurso, ao associá-la à noção de ideologia, o conceito de FD passou a ser o lugar que nos permite compreender o processo de produção dos sentidos. “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito.” (ORLANDI, 2005, p. 43)

A identificação das FDs dos discursos midiáticos apresentados neste capítulo se torna fundamental para entendermos como determinados sentidos foram sendo produzidos sobre a instituição IPHAN. Esses sentidos são determinados pelas formações ideológicas que estavam em jogo nos períodos analisados e frutos do momento sócio-histórico. São discursos, no entanto, impregnados de memórias discursivas, de interdiscursos, constituídos por tudo que já foi dito. Como nos diz Orlandi (2006, p. 18): “Chamamos de efeito de pré-construído [...] que faz com que ao dizer já haja um efeito de já dito sustentando todo o dizer.”

Ao identificarmos a FD positiva nos discursos analisados sobre o IPHAN, constatamos que isto vem ao encontro das posições ideológicas existentes à época de criação da instituição, nos anos de 1936-1937. O Governo Vargas utilizava-se de um discurso ideológico nacionalista, voltado para a união entre os brasileiros através do reconhecimento de sua cultura. Isso se coadunava com o discurso positivo e enaltecido da mídia sobre uma instituição criada pelo Estado para

proteger e valorizar o patrimônio nacional, o IPHAN. Em 2007, ao contrário, identificamos uma FD negativa, que pode ser interpretada como a ausência das posições ideológicas do Estado influenciando, e a presença de outras, a dos interesses individuais, particulares, privados. O discurso negativo da mídia vem dar voz aos cidadãos e às instituições privadas, em contraposição às determinações do Estado, num jogo de disputas e interesses que colocam de um lado o público e, de outro, o privado.

A partir da análise das matérias, percebemos a importância de destacarmos algumas reflexões que consideramos tão significativas quanto as que fizemos até o momento. No que se refere à localização das matérias percebemos que as do período de 1936-1937 encontravam-se logo nas primeiras páginas, o que conferia uma visibilidade privilegiada, no entanto, pelo estilo gráfico da época encontravam-se misturadas a tantas outras notícias de diferentes assuntos nacionais. Já em 2007, a maioria encontrava-se localizada no Caderno Cidade, primeiro caderno do jornal e, portanto, de boa visibilidade. O restante se encontrava no caderno B, destinado a assuntos ligados ao lazer e divertimento, e uma delas dentro de uma coluna social, o que confere um destaque diferente às notícias sobre a instituição. Em ambos os períodos, a localização nas páginas iniciais evidencia que os assuntos relacionados à instituição eram considerados importantes e por isso mereciam estar em destaque. No entanto, percebemos que essa nova localização indica que houve um deslizamento de sentido de temas nacionais para temas regionais ou mesmo municipais.

Outra reflexão que fazemos se refere aos recortes discursivos. No primeiro período analisado – 1936/1937 – evidenciamos um recorte discursivo positivo, mas também de poder. Já em 2007, o recorte discursivo mais evidenciado foi o negativo, no entanto, também destacamos um recorte de poder. Esses recortes discursivos acabam por colocar em circulação sentidos sobre a instituição que evidenciam sua autoridade.

\*\*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criado durante o governo ditador de Getúlio Vargas, no início do Estado Novo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, como instituição pensada para resgatar a cultura brasileira, ajudou o Estado em seu projeto ideológico político, que tinha como discurso o nacionalismo e a construção da identidade brasileira. Por meio desse discurso buscava-se uma coesão nacional a fim de evitar os danos e as perdas que estavam sendo causadas ao patrimônio brasileiro e conseqüentemente à memória nacional. Memória esta que legitima o sentimento de pertencimento e constrói/consolida a identidade de um povo. Dessa forma, Gonçalves (2002) afirma que

os chamados “discursos do patrimônio cultural”, presentes em todas as sociedades nacionais modernas, florescem nos meios intelectuais e são produzidos e disseminados por empreendimentos políticos e ideológicos de construção de “identidades” e “memórias”, sejam de sociedades, sejam de grupos étnicos, ou de outras coletividades. (GONÇALVES, 2002, p. 110)

Assim, a criação desse órgão em 1937 viria implementar as políticas culturais e fortalecer os ideais do projeto nacionalista do governo Vargas.

A participação da intelectualidade brasileira se fez presente desde os primeiros anos do IPHAN, quando Rodrigo Melo Franco de Andrade, fundador e diretor-geral por 30 anos, contou com a colaboração de intelectuais, sujeitos sociais que trouxeram visibilidade e prestígio para a instituição e que por outro lado viram a chance de participar de um projeto pioneiro que iria mapear os bens culturais em todo território brasileiro. Além disso, por fazerem parte do quadro funcional do Estado, também estariam de certa forma protegidos ideologicamente das retaliações de um governo autoritário. Alguns desses intelectuais participaram da Semana de Arte Moderna, em 1922, evento que se caracterizou pela renovação de idéias, pela ruptura com os padrões europeus e a valorização da cultura nacional.

Os primeiros anos foram de trabalho árduo e ficou conhecido como *fase heróica* por ter sido um período de grande atuação da instituição e pelas dificuldades encontradas no trabalho de levantamento dos bens tombados por todo o Brasil, do qual originou uma quantidade enorme de pesquisas e a constituição de um acervo documental e fotográfico maior ainda. Passada essa fase, a instituição teve uma trajetória marcada pelos acontecimentos políticos de cada época, que afetaram, muitas vezes, sua estrutura organizacional e promoveram mudanças em sua denominação. Apesar disso, em nossa pesquisa vimos que a instituição federal de preservação do patrimônio brasileiro, o IPHAN, vem crescendo ao longo de sua existência, tendo ampliado sua atuação pelo Brasil através de mais de cinquenta representações, entre superintendências e escritórios técnicos.

O objetivo principal deste trabalho foi compreender a construção do discurso da mídia sobre o IPHAN, em dois períodos significativos para essa instituição. Compreender como esse discurso foi construído pelo Jornal do Brasil, foi compreender também o momento sócio-histórico constitutivo desse discurso e de como o periódico olhou para a instituição do Patrimônio, como ajudou a criar sentidos e a construir uma memória sobre ela, inserida que estava em cada momento histórico.

Todo discurso produz sentidos a partir de outros sentidos já estabelecidos. Sentidos constituídos pelas condições de produção existentes nos momentos sócio-históricos. O discurso jornalístico como território nada neutro ajuda a construir um *discurso sobre*, que atua na institucionalização dos sentidos (MARIANI, 1998, p. 60) e que detém o poder de lembrar, esquecer e silenciar.

As análises realizadas, a partir do discurso construído no Jornal do Brasil, dão conta da necessidade de uma instituição que protegesse o patrimônio brasileiro. Há nas matérias analisadas um discurso de valorização positiva, de aceitação da função e do trabalho da instituição. No entanto, em 2007, ano em que a maior instituição pública de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, o IPHAN, completou 70 anos, as matérias analisadas não constroem o mesmo discurso positivo dos anos de 1936 e 1937. O IPHAN, em alguns momentos, é apresentado como uma instituição polêmica, que impede os cidadãos e as instituições privadas de exercerem plenos poderes sobre seus bens, questionando, assim, a validade de seu trabalho.

A partir desses discursos, percebemos o Jornal do Brasil como agente de produção de sentidos sobre o IPHAN e seu trabalho, mas inserido nas condições de produção dos dois momentos analisados. Esses discursos por sua vez ajudam a construir memórias sobre a instituição. Assim, pode-se dizer que o discurso jornalístico do JB contribui na constituição do imaginário sobre a instituição IPHAN e conforme a análise dos momentos estudados reflete no primeiro momento de criação (1936-1937) uma instituição prestigiada e valorizada em suas atribuições e no segundo, (2007) alvo de polêmicas em relação à preservação dos bens tombados nacionais.

A instituição do patrimônio é, assim, apresentada em dois aspectos opostos, um positivo e outro negativo. O primeiro, o discurso positivo da mídia – que dá voz ao governo – é marcado pelas idéias nacionalistas, de proteção e defesa do patrimônio nacional. O segundo, o discurso negativo da mídia – que dá voz aos cidadãos e às instituições privadas – é marcado por disputas e interesses individuais e particulares, que posicionam em lados opostos o *público* e o *privado*. No entanto, sabemos que esse discurso jornalístico está constituído dos sentidos pré-estabelecidos de outros discursos, da ideologia e do momento sócio-histórico de cada época. E que por sua vez são constitutivos das memórias e identidades individuais e coletivas.

As considerações apresentadas anteriormente ajudaram a responder a questão principal dessa pesquisa e acabaram por confirmar minha impressão inicial de que a instituição do Patrimônio era representada negativamente pela mídia impressa no ano de comemoração de seus 70 anos (2007), em oposição ao período de sua criação (1936-1937), e que, portanto, os discursos sobre a instituição nesses dois momentos foram diferentes. Esses discursos, no entanto, encontram-se circunscritos, como dissemos anteriormente, pelo contexto sócio-histórico de cada período e reforçam o pressuposto inicial de que com condições de produção diferentes o Jornal do Brasil de 1936-1937 não era o mesmo de 2007. E não era mesmo. No primeiro momento, percebemos o periódico aliado às idéias do Estado Novo, numa época em que a liberdade de imprensa foi cerceada, e no segundo, tendo por cenário um Brasil democrático, percebemos o jornal abrindo espaço para as várias vozes da sociedade.

Por fim, o presente estudo é um processo em construção e de muitos significados na medida em que nem tudo conseguimos dizer e na medida em que fizemos uma interpretação entre tantas possíveis e que, acreditamos, será modificada invariavelmente pelas muitas interpretações dos leitores. No entanto, através dele pudemos levantar questionamentos e aprofundar o conhecimento sobre duas grandes instituições, IPHAN e JB.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABL – Academia Brasileira de Letras. *Discurso de posse de Getúlio Vargas*.

Disponível em

<<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=585&sid=335>>. Acesso em: 03 de maio de 2009, às 20h17min.

ABREU, Regina. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. In: *Estudos Históricos*. RJ, v. 7, n. 14, 1994. p. 205-230.

\_\_\_\_\_ e CHAGAS, Mario. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

\_\_\_\_\_. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22. Rio de Janeiro: SPHAN, 1987. p. 82-85.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. *Imprensa, poder e público*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 1996.

BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001. p. 11-35.

CASTELLS, Manuel. A empresa em rede: a cultura, as instituições e as organizações da economia informacional. In: \_\_\_\_\_. *A sociedade em rede*. v. I, 9. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006. p. 209-263.

CHUVA, Márcia (org.). *A Invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, IPHAN, 1995.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. SP: Edusp, 1998.

FERREIRA, Lucia M. A. Uma memória da normatização da conduta feminina na imprensa. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart e \_\_\_\_\_. (orgs.) *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007. p. 57-70.

FGV – Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. *Semana de Arte Moderna*. Disponível em <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/anos20/ev\\_artecultura\\_semartemod.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos20/ev_artecultura_semartemod.htm)>. Acesso em: 03 de maio de 2009, às 20h30min.

FONSECA, Leticia P. A construção visual do *Jornal do Brasil*: concepção e trajetória até a primeira metade do século XX. In: *Anais do 8º. Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design*. 8 a 11 de outubro de 2008. São Paulo: AEND-Brasil, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo*. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-IPHAN, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. *A Ordem do discurso*. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_, M. e DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006. p. 41-45.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Arte, tradição e nacionalismo. In: \_\_\_\_\_. *Homens e temas do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Zélio Valverde, 1944.

FURTADO, Celso. SPHAN: Pronunciamento do Ministro Celso Furtado. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22. Rio de Janeiro: SPHAN, 1987. p. 35.

GIOVANAZ, Marlise. Mário de Andrade: ativista da preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. In: *Revista Ciências e Letras*. n. 31. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 1979. p. 209-217.

GOMES, Nilo Sergio. *Em busca da notícia*. Memórias do *Jornal do Brasil* 1901. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. Em busca da notícia: Memórias do *Jornal do Brasil* de 1901. In: In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart e FERREIRA, Lucia Maria A. (orgs.) *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007. p. 177-196.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e Cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi de. (org.) *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 108-123.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1997.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Informações institucionais*. Disponível em

<<http://portal.iphan.gov.br:8080/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=D24FD4691E90BBoFEAoB9o8C7618F1DB?retorno=paginaIphan&sigla=Institucional&id=12140>>. Acesso em: 12 de abril de 2009, às 17h13min.

JB – JB Online – Jornal do Brasil. *A história de uma crise*. Disponível em <[http://jbonline.terra.com.br/destaques/110anosjb/110anosjb\\_fut\\_C1\\_6c.html](http://jbonline.terra.com.br/destaques/110anosjb/110anosjb_fut_C1_6c.html)>. Acesso em: 09 de dezembro de 2009, às 14h23min.

JUNIOR, Cirilo. *Economia brasileira cresce 5,4% em 2007, maior taxa desde 2004, diz IBGE*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u381048.shtml>. Acesso em: 10 de dezembro, às 19h41min.

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado. 1920 – 1945*. Rio de Janeiro: Lucerna: FAPERJ, 2002.

MARIANI, Bethania. Discurso e instituição: a imprensa. In: *RUA. Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP*, n. 5. Campinas, SP: 1999. p. 47-61.

\_\_\_\_\_. Imprensa, produção de sentidos e ética. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart e FERREIRA, Lucia Maria A. (orgs.) *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007. p. 199-218.

\_\_\_\_\_. *O PCB e a imprensa: Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan. Campinas, SP-UNICAMP, 1998.

\_\_\_\_\_. Os primórdios da imprensa no Brasil (Ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni (org.). *Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993. p. 31-42.

\_\_\_\_\_. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina L. (orgs.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. p. 102-121.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Por uma sócio-história do Estado no Brasil. In: CHUVA, Márcia (org.). *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. p. 67-80.

MOTTA, Lia. SPHAN: A SPHAN em Ouro Preto. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22. Rio de Janeiro: SPHAN, 1987. p. 108-122.

NAVARRO, Pedro. Discurso, sentido e mídia: a produção de imagens de identidade coletiva. In: MALUF-SOUZA, Olímpia e ZATTAR, Neuza B. S. (orgs.). *Espaços de significação entre a linguagem, a história e a cultura*. Campinas, SP: Pontes, 2007. p. 137-150.

NORA, Pierre. Entre memória e história – A problemática dos lugares. In: *Projeto História 10* – Revista do Programa de estudos pós-graduados em história e do Departamento de História. São Paulo, dez, 1993. p. 7-28.

OLIVEIRA, Carmen Irene C. de O. e ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Memória e Discurso: um diálogo promissor In: GONDAR, Jô e DODEBEI, Vera (orgs.) *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005. p. 73-87.

OLIVEIRA, Lucia Lippi (coord.). *A Era Vargas – 1º. tempo – dos anos 20 a 1945*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1997. CD ROM.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais e o nacionalismo. In: *Seminário Folclore e Cultura Popular*. 2. ed. Rio de Janeiro: Funarte – FNFCP, 2000. p. 69-74.

\_\_\_\_\_. Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. In: D'ARAUJO, Maria Celina (org.). *As Instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 83-96.

ORLANDI, Eni. Análise de discurso. In: \_\_\_\_\_ e LAGAZZI, Suzy. *Discurso e textualidade*. Campinas, SP: Pontes, 2006. p. 9-31.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. (org.) *Discurso fundador*. A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 55-66.

\_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

POLLAK, M. Memória e identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. In: HERSCHMANN, Micael e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.). *Mídia, memória e celebridades: estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade*. Rio de Janeiro: E-papers, 2003. p. 105-129.

\_\_\_\_\_, A. P. G. e BRASILIENSE, Danielle Ramos. Memória e narrativa jornalística. In: \_\_\_\_\_ e FERREIRA, L. M. A. (orgs.) *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007. p. 219-235.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mario. (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 46-55.

VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo. In: Ferreira, Jorge e Neves, Lucília de Almeida. (orgs.). *O Brasil Republicano*. 1. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 145-179.

ZOPPI-FONTANA, Mônica G. Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do *corpus* discursivo e sua descrição interpretação. In: GUIMARÃES, Eduardo e BRUM-DE-PAULA, Mirian Rose (orgs.). *Sentido e memória*. Campinas: Pontes, 2005. p. 93-116.

## ANEXOS

ANEXO I	INTELECTUAIS DO PATRIMÔNIO
ANEXO II	ANTEPROJETO DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
ANEXO III	DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937
ANEXO IV	EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTRO GUSTAVO CAPANEMA NA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE DECRETO-LEI QUE ORGANIZAVA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
ANEXO V	DIAGRAMAÇÃO DO JORNAL DO BRASIL DE 1936
ANEXO VI	JORNAL DO BRASIL – 1º. DE ABRIL DE 1936
ANEXO VII	DIAGRAMAÇÃO DO JORNAL DO BRASIL DE 2007
ANEXO VIII	JORNAL DO BRASIL – 26 DE JANEIRO DE 2007
ANEXO IX	RELAÇÃO DAS MATÉRIAS ENCONTRADAS NO JORNAL DO BRASIL NOS ANOS DE 1936, 1937 E 2007
ANEXO X	JORNAL DO BRASIL – 15 DE JULHO DE 1936
ANEXO XI	JORNAL DO BRASIL – 09 DE MARÇO DE 1937
ANEXO XII	JORNAL DO BRASIL – 10 DE ABRIL DE 1937
ANEXO XIII	JORNAL DO BRASIL – 02 DE DEZEMBRO DE 1937
ANEXO XIV	JORNAL DO BRASIL – 24 DE ABRIL DE 2007
ANEXO XV	JORNAL DO BRASIL – 05 DE JUNHO DE 2007
ANEXO XVI	JORNAL DO BRASIL – 18 DE JUNHO DE 2007
ANEXO XVII	JORNAL DO BRASIL – 13 DE SETEMBRO DE 2007
ANEXO XVIII	JORNAL DO BRASIL – 14 DE SETEMBRO DE 2007
ANEXO XIX	JORNAL DO BRASIL – 24 DE SETEMBRO DE 2007
ANEXO XX	JORNAL DO BRASIL – 08 DE OUTUBRO DE 2007
ANEXO XXI	JORNAL DO BRASIL – 25 DE NOVEMBRO DE 2007
ANEXO XXII	JORNAL DO BRASIL – 30 DE NOVEMBRO DE 2007
ANEXO XXIII	JORNAL DO BRASIL – 11 DE DEZEMBRO DE 2007
ANEXO XXIV	JORNAL DO BRASIL – 27 DE DEZEMBRO DE 2007
ANEXO XXV	JORNAL DO BRASIL – 28 DE DEZEMBRO DE 2007
ANEXO XXVI	AUTORIZAÇÃO DE USO DAS IMAGENS DO JORNAL DO BRASIL

## ANEXO I

### INTELECTUAIS DO PATRIMÔNIO

<b>Afonso Arinos de Melo Franco</b>	Jurista, historiador e Ministro de Estado. Foi membro da Academia Brasileira de Letras. No SPHAN foi consultor jurídico. Primo de Rodrigo Melo Franco de Andrade.
<b>Alceu Amoroso Lima</b>	Advogado, professor e escritor. Foi reitor da Universidade do Distrito Federal, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro e membro do Conselho Nacional de Educação. Amigo de Rodrigo Melo Franco de Andrade.
<b>Anísio Teixeira</b>	Advogado, educador e escritor. Dirigiu o <i>Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP</i> . Foi o criador e primeiro dirigente da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, atual CAPES, e um dos idealizadores do projeto da Universidade de Brasília.
<b>Cândido Portinari</b>	Pintor brasileiro renomado internacionalmente. Pintou quase 5.000 obras ao longo de sua vida. Foi professor de pintura do Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal. O Palácio Gustavo Capanema possui revestimento externo decorado por azulejos de sua autoria.
<b>Carlos Drummond de Andrade</b>	Poeta e Escritor. Fundou com outros escritores <i>A Revista</i> , importante veículo de afirmação do modernismo em Minas. Foi funcionário público até se aposentar. No SPHAN foi chefe de gabinete, organizador do arquivo e chefe da seção de história.
<b>Gilberto Ferrez</b>	Historiador, neto do fotógrafo Marc Ferrez. Membro do IHGB, foi colaborador na <i>Revista do SPHAN</i> .
<b>Gilberto Freyre</b>	Sociólogo, foi membro da Academia Brasileira de Letras. Foi colaborador na <i>Revista do SPHAN</i> e nos trabalhos de investigação social e artística do Brasil.
<b>Gustavo Barroso</b>	Advogado, folclorista, escritor e político. Dirigiu o Museu Histórico Nacional e a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, criando o Curso de Conservador de Museus. Foi presidente da Academia Brasileira de Letras e membro do Conselho Consultivo do SPHAN.

**Gustavo Capanema**

Advogado e político. Foi Ministro da Educação e Saúde Pública de 1934 a 1945. Como Ministro criou, entre outras coisas, a Universidade do Brasil, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), os serviços de profilaxia de diversas doenças e o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

**Heloísa Alberto Torres**

Antropóloga e professora. Foi diretora do Museu Nacional durante anos. Durante a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, por diversas vezes, substituiu-o na presidência do SPHAN.

**Lucio Costa**

Arquiteto e urbanista. Chefe da equipe que projetou o prédio do Ministério da Educação e Saúde (MES), conhecido como *prédio do MEC* ou *Palácio Gustavo Capanema*, foi diretor do Departamento de Estudos e Tombamentos do SPHAN.

**Manuel Bandeira**

Poeta e Escritor. Foi membro da Academia Brasileira de Letras. Membro do Conselho Consultivo no SPHAN em 1938, foi colaborador em várias publicações.

**Mário de Andrade**

Escritor, poeta, musicólogo e folclorista. Participou ativamente da Semana de Arte Moderna. Foi autor do anteprojeto do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional.

**Francisco de Noronha Santos**

Historiador. Colaborador na *Revista do SPHAN* e nos trabalhos de investigação social e artística do Brasil. A biblioteca e o arquivo do IPHAN, localizados no Rio de Janeiro, levam o seu nome.

**Oscar Niemeyer**

Arquiteto, foi diretor da Escola Nacional de Belas Artes de 1930 a 1931. Integrou a equipe que desenvolveu o projeto da sede do Ministério da Educação e Saúde Pública. Autor do projeto do Plano Piloto de Brasília.

**Rodrigo Melo Franco de Andrade**

Advogado, jornalista e escritor, foi chefe de gabinete do Ministro Capanema em 1930 e organizador e diretor do SPHAN até 1967.

**Renato Soeiro**

Arquiteto. Foi diretor da Diretoria de Conservação e Restauração do SPHAN e com a aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade assume o DPHAN em 1967.

**Sérgio Buarque de Holanda**

Historiador e professor. Foi chefe da seção de publicações do antigo Instituto Nacional do Livro e diretor do Museu Paulista. Colaborador na publicação *Revista do SPHAN*.

## ANEXO II

### ANTEPROJETO DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

#### Serviço do Patrimônio Artístico Nacional

#### CAP. I

Finalidade: O Serviço do Patrimônio Artístico Nacional tem por objetivo determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional.

Ao S.P.A.N. compete:

- I – determinar e organizar o tombamento geral do patrimônio artístico nacional;
- II – sugerir a quem de direito as medidas necessárias para conservação, defesa e enriquecimento do patrimônio artístico nacional;
- III – determinar e superintender o serviço de conservação e de restauração de obras pertencentes ao patrimônio artístico nacional;
- IV – sugerir a quem de direito, bem como determinar dentro de sua alçada, a aquisição de obras para enriquecimento do patrimônio artístico nacional;
- V – fazer os serviços de publicidade necessários para propagação e conhecimento do patrimônio artístico nacional.

#### CAP. II

#### Determinações preliminares

#### Patrimônio Artístico Nacional

Definição: Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil.

#### Ao Patrimônio Artístico Nacional pertencem:

- I – Exclusivamente as obras de arte que estiverem inscritas, individual ou agrupadamente, nos quatro livros do tombamento adiante designados.

#### Estão excluídas do Patrimônio Artístico Nacional:

- I – As obras de arte pertencentes às representações diplomáticas estrangeiras aqui acreditadas e as que adornam quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no Brasil;
- II – as obras de arte estrangeira, pertencentes a casas de comércio de objetos de arte;
- III – as obras de arte estrangeira, vindas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;

IV – as obras de arte estrangeira, importadas expressamente por empresas estrangeiras para adorno de suas repartições.

Distinções:

I – as obras de arte nacional pertencentes a casas de comercio de objetos de arte, sujeitam-se também a tombamento, não podendo sair mais do país as que forem tombadas;

II – as obras de arte tombadas, pertencentes a particulares, poderão, por qualquer processo de transação, mudar de proprietário, desde que esta mudança não implique possibilidade de saírem do país;

a) em quais casos de venda de obras de arte tombadas, o S.P.A.N. pelo Governo Federal, e os poderes públicos do Estado em que a obra de arte residir, terão direito de opção na compra, pelo mesmo preço;

III – as obras de arte nacional ou estrangeira vindas para exposições, terão alvará de licença para livre-trânsito, fornecido pelo Conselho Fiscal do S.P.A.N.

IV – estão no mesmo caso do número anterior, as obras de arte importadas para adorno de suas repartições, por empresas estrangeiras, mediante declaração expressa destas.

Obra de Arte Patrimonial

Definição: Entende-se por obra de arte patrimonial, pertencente ao Patrimônio Artístico Nacional, todas e exclusivamente as obras que estiverem inscritas, individual ou agrupamento, nos quatro livros de tombamento. Essas obras de arte deverão pertencer pelo menos a uma das oito categorias seguintes:

- 1 – Arte arqueológica;
- 2 – Arte ameríndia;
- 3 – Arte popular;
- 4 – Arte histórica;
- 5 – Arte erudita nacional;
- 6 – Arte erudita estrangeira;
- 7 – Artes aplicadas nacionais;
- 8 – Artes aplicadas estrangeiras.

Das Artes arqueológica e ameríndia (1 e 2)

Incluem-se nestas duas categorias todas as manifestações que de alguma forma interessem à Arqueologia em geral e particularmente à arqueologia e etnografia ameríndias.

Essas manifestações se especificam em:

a) Objetos – Fetiches; instrumentos de caça, de pesca, de agricultura; objetos de uso doméstico; veículos, indumentária, etc. etc.

b) Monumentos – Jazidas funerárias; agenciamento de pedras; sambaquis, litógrafos de qualquer espécie de gravação, etc.

c) Paisagens – Determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra, foi determinada definitivamente pela indústria humana dos Brasis, como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas, etc.

d) Folclore Ameríndio – Vocabulários, cantos, lendas, magias, medicina, culinária ameríndia, etc.

### Da Arte Popular (3)

Incluem-se nesta terceira categoria todas as manifestações de arte pura ou aplicada, tanto nacional como estrangeira, que de alguma forma interessem à Etnografia, com exclusão da ameríndia. Essas manifestações podem ser:

a) Objetos – Fetiches, cerâmica em geral, indumentária, etc.

b) Monumentos – Arquitetura popular, cruzeiros, capelas e cruzeiros mortuários de beira-estrada, jardins, etc.

c) Paisagens – Determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, como vilarejos lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal agrupamento de mocambos no Recife, etc.

d) Folclore – Música popular, contos, histórias, lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas, etc.

### Da Arte Histórica (4)

Incluem-se nesta categoria todas as manifestações de arte pura ou aplicada, tanto nacional como estrangeira, que de alguma forma refletem, contam, comemoram o Brasil e a sua evolução nacional. Essas manifestações podem ser:

a) Monumentos – (Há certas obras de arte arquitetônica, escultórica, pictórica que, sob o ponto de vista de arte pura não são dignas de admiração, não orgulham a um país nem celebrizam o autor delas. Mas, ou porque fossem criadas para um determinado fim que se tornou histórico – o forte do Óbidos, o dos Reis Magos – ou porque se passaram nelas fatos significativos da nossa história – a Ilha Fiscal, o Palácio dos Governadores em Ouro Preto – ou ainda porque viveram nelas figuras ilustres da nacionalidade – a casa de Tiradentes em São João del Rei, a casa de Rui Barbosa – devem ser conservadas tais como estão, ou recompostas na sua imagem “histórica”). Ruínas, igrejas, fortes, solares, etc. Devem pela mesma qualidade “histórica” ser conservados exemplares típicos das diversas escolas e estilos arquitetônicos que se refletiram no Brasil. A data para que um exemplar típico possa ser fixada: de 1900 para trás, por exemplo, ou de cinquenta anos para trás.

b) Iconografia nacional – Todo e qualquer objeto que tenha valor histórico, tanto um espadim de Caxias, como um lenço celebrando o 13 de maio. Pode ser considerado “histórico” para fins de tombamento, o objeto que conservou seu valor evocativo depois de 30 anos.

c) Iconografia estrangeira referente ao Brasil – Gravuras, mapas, porcelanas, etc., referentes à entidade nacional em qualquer dos seus aspectos, Histórica, Política, costumes, Brasil, natureza, etc.

d) Brasileira – todo e qualquer impresso que se refira ao Brasil, de 1850 para trás. Todo e qualquer manuscrito referente ao Brasil, velho de mais de 30 anos, se inédito, e de 100 anos, se estrangeiro e já publicado por meios tipográficos.

e) Iconografia estrangeira referente a países estrangeiros – incluem-se nesta categoria objetos que tenham conservado seu valor histórico universal de 50 anos para trás.

### Da Arte Erudita Nacional (5)

Incluem-se nesta categoria todas e quaisquer manifestações de arte, de artistas nacionais já mortos, e também, dos artistas vivos, as obras de arte que sejam propriedade de poderes

públicos, ou sejam reputadas “de mérito nacional”. São condições para que uma obra de arte de artista nacional vivo seja reputada “de mérito nacional”:

- 1 – Ter a obra conquistado ao artista qualquer primeiro ou segundo premio no ano final de curso em escolas oficiais de Belas Artes.
- 2 – Ter a obra conquistado ao artista qualquer espécie de primeiro prêmio em exposições coletivas organizadas pelos poderes públicos.
- 3 – Ter a obra conquistado o título acima referido por quatro quintos de votação completa do Conselho Consultivo do S.P.A.N.

#### Da Arte Erudita Estrangeira (6)

Incluem-se nesta categoria todas e quaisquer obras de arte pura de artistas estrangeiros que pertençam aos poderes públicos ou sejam reputadas “de mérito”. São condições para que um artista estrangeiro seja reputado “de mérito”:

- 1 – Figurar o artista em Histórias da Arte universais.
- 2 – Figurar o artista em museus oficiais de qualquer país.
- 3 – No caso do artista ainda estar vivo e não preencher nenhuma das duas condições anteriores, conquistar o título por quatro quintos de votação completa do Conselho Consultivo do S.P.A.N.

#### Das Artes Aplicadas Nacionais (7)

Incluem-se nesta categoria todas as manifestações de arte aplicada (móveis, torêutica, tapeçaria, joalheria, decorações murais, etc.) feita por artista nacional já morto, ou de importação nacional do Segundo Império para trás. Inclui-se ainda, dos artistas nacionais vivos, toda e qualquer obra de arte aplicada que pertença aos poderes públicos.

#### Das Artes aplicadas Estrangeiras (8)

Incluem-se nesta categoria toda e qualquer obra de arte aplicada de artista estrangeiro, que figure em “Histórias da Arte” e museus universais.

#### Livros de Tombamento e Museus

O S.P.A.N. possuirá quatro livros de Tombamento e quatro Museus, que compreenderão as oito categorias de artes acima discriminadas. Os livros de tombamento servirão para neles serem inscritos os nomes dos artistas, as coleções públicas e particulares, e individualmente as obras de arte que ficarão oficialmente pertencendo ao Patrimônio Artístico Nacional. Os museus servirão para neles estarem expostas as obras de arte colecionadas para cultura e enriquecimento do povo brasileiro pelo Governo Federal. Cada museu terá exposta no seu saguão de entrada, bem visível, para estudo e incitamento do público, uma cópia do Livro de Tombamento das artes a que ele corresponde. Eis a discriminação dos quatro livros de tombamento e dos museus correspondentes:

- 1 – Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico:  
correspondente às três primeiras categorias de artes, arqueológica, ameríndia e popular.
- 2 – Livro de Tombo Histórico:  
correspondente à quarta categoria, arte histórica.
- 3 – Livro de Tombo das Belas Artes:

Galeria Nacional de Belas Artes:

Correspondentes às quinta e sexta categorias, arte erudita nacional e estrangeira.

4 – Livro do Tombo das Artes Aplicadas:

Museu de Artes aplicadas e Técnica Industrial:

Correspondentes às sétima e oitava categorias, artes aplicadas nacionais e estrangeiras.

### Discussões

Primeira objeção: Objetos há que pertencem a mais de uma categoria: em que livro de tombamento inscrevê-los e, se pertencentes ao Governo Federal, em que museu colocá-los?

Resposta: Estas dúvidas existirão sempre e são próprias exclusivamente das mentalidades sem energia. É um simples caso de adoção de critérios preliminares. Basta que tais critérios sejam idôneos, razoáveis, não será necessário que eles decidam problemas estéticos insolúveis. Que critérios preliminares poderão ser adotados? por exemplo:

1 – Objeto que seja ao mesmo tempo histórico e de real valor artístico (a Casa dos Contos; o livro de Debret etc.) será tombado pelo valor histórico. Excetuam-se naturalmente quadros ou esculturas que tomaram por tema um assunto histórico, mas que são evocativos e não reprodutores do real (O grito do Ipiranga, de Pedro Américo; a partida e monção, de Almeida Júnior).

2 – Nas manifestações artísticas que ainda e sempre se discutirá se são de arte pura ou aplicada, fixar discricionariamente um critério qualquer, o mais geralmente seguido: colocar, por exemplo, a Arquitetura entre as Belas Artes, colocar a pintura mural, em qualquer dos seus processos, também entre as Belas Artes; a Numismática toda entre as artes aplicadas e da mesma forma toda a cerâmica, com exceção única das estátuas possíveis em tamanho natural, para jardins.

Segunda objeção: Um objeto histórico pertencente à atual Escola Nacional de Belas Artes, ou um quadro de Taunay pertencente ao atual Museu Histórico só porque pertenceu a D. João VI, devem então mudar de museu ou permanecer onde estão?

Resposta: Está claro, a meu ver, que o objeto histórico que está na Escola Nacional de Belas Artes deverá ir para o Museu Histórico, e acho que o quadro de Taunay deverá ficar onde está. Simplesmente porque D. João VI tem muito mais valor histórico que Taunay artístico, pra nós. Já se o quadro fosse de Rafael, de Rembrandt, de Delacroix, gênios universais, o quadro deveria ir para a Galeria de Belas Artes. Apenas se ajuntaria ao seu título, a designação de seu acidental valor histórico.

Terceira objeção: Como fazer um livro de tomo único para reunir várias categorias de artes, como o primeiro por exemplo, que reúne a Arqueologia desde os povos pré-históricos, cerâmica marajoara e pedras esculpidas dos astecas, a Etnografia Ameríndia e a Etnografia nacional e estrangeira?

Resposta: Um livro pode ter vários volumes. Faça-se um volume para Arqueologia, outro para a Etnografia Ameríndia, outro para a Etnografia Brasileira, outro para a Etnografia Universal. Sou de opinião, ainda, que mesmo a parte arqueológica da etnografia ameríndia deverá ser reunida a esta e não à arqueologia universal, para obter-se maior unidade.

Quarta objeção: Por que o quarto museu é chamado Museu de Artes Aplicadas e Técnica Industrial? Então a técnica industrial é uma arte?

Resposta: Arte é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos. Isso foi aproveitado para preencher uma feia lacuna do sistema educativo nacional, a meu ver, que é a pouca preocupação com a educação pela imagem, o sistema talvez mais percuciente de educação. Os livros didáticos são horrorosamente ilustrados; os gráficos, mapas, pinturas das paredes das aulas são pobres, pavorosos e melancolicamente pouco incisivos; o teatro não existe no sistema escolar; o cinema está em três artigos de uma lei, sem nenhuma ou quase nenhuma aplicação. Aproveitei a ocasião para lembrar a criação dum desses museus técnicos que já estão se espalhando regularmente no mundo verdadeiramente m progresso cultural. Chamam-se hoje mais ou menos universalmente assim os museus que expõem os progressos de construção e execução das grandes indústrias, e as partes de que são feitas, as máquinas inventadas pelo homem. São museus de caráter essencialmente pedagógico. Os modelos mais perfeitos geralmente citados são o Museu Técnico de Munich e o museu de Ciência e Indústria de Chicago. Imagina-se a “Sala do Café”, contendo documentalmente desde a replanta nova, a planta em flor, a planta em grão, a apanha da fruta; a lavagem, secagem, os aparelhos de beneficiamento, desmontados, com explicação de todas as suas partes e funcionamento; o saco, as diversas qualidades de café beneficiado, os processos especiais de exportação, de torrefação e de manufatura mecânica (com máquinas igualmente desmontadas e explicadas) da bebida e enfim a xícara de café. Grandes álbuns fotográficos com fazendas, cafezais, terreiros, colônias, os portos cafeeiros; gráficos estatísticos, desenhos comparativos, geográficos, etc. Tudo o que a gente criou sobre o café, de científico, de técnico, de industrial, reunido numa só sala. E o mesmo sobre algodão, açúcar, laranja, extração do outro, do ferro, da carnaúba, da borracha; o boi e suas indústrias, a lã, o avião, a locomotiva, a imprensa etc.

### Publicidade

O S.P.A.N. deverá ter necessariamente, pertencente ao seu próprio organismo, um serviço de publicidade. Em que consistirá esta publicidade?

1º. – Na publicação dos quatro livros do tomo, assim que estes estiverem em dia, e na publicação anual de seus suplementos. Os livros do tomo devem ser publicados. Além de indispensáveis aos estudiosos, têm valor moral de incitamento à cultura e à aquisição de obras de arte.

2º. – Na publicação da Revista do S.P.A.N. A revista é indispensável como meio permanente de propaganda, e força cultural. Nela serão gradativamente reproduzidas também as obras de arte pertencentes ao patrimônio artístico nacional. Nela serão publicados os estudos técnicos, as críticas especializadas, as pesquisas estéticas, e todo o material folclórico do país.

3º. – Na publicação de livros, de monografias com estudos biográficos, críticos, técnicos, descritivos, comparativos, dos autores, coleções e obras individualmente tombadas; catálogos dos quatro museus federais e outros regionais pertencentes aos poderes públicos; cartazes e folhetos de propaganda turística.

## **CAP. III**

### **Organismo do S.P.A.N.**

#### I - Diretoria

Definição – A Diretoria é o órgão gerador de todo o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. A diretoria compõe-se de um Diretor diretamente subordinado ao Ministro da Educação, e dos quatro chefes dos museus. O diretor terá voto decisório nas votações.

A Diretoria faz também os serviços da Chefia da Seção dos Museus e da Chefia da Seção de Publicidade, serviços que a ela diretamente competem.

O Gabinete da Diretoria compor-se-á dum secretário, dois datilógrafos, um contínuo e um servente, e quantos intérpretes guias (contratados) forem necessários.

## II – Conselho Consultivo

A Diretoria é assistida dum Conselho Consultivo composto de 5 membros fixos e 20 membros móveis. O Conselho Consultivo é presidido pelo diretor do S.P.A.N. que será um dos 5 membros fixos e terá voto de desempate. Os outros 4 membros fixos serão os 4 chefes dos museus. Para os 20 membros móveis serão escolhidos:

- 2 historiadores;
- 2 etnógrafos;
- 2 músicos;
- 2 pintores;
- 2 escultores;
- 2 arquitetos;
- 2 arqueólogos;
- 2 gravadores (artistas gráficos, medalhistas etc.)
- 2 artesãos (decoradores, ceramistas etc.)
- 2 escritores (de preferência críticos de arte).

a) Os membros móveis do Conselho Consultivo exercerão seus cargos pro Honoré em reuniões mensais, avisadas com antecedência de 3 dias e com a presença mínima de 10 conselheiros móveis, 3 chefes de museus e do Diretor.

b) As reuniões, e os casos excepcionais que exijam a votação completa dos 25 membros do Conselho Consultivo podem ser realizadas por correspondência, dando os conselheiros o seu voto por escrito.

c) O Conselho Consultivo será renovado anualmente de 10 dos seus membros móveis; sendo pois que de início, um membro (o mais velho) de cada par terá apenas um ano de exercício. A todos os outros membros móveis caberá dois anos de exercício, não podendo nenhum membro reeleito sem o descanso de dois anos.

d) Cada par móvel do Conselho Consultivo será escolhido de forma a conter um representante com mais de 40 anos de idade e outro com menos de 40, de preferência, um do par representando as idéias acadêmicas e outro as idéias renovadoras.

## III – Chefia do Tombamento

Definição: O Tombamento é o órgão organizador e catalogador do patrimônio artístico nacional. É dirigido pelo próprio Diretor do S.P.A.N. e lhe compete determinar, com exposição de motivos, as obras a serem inscritas nos quatro livros de tombamento. A chefia do Tombamento, além do Diretor, compõe-se de um arqueólogo, de um etnógrafo, dum historiador e dum professor de história da arte. Formam o gabinete da chefia do tombamento, 1 secretário, 2 contínuos, 1 servente, e tantos datilógrafos quantos forem necessários ao serviço.

- a) A Chefia do Tombamento fará diretamente o tombamento do Distrito Federal.
- b) A Chefia do Tombamento organizará os 4 livros do tomo, os catálogos gerais e os catálogos particulares.
- c) A Chefia do Tombamento é assistida de tantas Comissões Regionais de Tombamento, quantos os Estados do Brasil.
- d) As Comissões Regionais, residentes nas capitais dos Estados, serão compostas de um chefe com voto de desempate, e mais um arqueólogo, um etnógrafo, um historiador e um professor de história da arte. (Alguns destes membros, em último caso, por não existirem talvez em certas capitais, arqueólogos ou historiadores especialistas de arte, podem ser substituídos por literatos, pintores, músicos etc.)
- e) As Comissões Regionais poderão exercer seu cargo pro honore.
- Nota – Talvez seja preferível fixar-lhes ordenado, que poderá, quem sabe? ser pago pelos Estados. Neste caso não se deverá fixar o ordenado, deixando este à decisão dos governos estaduais, pois as condições de pagamento do intelectual diferem enormemente de Estado para Estado. Ou então poderá fixar-se um ordenado puramente de honra, pago pelo Governo Federal.
- f) As Comissões Regionais têm por finalidade escolher as obras dos seus Estados respectivos que devam ser atingidas pelo S.P.A.N. e propor à Chefia do Tombamento central, a inscrição dessas obras num dos 4 livros do Tombo. A função das Comissões Regionais (que para alguns Estados será talvez deficiente) não é pois decisória. Só a Chefia do Tombamento central é que decide quais as obras a serem tombadas.
- g) Cada obra a ser tombada terá sua proposta feita pela Comissão Regional competente acompanhada dos seguintes requisitos:
- 1 – fotografia, ou várias fotografias;
  - 2 – Explicação dos caracteres gerais da obra, tamanho, condições de conservação, etc.
  - 3 – Quando possível, nome de autor e biografia deste;
  - 4 – Datas;
  - 5 – Justificação de seu valor arqueológico, etnográfico ou histórico no caso de pertencerem a uma destas categorias;
  - 6 – No caso de ser obra folclórica, a sua reprodução cientificamente exata (quadrinhas, provérbios, receitas culinárias, etc. );
  - 7 – No caso de ser obra musical folclórica, acompanhará a proposta uma descrição geral de como é executada; se possível a reprodução da música por meios manuscritos; de descrição das danças e instrumentos que a acompanham, datas em que estas cerimônias se realizam, para a Chefia do Tombamento, de concerto com o Museu Etnográfico e Etnológico mandar discar ou filmar a obra designada.
  - 8 – No caso de ser arte aplicada popular também deverá propor-se a filmagem científica da sua manufatura (fabricação de rendas, de cuias, de redes, etc.)

#### IV – Conselho Fiscal

Definição – O Conselho Fiscal é o órgão policiador e protetor das obras tombadas. A ele compete mandar restaurar as obras estragadas; proibir, coibir, denunciar e castigar a fuga, para fora do país, das obras tombadas; decidir a exportação das obras de arte, cuja saída do país o S.P.A.N. permite; dar alvarás de entrada e saída das obras de arte residentes no estrangeiro, vindas para exposições de qualquer gênero ou para comércio.

Nota – A não ser em certos trabalhos facilmente determináveis como restauração, a permissão para restauração ou modificação de obras, bem como alvarás de licença, que podem todos ser exercidos pela própria Chefia de Tombamento e pelas Comissões Regionais: o Conselho Fiscal deve ser um organismo elástico, articulado com as alfândegas e guardas de fronteiras, sem número determinado de membros nem ordenados.

#### V – Seção dos Museus

Definição – A Seção dos Museus é o órgão conservador, enriquecedor e expositor do patrimônio artístico nacional pertencente ao Governo Federal, competindo-lhe:

a) Como já foi dito, a Chefia da Seção dos Museus é exercida pela própria Diretoria.

Nota – Por este processo evita-se a criação de mais um organismo que, independente, teria pouca finalidade; e evita-se mais funcionalismo.

b) Compete à Seção dos Museus organizar definitivamente os 4 museus nacionais pertencentes ao S.P.A.N.

c) À Seção dos Museus compete organizar exposições regionais e federais, por meio da veiculação das obras tombadas pertencentes aos poderes públicos federal e estaduais e as coleções particulares.

d) À Seção dos Museus compete finalmente articular-se com os museus regionais pertencentes a poderes públicos, facilitar-lhes a organização; fornecer-lhes documentação fotográfica, discos e filmes; e distribuir-lhes subvenções federais.

#### VI – Seção de Publicidade

Definição – A Seção de Publicidade é o órgão destinado á registrar, reproduzir e publicar todo o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. Compõe-se de uma Chefia que é exercida pela própria Diretoria do S.P.A.N. e mais de:

1 – Repartição foto-fono-cinematográfica

2 – Repartição de desenho e pintura

3 – Repartição distribuidora

a) À Chefia da Seção de Publicidade, isto é, à própria Diretoria do S.P.A.N. compete a direção da “Revista Nacional de Artes” e a superintendência do serviço de tipografia e encadernação.

b) À repartição foto-fono-cinematográfica compete todo o serviço nacional de fotografia, fonografia e filmagem do patrimônio artístico nacional:

1 – a Repartição fono-foto-cinematográfica é mandada pela Chefia do Tombamento, e executará os trabalhos por esta determinados.

2 – Articula-se diretamente com os 4 museus nacionais para lhes fornecer toda documentação de filmes, discos e fotografias.

3 – Articula-se ainda com a Seção de Publicidade para fornecimento de discos, filmes e fotografias para a repartição distribuidora.

c) À repartição de desenhos e pintura incumbe realizar toda a documentação que, pelas suas exigências de cor e detalhação, escapa aos processos mecânicos de reprodução.

1 – Esta repartição articula-se diretamente com os museus de arqueologia, etnografia e artes aplicadas que determinarão os trabalhos a serem desenhados e aquarelados, e conservarão esses trabalhos.

2 – A repartição de desenho e pintura articula-se ainda com a Seção de Publicidade para fornecimento de trabalhos de sua competência, por aquela seção solicitados.

d) à repartição distribuidora compete fazer a distribuição geral, dentro e fora do país, de todos os trabalhos executados pela Seção de Publicidade do S.P.A.N.

1 – Revista Nacional de Artes – A “Revista Nacional de Artes” superintendida pelo Diretor do S.P.A.N. e dirigida pelo secretário da Diretoria, destina-se à publicação dos estudos feitos pelos 4 museus, que com ela articulam pela Chefia da Seção dos Museus; à publicação dos estudos feitos pela Diretoria do S.P.A.N. ou por ela solicitados de personalidades nacionais e estrangeiras; e finalmente à publicação de estudos e determinações da Chefia do Tombamento e, por meio desta, do Conselho Fiscal e das Comissões Regionais. A Revista só recebe pois material para publicação, da Diretoria, da Chefia do Tombamento e da Chefia da Seção dos Museus, que são os órgãos selecionadores com direito ao “imprima-se”. A Revista articula-se também diretamente com a tipografia para efeitos de sua publicação e com a Seção de Publicidade para efeitos de sua distribuição.

### **Plano Quinquenal de Montagem e Funcionamento do S.P.A.N.**

#### 1º. ano

I. Criação, instalação e início de funcionamento da Diretoria; Serviço de Tombamento Central; Conselho Fiscal; Serviços de Tombamentos Estaduais; Serviço de divisão lógica dos quatro museus.

II. Aquisição, instalação e início de funcionamento dos serviços de filmagem sonora e fonográfica.

III. Instalação definitiva e limitada do Museu Arqueológico e Etnográfico.

#### 2º. ano

I. Terminação do serviço de tombamento geral, por nomes de artistas, obras agrupadas, coleções completas. Continuação do serviço de tombamento particular por obras destinadas individualmente.

II. Intensificação dos serviços de filmagem e de fonografia, sempre com sentido etnográfico.

III. Continuação dos serviços da Diretoria, do Conselho Fiscal, dos tombamentos estaduais.

IV. Instalação definitiva e limitada do Museu Histórico Nacional.

V. Estudos para instalação no ano seguinte do gabinete fotográfico e da repartição de desenho e pintura.

#### 3º. ano

I. Continuação, desintensificação por diminuição de funcionários e de serviço, tradicionalização e fixação permanente de todo o serviço de tombamento, tanto central como estadual.

II. Continuação dos serviços da Diretoria e do Conselho Fiscal.

III. Instalação e início de funcionamento dos serviços de fotografia, desenho, aquarelagem e pintura.

IV. Terminação do serviço intensivo de filmagem sonora e fonografia etnográficas.

V. Instalação definitiva e limitada da Galeria de Belas Artes.

4º. ano

I. Serviço permanente de tombamento.

II. Serviços permanentes da Diretoria e do Conselho Fiscal.

III. Serviços permanentes de fotografia, desenho, aquarelagem e pintura.

IV. Serviço permanente de filmagem sonora e fonografia etnográfica. Início dos serviços de filmagem de artes aplicadas.

V. Estudos para criação do Museu de Artes Aplicadas.

VI. Estudos para aquisição e instalação do aparelhamento de reprodução tipográfica de fotografias e outras quaisquer imagens.

5º. ano

I. Permanência metódica dos serviços;

a) Diretoria

b) Tombamento

c) Conselho Fiscal

d) Filmagem sonora e fonografia

d) Fotografia e reprodução manual de imagens

II. Instalação do aparelhamento tipográfico de gravação de imagens na Imprensa Nacional.

III. Preparos e instalação (sem início de serviço público) do Museu de Artes Aplicadas e Técnica Industrial.

IV. Instalação do Serviço de Publicidade e conseqüente início de publicação da “Revista Nacional de Artes”.

6º. ano e seguintes

I. Permanência de todos os serviços

II. Inauguração do Museu de Artes Aplicadas e de Técnica Industrial.

III. Publicação das primeiras monografias.

IV. Publicação dos quatro livros de tombamento, a que depois seguirão suplementos anuais em opúsculos, denunciando as obras tombadas cada ano.

S. Paulo, 24.III.36

a) Mario de Andrade

## ANEXO III

### **DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937**

Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição decreta:

#### **CAPÍTULO I** **DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Parágrafo 1º - Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta Lei.

Parágrafo 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Art. 2º - A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Art. 3º - Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:

1º) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país;

2º) que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras que façam carreira no país;

3º) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução ao Código Civil e que continuem sujeitas à lei pessoal do proprietário;

4º) que pertençam a casa de comércio de objetos históricos ou artísticos;

5º) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educacionais ou comerciais;

6º) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.

Parágrafo único - As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

## **CAPÍTULO II DO TOMBAMENTO**

Art. 4º - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1º) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no parágrafo 2º do citado art. 1º;

2º) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3º) no Livro do Tombo das Belas-Artes, as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira;

4º) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluam na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo 1º - Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

Parágrafo 2º - Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidas e especificadas no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

Art. 5º - O tombamento dos bens pertencentes a União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício por ordem do Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários efeitos.

Art. 6º - O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

Art. 7º - Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir por escrito à notificação que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

Art. 8º - Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir a inscrição da coisa.

Art. 9º - O tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo:

1º) o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, se o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação;

2º) no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado, que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará por simples despacho que se proceda à inscrição da coisa no competente Livro do Tombo;

3º) se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, a fim de sustentá-la. Em seguida, independente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que proferirá decisão a respeito dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Art. 10 - O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta Lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.

Parágrafo único - Para todos os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.

### **CAPÍTULO III** **DOS EFEITOS DO TOMBAMENTO**

Art. 11 - As coisas tombadas que pertençam a União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma a outra das referidas entidades.

Parágrafo único - Feita a transferência, dela deve o adquirente dar imediato conhecimento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 12 - A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, sofrerá as restrições constantes da presente lei.

Art. 13 - O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

Parágrafo 1º - No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis.

Parágrafo 2º - Na hipótese de deslocação de tais bens, deverá o proprietário, dentro do mesmo prazo e sob pena da mesma multa, inscrevê-los no registro do lugar para que tiverem sido deslocados.

Parágrafo 3º - A transferência deve ser comunicada pelo adquirente, e a deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Art. 14 - A coisa tombada não poderá sair do país, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 15 - Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação, para fora do país, da coisa tombada, será esta seqüestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar.

Parágrafo 1º - Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta a multa de cinquenta por cento do valor da coisa, que permanecerá seqüestrada em garantia do pagamento, e até que este se faça.

Parágrafo 2º - No caso de reincidência a multa será elevada ao dobro.

Parágrafo 3º - A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, além de incidir na multa a que se referem os parágrafos anteriores, incorrerá nas penas cominadas no Código Penal para o crime de contrabando.

Art. 16 - No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa.

Art. 17 - As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Parágrafo único - Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos Municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Art. 18 - Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Art. 19 - O proprietário de coisa tombada que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondendo ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

Parágrafo 1º - Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

Parágrafo 2º - A falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

Parágrafo 3º - Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras de conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Art. 20 - As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-las sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Art. 21 - Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 1º desta Lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

#### **CAPÍTULO IV** **DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**

Art. 22 - Em face da alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os Municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.

Parágrafo 1º - Tal alienação não será permitida, sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, à União, bem como ao Estado e ao Município em que se encontrarem. O proprietário deverá notificar os titulares do direito de preferência a usá-lo, dentro de trinta dias, sob pena de perdê-lo.

Parágrafo 2º - É nula alienação realizada com violação do disposto no parágrafo anterior, ficando qualquer dos titulares do direito de preferência habilitado a seqüestrar a coisa e impor a multa de vinte por cento do seu valor ao transmitente e ao adquirente, que serão por ela solidariamente responsáveis. A nulidade será pronunciada, na forma da lei, pelo juiz que conceder o seqüestro, o qual só será levantado depois de paga a multa e se qualquer dos titulares do direito de preferência não tiver adquirido a coisa no prazo de trinta dias.

Parágrafo 3º - O direito de preferência não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.

Parágrafo 4º - Nenhuma venda judicial de bens tombados se poderá realizar sem que, previamente, os titulares do direito preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação.

Parágrafo 5º - Aos titulares do direito de preferência assistirá o direito de remissão, se dela lançarem mão, até a assinatura do auto de arrematação ou até a sentença de adjudicação, as pessoas que, na forma da lei, tiverem a faculdade de remir.

Parágrafo 6º - O direito de remissão por parte da União, bem como do Estado e do Município em que os bens se encontrarem, poderá ser exercido dentro de cinco dias a partir da assinatura do auto de arrematação ou de sentença de adjudicação, não se podendo extrair a carta enquanto não se esgotar este prazo, salvo se o arrematante ou o adjudicante for qualquer dos titulares do direito de preferência.

## **CAPÍTULO V** **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 23 - O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto.

Art. 24 - A União manterá, para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas-Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus estaduais e municipais com finalidades similares.

Art. 25 - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais e jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.

Art. 26 - Os negociantes de antigüidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuírem.

Art. 27 - Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinquenta por cento sobre o valor dos objetos vendidos.

Art. 28 - Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 26 desta lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinquenta por cento sobre o valor atribuído ao objeto.

Parágrafo único - A autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sobre o valor da coisa, se este for inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil réis por conto de réis ou fração que exceder.

Art. 29 - O titular do direito de preferência goza do privilégio especial sobre o valor produzido em praça por bens tombados, quanto ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da presente lei.

Parágrafo único - Só terão prioridade sobre o privilégio a que se refere este artigo os créditos inscritos no registro competente antes do tombamento da coisa pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 30 - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1937;  
116º da Independência e 49º da República.

**Getúlio Vargas**  
**Gustavo Capanema**

## ANEXO IV

### **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTRO GUSTAVO CAPANEMA NA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE DECRETO-LEI QUE ORGANIZAVA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**

Sr. Presidente:

A proteção do patrimônio histórico e artístico nacional é assunto que de longa data vem preocupando os homens de cultura de nosso país.

Nada, pelo menos de orgânico e sistemático se havia feito, porém, até 1936, quando foi por V. Exa. criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Trabalhava-se aqui e ali, com pequenos recursos para evitar um ou outro desastre irreparável.

O grande acervo de preciosidades de valor histórico ou artístico ia-se perdendo, dispersando, arruinando, alterando.

Proprietários sem escrúpulos ou ignorantes deixavam que bens os mais preciosos se acabassem ou se evadissem, ante o descaso ou a inércia dos poderes públicos. As vozes de um ou de outro patriota ou o esforço deste ou daquele homem público não traziam o remédio necessário adequado.

A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em abril de 1936, foi o passo decisivo. Montou-se o aparelho de alcance nacional, destinado a exercer ação enérgica e permanente, de modo direto ou indireto, para conservar e enriquecer o nosso patrimônio histórico e artístico e ainda para torná-lo conhecido.

A princípio funcionou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em bases provisórias.

A lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, proposta pelo Poder Executivo, deu-lhe a estrutura definitiva, que ora apresenta. Em pouco mais de um ano e meio de funcionamento, a soma copiosa de trabalhos realizados tem mostrado a utilidade do empreendimento.

Desde logo, entretanto, se verificou que a ação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não teria a necessária eficiência se não fossem fixados os princípios fundamentais da proteção das coisas de valor histórico ou artístico, princípios que não somente traçassem o plano de ação dos poderes públicos, mas ainda assegurassem, mediante o estabelecimento de penalidades, a cooperação de todos os proprietários.

Foi, assim, elaborado o necessário projeto de lei. Na sua feitura, aproveitou-se tudo quanto de útil, entre nós, se projetara anteriormente. Foi consultada e atendida, no que pareceu conveniente, a legislação estrangeira.

Vossa Excelência apresentou o projeto ao Poder Legislativo em 15 de outubro de 1936. Na Câmara dos Deputados não se lhe fez emenda. O Senado Federal introduziu-lhe algumas pequenas modificações. A 10 do corrente mês de novembro, quando se decretou a nova Constituição, estava o projeto em fase final de elaboração, de novo na Câmara dos Deputados.

Retomando agora o projeto inicial, julguei de bom aviso nele incluir, com uma ou outra nova disposição com o que se lhe melhorou o texto.

O projeto de decreto-lei, que ora tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência é, assim, o resultado de longo trabalho, em que foram aproveitadas lições e os alvires dos estudiosos da matéria.

É ainda de notar que, nesse projeto, está regulada em toda sua plenitude, a disposição do art. 134 da Constituição. Transformado em lei, é lícito esperar que de sua execução decorra para o nosso patrimônio histórico e artístico a proteção vigilante, segura e esclarecida de que ele, há tanto tempo, está carecendo.

Apresento a Vossa Excelência os meus protestos de respeitosa consideração.

**Gustavo Capanema**

## ANEXO V

### DIAGRAMAÇÃO DO JORNAL DO BRASIL DE 1936

O Jornal do Brasil tinha no ano de 1936 em sua maioria 32 páginas por edição de segunda a sábado, tendo chegado até 42. No domingo havia um suplemento, por isso este tinha no mínimo 47 páginas. Todo o jornal era diagramado em 8 colunas, salvo algumas matérias e anúncios que ocupavam duas ou três colunas e que faziam por isso um “box”.

#### Análise do jornal de 1º. de abril

1ª. página	Na parte superior, em letras grandes, o nome <b>JORNAL DO BRASIL</b> . Ao lado, em cada um dos cantos <b>o ano em algarismos romanos</b> (canto esquerdo) e <b>número da edição</b> (canto direito). Abaixo deste <b>Propriedade da Sociedade Anônima “Jornal do Brasil”</b> , entre duas linhas duplas, encontra-se a cidade (Rio de Janeiro), o dia da semana e a data. Abaixo desta parte principal, centralizado vinha um quadro denominado <b>Na Edição de hoje</b> , pequeno para o resto do jornal. Não há grandes manchetes, o que torna esta página inicial nada chamativa.  No canto esquerdo havia um pequeno expediente com o nome dos diretores, redator principal, endereço e telefones e valores do exemplar avulso e assinaturas. Ao longo da página, pequenos classificados de empregos com algumas separações entre as 8 colunas, com os títulos de <i>Avisos, Achados e Perdidos, Serviços domésticos</i> .
2ª a 4ª. página	Pequenos classificados de empregos e imóveis ao longo da página, nas 8 colunas.
5ª. página	Artigos assinados. Coluna <b>Ecos &amp; Notícias</b> , com notícias variadas nacionais.
6ª. página	Artigos assinados. Coluna <b>Diversas Notas</b> , com pequenas notas sobre o Governo e seus ministérios. Colunas <b>Coisas da Cidade, Atos do Governo, Na Associação Comercial, Cronica juridica e Curso de Pan-americanismo</b> . Programação da <b>Radio Jornal do Brasil</b> .
7ª. página	Diversas matérias nacionais, mais de caráter político. Coluna <b>Notas Religiosas</b> .
8ª. página	Diversas matérias nacionais.
9ª. página	Título central <b>Serviço Telegrafico do Jornal do Brasil</b> , com matérias internacionais.
10ª. página	Diversas matérias nacionais e internacionais.
11ª. página	Colunas <b>Noticias dos Estados e Na policia e nas ruas</b> .
12ª. página	Coluna <b>Notas Sociais</b> , com pequenas notas sobre nascimentos, falecimentos e casamentos
13ª. página	Colunas <b>Cinema e Filmes e Teatros</b> .
14ª. página	Colunas <b>Educação e Ensino e Notas Religiosas</b> .

15 <sup>a</sup> . página	Título central <b>Notas Desportivas.</b>
16 <sup>a</sup> . página	Título central <b>Comercio e Finanças.</b>
17 <sup>a</sup> a 23 <sup>a</sup> . página	Título central <b>Prefeitura do Distrito Federal.</b> Informações diversas sobre as suas Secretarias e Diretorias.
24 <sup>a</sup> . página	Colunas <b>Serviço de Aguas</b> (Ministério da Agricultura), <b>O Foro</b> , sobre falências, editais e <b>Comercio e Finanças</b> (cont. da pág. 16). Outras matérias.
25 <sup>a</sup> . página	Mais anúncios de empregos
26 <sup>a</sup> . e 27 <sup>a</sup> página	Mais anúncios de apartamentos, oferecimento de aulas, cursos e profissionais.
28 <sup>a</sup> . página	Coluna <b>Avisos Funebres</b> e mais anúncios de empregos e vendas.
29 <sup>a</sup> . página	Coluna <b>Distribuição da carteira predial sem juros da CPVC</b> ou mais anúncios.
30 <sup>a</sup> . página	Mais anúncios.
31 <sup>a</sup> . página	Mais anúncios e no pé da página um folhetim.
32 <sup>a</sup> . página	Coluna <b>Teatros e cinemas</b> , com a programação do dia. E mais anúncios.

#### **Análise do suplemento do jornal de 5 de abril (Edição de domingo)**

11 <sup>a</sup> . página	Matéria sobre o Lorde Monty da Inglaterra.
12 <sup>a</sup> . página	Coluna <b>Semana do Espírito.</b> E matérias assinadas.
13 <sup>a</sup> a 19 <sup>a</sup> . página	Matérias assinadas sobre diversos assuntos.
20 <sup>a</sup> . página	Título central <b>Página Infantil.</b>
21 <sup>a</sup> . página	Título central <b>Vida dos Campos</b> , sobre agricultura.
22 <sup>a</sup> . página	Assuntos religiosos. Quebra-cabeças.
23 <sup>a</sup> . página	Assuntos diversos com matérias assinadas.
24 <sup>a</sup> . página	Título central <b>Notas desportivas.</b>
25 <sup>a</sup> . página	Título central <b>Cinemas.</b>
26 <sup>a</sup> . página	Anúncios.
27 <sup>a</sup> . página	Coluna <b>Na policia e nas ruas</b> e outras matérias.
28 <sup>a</sup> . página	Título central <b>Comercio e Finanças.</b>
29 <sup>a</sup> a 33 <sup>a</sup> . página	Título central <b>Prefeitura do Distrito Federal.</b>
34 <sup>a</sup> . página	Colunas <b>Educação e Ensino, Atos do Governo e Comercio e Finanças.</b>
35 <sup>a</sup> . a 40 <sup>a</sup> . página	Anúncios
41 <sup>a</sup> . página	Coluna <b>Avisos funebres</b> e anúncios
42 <sup>a</sup> . a 47 <sup>a</sup> . página	Anúncios
48 <sup>a</sup> . página	Coluna <b>Teatros e Cinemas.</b>



## ANEXO VII

### DIAGRAMAÇÃO DO JORNAL DO BRASIL DE 2007

O Jornal do Brasil tinha no ano de 2007 entre 40 e 44 páginas nos cadernos fixos, mas podia chegar a 200 na edição de domingo, devido aos inúmeros cadernos e revistas extras, todos referentes a temas específicos. Além disso, possuía cadernos voltados para alguns bairros do rio de janeiro, como Tijuca, Barra, etc. e para a cidade de Niterói. O jornal era diagramado em 5 e 8 colunas e utilizava muitas imagens e matérias em “box”.

#### Análise do jornal de 26 de janeiro

##### Caderno A

1ª. página

Na parte superior, em letras grandes na cor branca e em fundo azul, o nome **JORNAL DO BRASIL**. Acima do título, vemos duas imagens e chamadas de títulos para matérias que estão no corpo do jornal. Ao lado, a previsão do tempo: *O tempo hoje*.

Abaixo do título: à esquerda, o dia da semana – sexta-feira; à direita, a expressão *Desde 1891*; centralizado vem [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br), abaixo Ano 116 – nº 292 – Rio de Janeiro, 26 de Janeiro de 2007 – Terceira edição. E abaixo disso, centralizado, uma chamada para a Revista Programa.

Abaixo, o jornal encontra-se diagramado em 5 colunas com uma matéria principal com título e imagens grandes e abaixo destes um pequeno texto de chamada da notícia. Dos lados e abaixo desta outras chamadas de matérias que estão dentro do jornal.

No rodapé à esquerda *Edição concluída às 01:00 horas sexta-feira*. Ao lado, a informação *4 cadernos 44 páginas*. E ainda, um índice dos cadernos.

Página A2

##### País

No alto vemos o nome do jornal, a página, data e um “box” com os destaques deste caderno com a localização das matérias. Abaixo e à direita, um “box” de 2 colunas contendo matéria assinada por Mauro Santayana e intitulada **Coisas da Política**. Há ainda outra grande matéria não assinada, intitulada *Anac Corta as asas da Varig* que ocupa as outras 3 colunas e que se estende para a página ao lado, a A3.

Página A3

##### País

Como continuação da página anterior, a matéria ocupa todas as cinco colunas, mas nela vemos dois “box”, um intitulado *A nota da Anac* e o outro *A nota da Varig*, com a opinião dos envolvidos na matéria. Há ainda uma imagem grande.

Página A4

##### País

No canto esquerdo há, ocupando duas colunas, o **Informe JB** assinada por Tina Vieira com nove pequenas matérias sobre política. E ao lado duas outras matérias sobre o mesmo assunto, assinadas.

Página A5

Ocupada com publicidade.

Página A6	<p><b>País</b></p> <p>Vemos duas matérias e uma grande imagem sobre meio ambiente e uma seção chamada <b>24 horas</b>, contendo pequenas matérias sobre os estados e todas elas assinadas.</p>
Página A7	<p><b>Cidade</b></p> <p>Uma pequena matéria no alto da página sobre assunto policial e abaixo um grande espaço para publicidade.</p>
Página A8	<p><b>Opinião</b></p> <p>Página contendo o expediente do jornal, com o nome da equipe e endereço. Abaixo, ocupando duas colunas, o editorial. Ao lado uma charge de Liberati e ainda uma seção de cartas dos leitores que ocupa o resto das três colunas.</p>
Página A9	<p><b>Opinião</b></p> <p>Encontramos matérias assinadas por Villas-Bôas Corrêa (repórter político do JB) e por José Sarney (ex-presidente da república, senador e integrante da ABL), com retrato e titulação abaixo de seus nomes. Encontramos também uma enquete dirigida aos leitores. O jornal faz uma pergunta e abaixo desta encontramos algumas opiniões dos leitores e o resultado em percentual.</p>
Página A10	<p><b>Cidade</b></p> <p>Encontramos três matérias sobre a Lapa e uma grande foto.</p>
Página A11	Ocupada com publicidade.
Página A 12	<p><b>Cidade</b></p> <p>São divulgadas as temperaturas no Brasil com destaque para um mapa do estado do Rio de Janeiro. Há ainda pequenas matérias sobre o trânsito e um “box” com os telefones dos serviços do JB.</p>
Página A13	<p><b>Cidade</b></p> <p>Duas matérias policiais que ocupam metade da página, uma assinada e a outra não. O restante é ocupado com publicidade.</p>
Página A14	<p><b>Cidade</b></p> <p>Coluna assinada por Anna Ramalho, contendo o retrato da mesma, sobre a vida social do Rio de Janeiro intitulada <b>Coisas do Rio</b> que ocupa mais da metade da página. O restante é ocupado por anúncios de empresas públicas, como editais de licitação.</p>
Página A15	<p><b>Cidade</b></p> <p>Vemos duas matérias sobre o meio ambiente que ocupam duas colunas. Ao lado desta, no canto superior, uma foto. E abaixo o “box” <b>Opinião do Leitor</b>, contendo 3 opiniões.</p> <p>Há ainda um espaço destinado à publicidade.</p>
Página A16	<p><b>Cidade</b></p> <p>Encontramos cinco matérias sobre segurança, acidentes e violência referentes aos bairros do Rio, uma delas com foto. Abaixo delas, no canto direito, um “box” intitulado <b>Resumo</b> com duas matérias ainda sobre os bairros do Rio.</p>

Página A17	<p><b>Cidade</b></p> <p>Vemos uma grande matéria assinada por Alfredo Sirkis e intitulada <i>Olhar Carioca</i>, contendo seu retrato. Ao lado desta, uma matéria sobre o clima do Rio de Janeiro e abaixo, outras pequenas matérias sobre a cidade.</p>
Página A18	<p><b>Economia</b> Negócios &amp; Serviços</p> <p>No canto direito superior há uma chamada de matéria de outra página. Abaixo duas grandes matérias sobre economia e ao lado, ocupando uma coluna toda, um “box” intitulado <i>Resumo</i> com quatro pequenas matérias.</p>
Página A19	<p><b>Economia</b> Negócios &amp; Serviços</p> <p>Coluna <b>Informe Econômico</b> por Walter Diogo, contendo várias pequenas notas. Ao lado desta uma grande matéria assinada. E abaixo, duas outras matérias sobre desemprego e trabalho.</p>
Página A20	<p><b>Economia</b> Negócios &amp; Serviços</p> <p>Duas grandes matérias sobre economia internacional, que ocupam mais da metade da página, e abaixo delas a seção <b>Indicadores</b>, contendo todos os índices econômicos.</p>
Página A21	<p><b>Internacional</b></p> <p>No canto direito superior há uma chamada de matéria de outra página. Abaixo, quatro matérias não assinadas sobre o mundo, com a utilização de imagens.</p>
Página A22	<p><b>Internacional</b></p> <p>Vemos duas matérias, uma grande e outra pequena, e ao lado, ocupando quase uma coluna toda, um “box” intitulado <i>Resumo</i> com pequenas matérias. Abaixo destes, há um espaço para publicidade.</p>
Página A23	<p><b>Vida</b> Saúde &amp; Ciência</p> <p>No canto direito superior há uma chamada de matéria de outra página. Abaixo, uma matéria grande assinada sobre meio ambiente e outras duas médias sobre saúde, não assinada.</p>
Página A24	<p><b>Vida</b> Saúde &amp; Ciência</p> <p>No canto direito superior há uma chamada de matéria de outra página. Uma única grande matéria assinada com foto e abaixo um espaço com uma propaganda do próprio jornal.</p>
<b>Caderno B</b>	
Página B1	<p>Capa contendo duas grandes matérias sobre peças de teatro, ilustradas por duas grandes imagens.</p>
Página B2	<p>Mais da metade da página é ocupada por uma matéria e caricatura de Fausto Wolff e por uma caricatura de Aldir Blanc. O restante é a continuação da matéria da capa.</p>
Página B3	<p>Página sobre música, vemos uma matéria assinada por Paulinho da Viola e sua caricatura. Ao lado, uma outra matéria assinada. E abaixo, a coluna <i>Supersônicas</i>, de Tárík de Souza, contendo diversas pequenas matérias sobre música.</p>
Página B4	<p>Ocupada por anúncios de peças e shows, a programação da TV aberta e o resumo das novelas.</p>

Página B5	Coluna <i>Hilde</i> , de Hildegard de Angel, com retrato da mesma, contendo pequenas matérias intercaladas por fotos sobre a vida social do RJ.
Página B6	Matéria grande assinada, com imagem, sobre cinema e outra média sobre moda, também com imagem.
Página B7	Dois grandes charges de Nani, localizadas no alto. Abaixo ocupando metade da página um canto destinado às palavras cruzadas e o outro ao horóscopo.
Página B8	Coluna <i>Gente</i> , de Heloisa Tolipan, com seu retrato, contendo pequenas matérias intercaladas por fotos e sobre personalidades.
<b>Caderno C</b>	
Página C1	<b>Esportes</b> No canto direito superior há uma chamada de matéria de outra página. No centro e ocupando quase a totalidade da página, uma imagem grande com o título também grande dentro da foto. Abaixo, quatro chamadas de matérias.
Página C2	<b>Esportes</b> Dividida em duas seções, uma intitulada <i>Arquibancada</i> , com duas matérias, e a outra <i>Campeonato Carioca</i> , contendo o calendário de jogos para a Taça Guanabara.
Página C3	<b>Esportes</b> Dois grandes matérias, a maior assinada, sobre futebol. Ao lado o “box” <i>Resumo</i> , com mais três matérias sobre o assunto.
Página C4	Ocupada com publicidade.
Página C5	<b>Esportes</b> Dois grandes matérias não assinadas sobre futebol, ocupando toda página.
Página C6	<b>Esportes</b> Dois grandes matérias, uma delas assinada, sobre futebol. Ao lado, o “box” <i>Na TV</i> , com os horários dos jogos na TV. Há ainda duas pequenas propagandas no final da página.
Página C7	<b>Esportes</b> Uma grande matéria assinada sobre futebol que ocupa metade da página. Ao lado, o “box” <i>Resumo</i> , com matérias sobre diversos esportes. Na outra metade da página vemos a coluna <i>Náutica</i> , de Célio Albuquerque.
Página C8	<b>Esportes</b> No alto, vemos o título <i>Pan Faltam 168 dias</i> , ao lado quatro frases de chamadas de matérias. Abaixo, uma grande matéria sobre remo assinada e com foto. E ainda, uma propaganda do jornal e uma matéria pequena.
<b>Classificados</b>	
Páginas 1 a 4	Na capa, na parte superior, encontramos <i>Anuncie 2122-1010</i> e o índice do caderno, subdividido em 1) imóveis, 2) negócios e serviços, 3) lar & cia e 4) veículos. Em todas as quatro páginas deste caderno, vemos pequenos anúncios distribuídos em 8 colunas.

JORNAL DO BRASIL – 26 DE JANEIRO DE 2007



**Victor Garcia Peralta: o hermano portenho com cinco espetáculos em Caiaçá**  
Página # B1



**Mulher 'ex-pele' jóias pelos dedos dos pés** A23  
Página # A24

**Saúde**  
Ciência e Vida  
O que você precisa  
saber sobre  
doenças e o  
Messias

**O TEMPO HOJE**  
Chuva com  
trovoadas

# JORNAL DO BRASIL

www.jb.com.br

SEXTA-FEIRA ANO 116 • Nº 292 • RIO DE JANEIRO, 26 DE JANEIRO DE 2007 • TERCEIRA EDIÇÃO DESDE 1891

**Programa** - **Fla Surica e o Caesars Park, feijoadas campeãs**  
- **Lulu Santos adianta hits do próximo lançamento**



## Anac cancela 40% dos vôos da Varig

**CARICÃO**  
**Flamengo derrota o Cabofriense sem brilhar**

Na apresentação de seu novo time à torcida, o Flamengo entrou com o pé direito no Caricão 2007. Mesmo sem brilhar, derrotou o Cabofriense por 2x0, com gols de Renato e Obitina. Na Copa Sul-americana, o Brasil venceu o Paraguai com um gol aos 45m do 2º tempo. Esportes C3 e C6

**CONSCIÊNCIA**  
**Embalagens ecológicas e plantio são premiados**

Produtos com embalagens menores, para gerar pouco lixo, e o programa de recuperação da Mata Atlântica, com o plantio de 84 mil mudas, renderam a O Boticário e às Indústrias Nucleares Brasileiras o prêmio Brasil de Meio Ambiente, promovido pelo JB. Saúde, Ciência & Vida # A23



A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) cancelou 119 linhas da Varig e mais 23 reservas de pouso e decolagem, várias delas em Congonhas. Associações que defendem os direitos dos passageiros afirmam que a iniciativa trará incertezas e beneficiará a Tam e a Gol. País # A2 e A3

**OXIGÊNIO**  
**Ministério denuncia cartel de cinco empresas**

As cinco maiores fornecedoras de oxigênio para hospitais brasileiros e de gases para indústrias foram denunciadas pelo Ministério da Justiça por formação de cartel. Economia # A18

**REVITALIZAÇÃO**  
**Nova Lapa reforça a vida boêmia da cidade**

Comerciantes da Lapa entregaram um projeto de recuperação e revitalização das áreas mais frequentadas do bairro à Prefeitura. Cidade # A10

**Rondônia e Pará lideram desmate**

Dados de um levantamento do IBGE mostram que o desmatamento ilegal da Amazônia consumiu 28,5% do território de Rondônia e deixa o Pará como líder da devastação. O instituto lançou um mapa com o zoneamento da Amazônia Legal para ordenar a atividade econômica. País # A8

**Polícia volta ao Alemão e mata um**

Denúncias telefônicas fizeram a PM voltar ao Complexo do Alemão, onde cinco bandidos haviam sido mortos e 14 suspeitos presos no dia anterior. Na operação, mais um suspeito foi morto depois de jogar uma granada contra os policiais. Foram apreendidas 200 pedras de crack e 10kg de maconha. Cidade # A13

**Tráfico executa sete adolescentes**

Sete jovens que teriam saído da Vila do João para jogar futebol foram mortos por traficantes do Morro do Adeus. Os corpos, esquartejados, estavam num carro em Del Castilho. Até a noite de ontem, mais outros seis cadáveres foram encontrados no Rio com sinais de execução. Cidade # A16

**Janeiro termina com cara de verão**

Finalmente um fim de semana digno do verão carioca. A meteorologia prevê sol forte e calor amanhã e domingo, com temperaturas na casa dos 36°C. A ida à praia, pelo menos no Quebra Mar da Barra, deve ser evitada: a presença da substância tóxica microcistina forçou a interdição do local. Cidade # A15 e A17

**Contra nossos ojeitos neste jornal**



**BALIA**

Edição concluída às 18h00 da tarde. **4** CADERNOS **Índice** País A2 Coisas da Política A2 Informe JB A4 24 Horas A6 Opinião A8 Cidade A10 Economia A17 Internacional A21 Saúde, Ciência & Vida A23 Esportes C1 Caderno B B1 Mais destaques na pág. A2

## ANEXO IX

### RELAÇÃO DAS MATÉRIAS ENCONTRADAS NO JORNAL DO BRASIL NOS ANOS DE 1936, 1937 E 2007

<b>1 9 3 6</b>						
<i>Data</i>	<i>Caderno Coluna</i>	<i>Págs.</i>	<i>Título</i>	<i>Assunto</i>	<i>Menciona a instituição?</i>	
					<i>Sim</i>	<i>Não</i>
02/01	Ecos e Notícias	3	Ao menos isto	Reforma do Ministério da Educação e Saúde Pública. Faz menção ao 'problema' da cultura nacional.		<b>X</b>
16/02	Ecos & Notícias	5	Problemas nacionais	Problemas da Educação e Saúde Pública. Capanema vai ao Senado indagar ao presidente uma solução para os mesmos.		<b>X</b>
16/02	Coisas da Cidade	6	Os que atentam contra os monumentos publicos	Pichações a monumentos públicos.		<b>X</b>
16/02	Coisas da Cidade	6	Pelo Teatro Nacional	Interesse do Ministro Capanema pelo Teatro Nacional.		<b>X</b>
15/07	-	8	Em andamento, na Camara a reforma do Ministerio da Educação	Ida do Ministro Gustavo Capanema à Câmara dos Deputados para tratar do projeto de reorganização dos serviços de seu ministério. Primeira menção ao SPHAN.	<b>X</b>	
28/07	-	5	No Ministerio da Educação e Saude Publica	Dois anos do Ministério.		<b>X</b>
18/08	Comentário	6	O Plano Nacional de Educação	Plano Nacional de Educação do Ministério.		<b>X</b>
03/10		6	Os Catolicos e o Plano Nacional de Educação ( <i>Matéria assinada por P. Helder Camara</i> )	Plano Nacional de Educação do Ministério.		<b>X</b>
06/11	Aspectos da Camara	8	-	Ida do Ministro da Educação, Sr. Gustavo Capanema, à Camara.		<b>X</b>
22/11	-	5	Museus do Primeiro e Segundo Imperio	Apresentação de projeto à Câmara para compra		<b>X</b>

				da Casa da Marquesa de Santos pelo governo e a transformação desta em museu. Exalta a iniciativa como de defesa do patrimônio artístico do Brasil.		
--	--	--	--	--	--	--

1937						
Data	Caderno Coluna	Págs.	Título	Assunto	Menciona a instituição?	
					Sim	Não
17/01	Capa do suplemento		Os Chafarizes do Rio Colonial	Abandono dos chafarizes da cidade.		X
19/01	-	7	Remodelado o Ministerio da Educação e Saude	Modificações no Ministério.	X	
24/01	-	5	A Escola Nacional de Belas Artes	Necessidade de conservação da Escola Nacional de Belas Artes.		X
09/03	Diversas Noticias	6	-	Os tombamentos realizados na Bahia e em Minas Gerais pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.	X	
17/03	-	6	O novo prédio do Ministerio da Educação e Saude	Construção do prédio que abrigará o Ministério da Educação e Saúde.		X
10/04	Diversas Noticias	5	-	Os tombamentos realizados em Salvador pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.	X	
25/04	-	5	Uma obra de Arte	Colocação da primeira pedra do futuro palácio do Ministério da Educação e Saúde.		X
25/04	-	10	O futuro Palacio do Ministerio da Educação	Lançamento da pedra fundamental do Palácio.		X
06/05	-	6	Curso de Museus	Curso no Museu Histórico Nacional.		X
02/07	Coisas da Cidade	6	A Biblioteca Nacional ( <i>Matéria assinada por Julio de Azurem</i> )	Obras de reparos e limpeza no prédio da Biblioteca Nacional.		X
25/07	Miscelanea	6	O assalto ao Museu Historico	Roubo de moedas e outros objetos do Museu Histórico Nacional.		X
28/07	-	5	Cassa arrombada...	Assalto ao Museu Histórico Nacional.		X

06/08	Coisas da Cidade	6	O edifício da Biblioteca Nacional e o Jardim do Monroe	Crítica à obra na lateral do prédio da Biblioteca Nacional. “está sendo ‘debastado’ nas suas faces laterais”		X
15/10	Diversas notícias	6	-	Lançamento da publicação <i>Mucambos do Nordeste</i>	X	
09/11	-	5	Uma obra cultural	O Ministério da Educação lança diversas publicações		X
02/12	Caderno O momento nacional	7	A proteção do patrimônio histórico e artístico	Sobre a Criação do SPHAN	X	
29/12	-	5	Uma árvore monumento histórico...	Sobre uma árvore ser considerada monumento histórico		X

2007						
Data	Caderno Coluna	Págs.	Título	Assunto	Menciona a instituição?	
					Sim	Não
07/01	Niterói	8	Largo de São Benedito vira ponto de encontro da cidade	Sobre o Largo de São Benedito.		X
24/04	Cidade	A10	Obras somem sem deixar pistas (Matéria assinada por Marcello Gazzaneo e Ricardo Albuquerque)	Desaparecimento de obras no Estado do Rio de Janeiro	X	
05/06	Cidade	A9	MP exige preservação de bens tombados	Ministério Público Federal entra com pedido de liminar contra a Prefeitura de Paraty para proibir violação das normas federais determinadas pelo IPHAN.	X	
18/06	Cidade	A8	A novela das obras da Marina	Associações de moradores querem impedir empreendimentos na Marina da Glória	X	
27/06	Cidade	A16	Restauração vai devolver Outeiro aos cariocas e turistas	Restauração na Igreja de N. Sra. do Outeiro da Glória, tombada pelo IPHAN.		X
? (1)	?	?	Brasileirinho	Pedido de tombamento do chorinho carioca.	X	
04/09	Caderno B Coluna Hilde	B5	-	Exposição comemorativa dos 70 anos do IPHAN.	X	

10/09	Cidade	A15	Sobrado do século 18 desaba no Centro do Rio	Desabamento de casarão protegidos desde 1988 pelo IPHAN		X
11/09	Niterói	Capa 4 5	Recanto de beleza e Cultura Recanto bucólico cercado de cultura	Restauração, história e visitação do Solar do Jambeiro, tombado pelo IPHAN.	X	
13/09	Cidade	A16	Iphan faz blitz no Cassino da Urca para flagrar obra irregular	Obra irregular no antigo Cassino da Urca.	X	
14/09	Cidade Coluna Alfredo Sirkis	A14	-	Concessão do antigo Cassino da Urca.	X	
24/09	Caderno B Coluna Hilde	B5	O samba do Iphan muito doido	Ação do Ministério Público e a criação de um cadastro de objetos de arte e antiguidades	X	
08/10	Caderno B	B3	A igreja e o poeta <i>(matéria assinada por José Aparecido Miguel)</i>	Polêmico processo de tombamento da Igreja N. Sra. da Vitória, em Salvador, será julgado pelo Conselho Consultivo do IPHAN.	X	
09/10	Cidade Coluna Anna Ramalho	A14	Quem sabe, sabe	Antiquário foi convidado a participar como consultor do Iphan.	X	
17/10	Cidade Coluna Anna Ramalho	A14	No batente	Ministro Gilberto Gil preside Prêmio Rodrigo Mello Franco de Andrade, no IPHAN.		X
27/10	Cidade	A15	Presos ladrões de obras de arte <i>(Matéria assinada por Felipe Sáles)</i>	Presos ladrões que roubavam peças históricas.		X
04/11	Cidade	A22	Instituto de Design tenta seduzir a Urca	Instituto Europeu de Design quer mudar a imagem com a população da Urca.	X	
06/11 (2)	?	?	Peças sacras desaparecem no Fundão	Desaparecimento de peças do acervo da Igreja de Bom Jesus da Coluna.	X	
07/11	Caderno B Coluna Hildegard Angel	B5	-	Criação do Centro de Referência do Artesanato Brasileiro no Solar do Barão do Rio Seco, tombado pelo IPHAN.		X
09/11	Caderno B	B2	Oi Noites Cariocas desce o Morro da Urca	O projeto Oi Noites Cariocas deixará de ser no Morro da Urca.	X	
25/11	Cidade	A24	Um morro chamado Castelo	Inauguração do estacionamento	X	

				subterrâneo Santa Luzia, localizado no que outrora fora o Morro do Castelo		
26/11	Caderno B	B5	-	Mostras do artista Carlito Carvalhosa, que ganhou um prêmio do IPHAN.		X
30/11 (3)	?	?	Iphan faz 70 anos hoje	IPHAN completa 70 anos, com grandes desafios, como a luta contra roubo de bens culturais.	X	
11/12	Cidade	A14	R\$ 1,7 milhão aos pés do Cristo ( <i>Matéria assinada Renato Grandelle</i> )	Estado e União bancam obras nas rachaduras e infiltrações do pedestal do Cristo Redentor.	X	
11/12	Memória JB	A14	Décadas de mudanças	História sobre as reformas no Cristo Redentor	X	
12/12	Cidade	A12	Sexo, drogas, arte barroca e kit gás ( <i>Matéria assinada Denise de Almeida</i> )	Polícia prende dona de termas, ladrões de igrejas e de equipamentos.	X	
27/12	Cidade	Capa	Rio joga fora R\$ 19 milhões	Desperdício de dinheiro público nas obras da Marina da Glória, embargadas pelo IPHAN.	X	
		A10	Cartão-postal arranhado e R\$ 18 milhões jogados no lixo	Perda de 19 milhões na construção de garagem de barcos na Marina, que foi embargada pelo IPHAN.		
28/12	Cidade	A15	Na Lagoa, mais um patinho feio do Pan	Polêmica sobre o projeto de reforma do Estádio de Remo. O projeto teve que ser modificado para preservar as características tombadas pelo IPHAN.	X	

### **Legenda**

- X** Matéria onde a instituição SPHAN/IPHAN é o tema central ou é mencionada de maneira significativa.
- X** Matéria que menciona a instituição SPHAN/IPHAN, mas onde esta não é o tema central.
- X** Matéria que se refere à instituição SPHAN/IPHAN somente porque o objeto em foco é tombado por ela.

**Observação:** A matéria assinalada com (1) pertence ao acervo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro e não havia menção de data ou localização da mesma. Procurou-se nos arquivos de periódicos da BN a localização das matérias de 06/11/07 (2) e 30/11/07 (3), no entanto, na primeira data o jornal encontrava-se incompleto e na segunda não foi encontrada a referida matéria.

JORNAL DO BRASIL - 15 DE JULHO DE 1936

8 JORNAL DO BRASIL - QUARTA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 1936

As grandes inundações do Norte

Terribles consequências da colagem, no Paraíba



Arrepios de Manguá, depois do cataclismo. As águas invadiram o território, destruindo a colagem de barragem e edifícios, em grande número. Debaixada de terra, milhares de pessoas foram obrigadas a abandonar suas casas e procurar abrigo em locais improvisados. A situação é de extrema gravidade, com milhares de pessoas sem abrigo e sem alimentos.

Em andamento, na Câmara a reforma do Ministério da Educação

O Ministério Gustavo Capanema está trabalhando para a reforma do Ministério da Educação. A comissão de reforma já está em funcionamento e está analisando as propostas de reforma. A reforma prevê a criação de novos cargos e a extinção de outros. A comissão também está analisando as propostas de reforma da estrutura do ministério.

UM KOSMORAMA DA TERRA POTIGUAR

Fala, ao JORNAL DO BRASIL, o Sr. Rafael Fernandes, governador do Rio Grande do Norte, sobre a vida política-administrativa da laboriosa facção federada

O Sr. Rafael Fernandes, Governador do Rio Grande do Norte, falou ao JORNAL DO BRASIL sobre a vida política-administrativa da laboriosa facção federada. Ele mencionou a situação política atual e a importância da facção federada para o desenvolvimento do estado.

professor Albee, faz uma interessante conferência pelo rádio



Conferência de há dias nesta Capital o professor Frederico Albee, que é um dos grandes nomes da literatura brasileira. Ele fez uma interessante conferência pelo rádio sobre a literatura brasileira.

O SANEAMENTO DA BAIXADA FLUMINENSE

A inauguração do Posto de Queimados

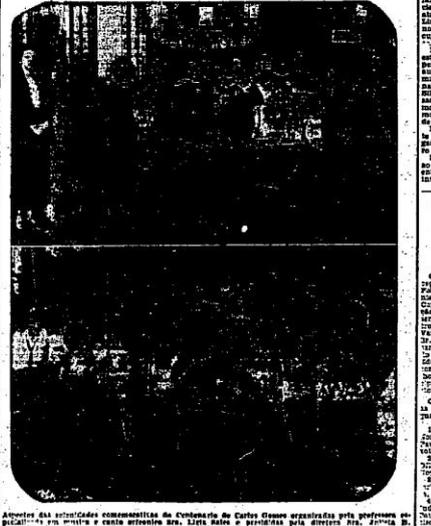
O saneamento da Baixada Fluminense está em andamento. A inauguração do Posto de Queimados é um passo importante para a melhoria das condições sanitárias da região. O posto será responsável por coletar e tratar o lixo produzido na região.

CORPO DE BOMBEIROS

E' indispensavel o aumento do seu efetivo

O Corpo de Bombeiros precisa de um aumento de efetivo para atender às demandas da cidade. A falta de bombeiros pode ser perigosa em situações de emergência. O aumento do efetivo é considerado indispensável para garantir a segurança pública.

Homenagem a Carlos Gomes na Escola Professor Frazão



Homenagem à memória do compositor brasileiro Carlos Gomes, realizada na Escola Professor Frazão. O evento contou com a participação de alunos e professores, que apresentaram obras do compositor.

O novo Conselho Nacional de Educação

Organizadas as listas tripartites

O novo Conselho Nacional de Educação está sendo formado. As listas tripartites foram organizadas para garantir a representatividade de diferentes setores da sociedade. O conselho será responsável por definir as diretrizes da educação nacional.

Continuação do texto sobre a reforma do Ministério da Educação. A comissão está analisando as propostas de reforma e espera concluir o trabalho em breve. A reforma é considerada essencial para modernizar o sistema educacional brasileiro.

DIVERSAS NOTÍCIAS

No Palácio do Catete esteve, ontem, o Dr. Pôrto de Foz...

No Palácio da Justiça, ontem, o Sr. Pôrto de Foz...

Em sessão, ontem, no Rio Negro, em conexão com o...

O Sr. Ministro da Educação...

O Sr. Ministro da Fazenda...

O Sr. Ministro da Guerra...

O Sr. Ministro da Justiça...

O Sr. Ministro da Saúde...

O Sr. Ministro da Via Marítima...

O Sr. Ministro da Via Aérea...

O Sr. Ministro da Via Terrestre...

O Sr. Ministro da Via Marítima...

O Sr. Ministro da Via Aérea...

O Sr. Ministro da Via Terrestre...

O Sr. Ministro da Via Marítima...

O Sr. Ministro da Via Aérea...

O Sr. Ministro da Via Terrestre...

O Sr. Ministro da Via Marítima...

O Sr. Ministro da Via Aérea...

O Sr. Ministro da Via Terrestre...

O Sr. Ministro da Via Marítima...

O Sr. Ministro da Via Aérea...

O Sr. Ministro da Via Terrestre...

COISAS DA CIDADE

QUE TRABALHAM AO SOL

Logo após o Carnaval, quando...

As Prefeituras devem impedir...

SOCIEDADES BENEFICENTES

DE EMPREGADOS MÚLTIPLOS

CADENETAS DA CALÇA

ECONOMIA AO ALUNAR

DARIAS

OS MESTRES DA EDUCAÇÃO

DO EXTERIOR

A situação internacional

As notícias recebidas de...

Em relação à situação...

HORIZONTES DA PECUARIA NACIONAL

FERRO TIMOTÓ

O propósito manifestado pelo...

Em relação à situação...

O COMERCIO DA S. MATERIAS PRIMAS

De Janeiro a dezembro, de uma...

Em relação à situação...

DICTIONARIO BIBLIOTECARIO

O Sr. Ministro da Educação...

JORNAL DO BRASIL - 10 DE ABRIL DE 1937

JORNAL DO BRASIL - 5 ANOS - 10 DE ABRIL DE 1937

POUCHKINE

Constantemente, vêm da Rússia notícias que cumprem as expectativas... Pouchkine, poeta russo, autor de obras como 'O velho e o mar'...

Passou a habitar, numa modesta casa de rua, em São Paulo, o poeta russo Pouchkine...

Em 1937, Pouchkine publicou o livro 'O velho e o mar', obra-prima de sua literatura...

Em 1937, Pouchkine publicou o livro 'O velho e o mar', obra-prima de sua literatura...

Em 1937, Pouchkine publicou o livro 'O velho e o mar', obra-prima de sua literatura...

Em 1937, Pouchkine publicou o livro 'O velho e o mar', obra-prima de sua literatura...

Em 1937, Pouchkine publicou o livro 'O velho e o mar', obra-prima de sua literatura...

Em 1937, Pouchkine publicou o livro 'O velho e o mar', obra-prima de sua literatura...

Em 1937, Pouchkine publicou o livro 'O velho e o mar', obra-prima de sua literatura...

Em 1937, Pouchkine publicou o livro 'O velho e o mar', obra-prima de sua literatura...

DO EXTERIOR

As eleições gerais belgas

As eleições gerais belgas foram realizadas em 1936, marcadas por uma campanha eleitoral intensa...

Os resultados das eleições belgas mostraram uma vitória para o partido liberal, liderado por Paul-Henri Spaak...

Em seguida, o texto discute a situação política em outros países europeus, mencionando a França e a Alemanha...

Em seguida, o texto discute a situação política em outros países europeus, mencionando a França e a Alemanha...

Em seguida, o texto discute a situação política em outros países europeus, mencionando a França e a Alemanha...

Em seguida, o texto discute a situação política em outros países europeus, mencionando a França e a Alemanha...

Em seguida, o texto discute a situação política em outros países europeus, mencionando a França e a Alemanha...

Em seguida, o texto discute a situação política em outros países europeus, mencionando a França e a Alemanha...

Em seguida, o texto discute a situação política em outros países europeus, mencionando a França e a Alemanha...

Em seguida, o texto discute a situação política em outros países europeus, mencionando a França e a Alemanha...

PARÓDIAS DO SONETO DE ARVERES

Alguns dias, tive ocasião de ler o soneto de Arveres, que trata da vida e da obra do poeta...

Em seguida, o texto apresenta paródias do soneto de Arveres, adaptadas para o contexto brasileiro...

Em seguida, o texto apresenta paródias do soneto de Arveres, adaptadas para o contexto brasileiro...

Em seguida, o texto apresenta paródias do soneto de Arveres, adaptadas para o contexto brasileiro...

Em seguida, o texto apresenta paródias do soneto de Arveres, adaptadas para o contexto brasileiro...

Em seguida, o texto apresenta paródias do soneto de Arveres, adaptadas para o contexto brasileiro...

Em seguida, o texto apresenta paródias do soneto de Arveres, adaptadas para o contexto brasileiro...

Em seguida, o texto apresenta paródias do soneto de Arveres, adaptadas para o contexto brasileiro...

Em seguida, o texto apresenta paródias do soneto de Arveres, adaptadas para o contexto brasileiro...

Em seguida, o texto apresenta paródias do soneto de Arveres, adaptadas para o contexto brasileiro...

Acervo: Fundação Biblioteca Nacional - Brasil

JORNAL DO BRASIL - 02 DE DEZEMBRO DE 1937

JORNAL DO BRASIL - QUINTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 1937

momento nacional

Efetivações no Corpo Diplomático - Foram aprovados os tratados de extradição com a Itália e o México - A atitude da oposição de Santa Catarina - Novas manifestações de apoio ao Governo

O Sr. Getúlio Vargas assinou...

UMA CHEQUE DE 1.500.000...

A CHEFE DE CONDIÇÃO...

OS FERROVIÁRIOS DE SÃO...

O CHEFE DE POLÍCIA...

A ATITUDE DA OPÇÃO...

REPOSIÇÃO PELA CONTINUA...

O Sr. Presidente da República...

O Sr. Francisco da Terra...

O novo Ministro do Trabalho...

A proteção do patrimônio...

O decreto-lei se aplica às coisas...

As eleições de 1938...

O Sr. Francisco da Terra...

O Sr. Getúlio Vargas assinou...

O Sr. Francisco da Terra...

A homenagem da Justiça aos desembargadores recentemente aposentados

Como decorreu de reunião solene de hontem no Tribunal de Alagoas

Conforme estava anunciado...

O Rio Grande do Sul desenvolve...

PORTO ALEGRE: 1.º - A...

RENOVAÇÃO DO SECRETARIADO...

NOTÍCIAS DE MARINHA...

RECEITA REPUBLICANA...

O General Daltro Filho...

O PÃO MIXTO...

O Sr. Francisco da Terra...

O Sr. Getúlio Vargas assinou...

O Sr. Francisco da Terra...

O Sr. Getúlio Vargas assinou...

O Rio Grande do Sul desenvolve...

PORTO ALEGRE: 1.º - A...

RENOVAÇÃO DO SECRETARIADO...

NOTÍCIAS DE MARINHA...

RECEITA REPUBLICANA...

O General Daltro Filho...

O PÃO MIXTO...

O Sr. Francisco da Terra...

O Sr. Getúlio Vargas assinou...

O Sr. Francisco da Terra...

O Sr. Getúlio Vargas assinou...

O Rio Grande do Sul desenvolve...

PORTO ALEGRE: 1.º - A...

RENOVAÇÃO DO SECRETARIADO...

NOTÍCIAS DE MARINHA...

RECEITA REPUBLICANA...

O General Daltro Filho...

O PÃO MIXTO...

O Sr. Francisco da Terra...

O Sr. Getúlio Vargas assinou...

O Sr. Francisco da Terra...

O Sr. Getúlio Vargas assinou...



O MELHOR CALÇADO DEZEMBRO PREÇOS REDUZIDOS

RENOVAÇÃO DO SECRETARIADO...

NOTÍCIAS DE MARINHA...

RECEITA REPUBLICANA...

O General Daltro Filho...

O PÃO MIXTO...

O Sr. Francisco da Terra...

O Sr. Getúlio Vargas assinou...

O Sr. Francisco da Terra...

O Sr. Getúlio Vargas assinou...

O Sr. Francisco da Terra...

O Sr. Getúlio Vargas assinou...

O Sr. Francisco da Terra...

O Sr. Getúlio Vargas assinou...

O Sr. Francisco da Terra...

O Sr. Getúlio Vargas assinou...

O Sr. Francisco da Terra...

O Sr. Getúlio Vargas assinou...

# Cidade

A10

JORNAL DO BRASIL

TERÇA-FEIRA  
24 DE ABRIL DE 2007  
cidade@jb.com.br

Opinião do leitor ■ VIOLENCIA

No dia de São Jorge pedi que ele olhe por nós, que interceda pelo Rio, que vive hoje um momento desolador. Não agüentamos mais tanto sofrimento, tanta desgraça nas páginas dos jornais. Queremos um tempo de paz e de harmonia.

Renata Lins  
Rio

O governador pediu a presença das Forças Armadas e ficou nisso. Semanas passaram e nenhum homem veio tomar conta das ruas do Rio. Sinto-me cada vez mais inseguro e impotente. Pobre de nós que somos cariocas.

Lia Moura  
Rio

## PATRIMÔNIO ■ Relatório do Iphan mostra que 600 peças estão desaparecidas no Estado

# Obras somem sem deixar pistas

Marcello Gazzaneo e Ricardo Albuquerque

Um levantamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) mostra que 600 peças tombadas pelo órgão no Rio estão desaparecidas. De acordo com o diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais (DMCC) do Iphan, José Nascimento Júnior, o Rio passou a ser um dos alvos das quadrilhas especializadas em roubos e furtos de bens culturais no Brasil. O número representa quase a metade das 1.300 peças com destino ignorado em todo o país.

Essas ações demonstram que as encomendas de bens culturais às quadrilhas passaram a ter um olhar mais atento ao acervo que está no Rio – comentou Nascimento Júnior.

O diretor do Iphan disse que um projeto para ampliação da segurança dos museus no Rio administrados pelo órgão está sendo analisado pela Secretaria de Segurança Pública desde o ano passado. Uma das ideias do projeto, contou Nascimento Júnior, é articular o sistema de vigilância por câmeras que será utilizado nos Jogos Pan-Americanos para reforçar a segurança nos museus.

Desde a quinta-feira passada, a memória cultural do teatro brasileiro está mais curta, com o assalto ao Museu dos Teatros, em Botafogo. Dois ou três homens entraram pelo lanceiro do aparelho de ar-condicionado e roubaram peças históricas. As primeiras informações indicam que roupas de época, material de informáticos e batutas do maestro e compositor Heitor Villa-Lobos foram levados pelos ladrões. Uma das peças foi usada pelo ator Dalcina de Moraes e Odilon Azevedo na peça *O imperador quântico*, de 1963, do escritor Raimundo Magalhães Júnior.

Policiais da 10ª DP (Botafogo), que investigam o caso, constataram que o local favoreceu sem uma segurança para vigiar as 36 mil peças e documentos sobre a história das artes cênicas. A Secretaria Estadual de Cultura alega que, desde

de dezembro, não há recursos para investir em segurança. A lista completa dos objetos furtados será entregue hoje pela diretora do museu ao delegado Eduardo Baptista, titular da 10ª DP.

Essa é o museu mais esquecido do Estado. Tinha certeza de que seria o próximo a ser assaltado – observa o professor e historiador Milton Teixeira. – Se o ladrão levou apenas as peças citadas, ele descobrira a estufa do escultor Rodolfo Bernardelli e os vasos franceses do século 19.

Para o historiador, a fragilidade da segurança nos museus cariocas estimula a atuação dos ladrões. Milton Teixeira disse que, ano passado, entrou e fotografou várias peças no Museu dos Teatros sem ser importunado por ninguém. Depois de fotografar, um

### Batuta do maestro Villa-Lobos foi roubada quinta-feira do Museu dos Teatros

guarda chamou a sua atenção e pediu para aguardar a liberação por parte da direção que até hoje não veio.

– Já era tarde. Se eu fosse um ladrão, teria saído de lá com a escultura do Bernardelli que vale uma R\$ 40 mil – lamentou o historiador. – Não quero ser pessimista, mas o próximo a sofrer a ação dos ladrões será o Museu Villa-Lobos, em Botafogo, onde também não há a menor segurança.

Petões do Instituto de Criminalista Carlos Elioli (ICCE) e do Instituto Félix Pacheco (IFP) recolheram, sexta-feira passada, amostras de impressões digitais e de outras evidências. A secretaria de Cultura informou que vai abrir sindicância para apurar se houve participação de algum funcionário do museu no roubo.

■ Leia e opine no JB Online: www.jb.com.br/24horas

### ■ Roubo não é desvendado

Uma das mais audaciosas investidas contra museus no Rio continua um mistério para a Polícia Federal (PF). No dia 24 de fevereiro do ano passado, enquanto uma multidão acompanhava o desfile do tradicional Bloco Carmelitas pelas ruas de Santa Teresa, quatro homens armados invadiram o Museu Chacara do Céu e roubaram as telas *A Dança*, de Pablo Picasso; *Marina*, de Claude Monet; *Dois balcões*, de Salvador Dalí; e *Jardim de Luxembourg*, de Henri Matisse, além do livro *Terra*, também de Picasso.

De acordo com o diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais (DMCC) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), José Nascimento Júnior, o órgão ainda não teve retorno das investigações realizadas pela PF. À época, a Interpol chegou a comunicar a 182 países o roubo das telas e do livro. Uma semana depois do assalto, um site da Biblioteca Terra ofereceu um dos quadros

roubados por US\$ 13 milhões.

As obras roubadas foram avaliadas em US\$ 50 milhões. Os ladrões fugiram do museu a pé e o roubo não foi descoberto imediatamente. Depois do caso, o Iphan anunciou medidas de segurança para todos os museus administrados pelo órgão no Rio, com a ampliação de investimentos na área. Uma das medidas seria um projeto em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Rio, em estudo pelo governo estadual desde o ano passado.

Pelo projeto, informou o diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais, o sistema de vigilância por câmeras que será utilizado nos Jogos Pan-Americanos de julho também reforçaria a segurança do entorno dos museus da cidade. Há ainda no projeto o pedido de reforço do policiamento feito pelo Batalhão de Policiamento Tático (BPT) nas regiões onde os museus estão localizados. Os policiais teriam de fazer rondas.



Museu dos Teatros não tem sistema de vigilância. Historiador diz que é fácil fotografar no local

“As encomendas de bens culturais às quadrilhas passaram a ter um olhar mais atento ao acervo do Rio

Nascimento Júnior, diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais

“O próximo a sofrer a ação dos ladrões será o Museu Villa-Lobos, onde não há segurança

Milton Teixeira, historiador

### ■ Segurança custa R\$ 14 mil

O Museu dos Teatros, que ocupa área de 200 mil metros quadrados em Botafogo, é uma das 73 unidades brasileiras à espera de verbas do Iphan. Em 2005, a implantação do sistema de segurança e de prevenção de incêndio estava orçado em mais de R\$ 14 mil, de acordo com a lista de projetos em lista de reserva da instituição.

No pinacoteca do museu, destacam-se os estudos de Eliseu Visconti para as pinturas da sala de espetáculos do Teatro Municipal. No mobiliário estão incluídas cadeiras do Teatro Lírico, principal casa de espetáculos do Segundo Reinado. Entre as esculturas, historiadores indicam as réplicas que estão no Municipal do escultor Rodolfo Bernardelli.

Cerca de 5 mil fotos de artistas e espetáculos podem ser vistas por quem visita o museu de segunda à sexta, exceto feriados, das 10h às 17h. A partir de hoje, o museu volta a funcionar normalmente. Na sexta-feira, não houve expediente.

Na parte dedicada aos livros raros encontram-se alguns dos séculos 18 e a coleção de programas do Teatro Municipal. Entre os manuscritos estão as partituras da ópera *Júpiter*, de Francisco Braga. As roupas mais preciosas são as usadas pelos atores Dalcina de Moraes e Odilon Azevedo em *O imperador quântico*, de Raimundo Magalhães Júnior. A peça está na lista de objetos roubados na quinta-feira.



Milton Teixeira diz que Museu Villa-Lobos não tem segurança e que corre o risco de ser assaltado

JORNAL DO BRASIL – 05 DE JUNHO DE 2007

JORNAL DO BRASIL

Cidade | A9

SEGUNDA EDIÇÃO • TERÇA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 2007

**VIOLÊNCIA** ■ Bandidos com fuzis fugiram na sexta-feira pelo Teatro Villa Lobos  
**Moradores assistem a cenas de guerra na Princesa Isabel**

**PARATY**  
**MP exige preservação de bens tombados**

Dulio Victor

Moradores e pedestres da Avenida Princesa Isabel, marco que divide os bairros de Copacabana e Leme, na Zona Sul, testemunharam uma movimentação de guerra, com pelo menos 20 traficantes armados e em fuga no horário de rush, às 18h30, no início da noite de sexta-feira. Os bandidos desceram do Morro do Chapéu Mangueira, no Leme, em um magal que dá acesso aos fundos do Teatro Villa Lobos e a uma vila de casas, no número 412 da avenida.

Os criminosos usavam fuzis e mactoches pretos – do tipo usado por motoboys – e embarcaram em uma

**Há uma semana, traficantes invadiram o Morro do Chapéu Mangueira, no Leme**

van branca em direção a Botafogo. Qualquer rota que tomassem, teriam de passar pelo Rio Sul.  
 No Teatro Villa Lobos, faltavam menos de três horas para a estreia da peça *As Ervilhas*, de Molière, quando os traficantes armados levaram cerca de dois minutos para atravessar a área do estacionamento privativo do teatro, sem disparar nenhum tiro.  
 Os bandidos não quiseram causar alarde, foram bastante rápidos – contou um funcionário do teatro, que não quis se identificar. – Pedestres que viram a movimentação se esconderam na entrada do teatro.



Assustados, pedestres se refugiaram no Interior do teatro, por onde os criminosos passaram armados

“Os bandidos não quiseram causar alarde. Pedestres que viram a movimentação se esconderam na entrada do teatro

X., funcionário do Teatro Villa-Lobos

“Eles chegaram à vila com muita facilidade. Tenho medo que usem a mesma rota de novo, pois agora sabem como abrir o portão

C., moradora do Leme

Na vila de casas ao lado, uma moradora de 58 anos contou que foi rendida por dois bandidos com um fuzil e foi obrigada a abrir o portão.  
 Eles chegaram à vila com muita facilidade e entraram na van que parecia estar sem bancos, para ca-ber mais gente. Tenho medo que

usem a mesma rota de novo, pois agora sabem como abrir o portão.  
 Há uma semana, traficantes dos morros do Vidigal e Rocinha também foram transportados em uma van para tomarem os pontos de venda de drogas do Morro do Chapéu Mangueira, no Leme.

Na noite de domingo, mais tiros disparados do alto da favela foram ouvidos, assim como na sexta-feira, no mesmo momento que ocorria a fuga de traficantes. Procurado pelo JB, o assessor de imprensa da PM não foi encontrado para comentar sobre o caso.

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com pedido de liminar contra a prefeitura de Paraty, ontem, para proibir a violação das normas federais determinadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na aprovação de projetos de obras e edificações. As formas mais graves de desrespeito às normas do Iphan são relativas à altura dos prédios e à construção em locais proibidos.

A ação, movida pelo procurador do MPF André de Vasconcelos Dias, propõe multa diária de R\$ 50 mil em caso de descumprimento da ordem judicial. O pedido de demolição ficará para uma segunda etapa da ação, quando as irregularidades já tiverem sido todas mapeadas.

A postura da prefeitura de Paraty é excessivamente contraditória. Ao mesmo tempo em que viola as normas federais de proteção do patrimônio tombado, se vale do tombamento para atrair turistas e recursos – disse o procurador.

Superintendente do Iphan no Rio, Carlos Fernando Andrade lembrou-se de apenas um caso recente de desrespeito às normas do instituto. A obra foi embargada no mês passado a pedido do Iphan.

O prédio tinha três andares quando o máximo permitido era dois – explicou Andrade.

Para o superintendente do Iphan, um dos principais problemas relativos ao patrimônio histórico de Paraty é o seu Plano Diretor.

De acordo com as normas do Iphan, não é permitido construir além da cota 100 para evitar a invasão da montanha, mas o plano permite construções na cota 200 – explicou.

**WALMART® SUPERCENTER**

PREÇOS BAIXOS TODOS OS DIAS TODOS OS PRODUTOS TODAS AS LOJAS

<p><b>Leite Longa Vida Piracanjuba</b> • 1 litro <b>1,28</b></p>	<p><b>Batata</b> • kg <b>0,58</b></p>	<p><b>Banana-D'Água</b> • kg <b>0,58</b></p>	<p><b>Alpim</b> • kg <b>0,58</b></p>
<p><b>Feijão Preto Carreteiro</b> • 1kg <b>0,98</b> era: 1,52</p>	<p><b>Cenoura</b> • kg <b>0,58</b></p>	<p><b>Alface Lisa ou Crespa</b> • Unidade <b>0,28</b></p>	<p><b>DVD Inverte Sargento Ao Vivo no Maracanã</b> <b>39,90</b></p>
<p><b>Arroz Príncipe Parbolizado ou Branco</b> • 5kg <b>5,37</b> era: 6,98</p>	<p><b>Aparelho de Fondue Coração Effort</b> • 10 peças <b>4,99</b> ou 4-10 de sem juros no Cartão Hipercard <b>8,33</b> Total de R\$ 49,99</p>	<p><b>CD Inverte Sargento Ao Vivo no Maracanã</b> <b>27,97</b></p>	<p><b>CD Zezé Di Camargo e Luciano - Raridades</b> <b>14,58</b></p>

Preços válidos nos dias 05 e 06 de junho de 2007

COBRIMOS QUALQUER OFERTA NO CAIXA

WALMART SUPERCENTER

Loja Lata Amarela - Rua Pederzoli, 200 - Bairro 01 - São Caetano - Fone: 011-210-0700  
 Loja Lata Verde - Rua dos Anjos, 1000 - Bairro do Centro - Fone: 011-210-0700

# Cidade

88 SEGUNDA-FEIRA  
18 DE JUNHO DE 2007  
JORNAL DO BRASIL  
cidade@jb.com.br

**Opinião do leitor ■ VIOLÊNCIA**

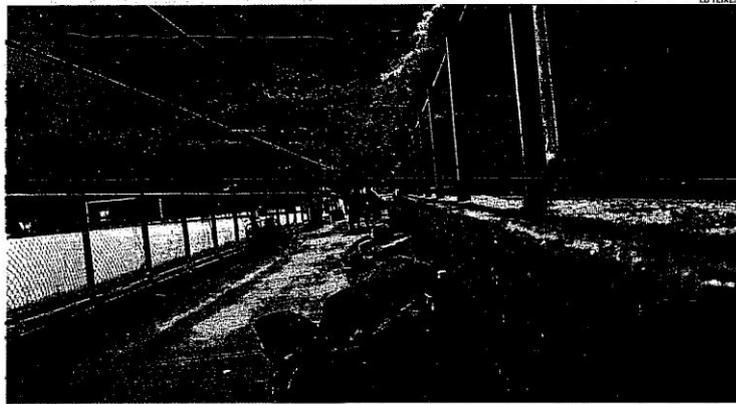
**A** segurança dos Jogos Pan-Americanos depende da presença das Forças Armadas. Profissional do combate e com êxito no Haiti, o soldado brasileiro sempre impôs respeito. Cabe ao governador discutir o assunto com seriedade. Não podemos, diante do mundo, sermos comparados aos dispendiosos e frácos na área moral e de falta de policiamento.

Jorge Cortês Sador Filho, Rio

**A** estudante de enfermagem Vanessa Delgado Martins, de 20 anos, baleada na cabeça na Rua do Catete, é mais uma vítima da banditagem no Rio de Janeiro. Com apenas 20 anos, cheia de sonhos, foi ceifada pela estupidéz de um bandido, provavelmente, drogado, ex-presidiário, em liberdade condicional. Enfim, mais um marginal que anda a solta por aí.

Pascoal Gomes, Rio

**ZONA SUL ■ Pesquisa revela: 58% dos moradores não freqüentam o Aterro, local das provas de vela**



População de rua dorme entre as quadras de futebol, onde é comum o uso de drogas, segundo relato dos moradores da região

**■ A novela das obras na Marina**

Tradicionalmente silencioso, o Parque do Flamengo é alvo de uma barulhenta disputa nos tribunais. As associações de moradores dos arredores do Aterro querem impedir que a região receba um centro de convenções e um complexo gastronômico. Os empreendimentos ocupariam mais de 16 mil metros quadrados e seriam construídos na Marina da Glória, privatizada pela prefeitura.

Estes projetos vão avançar sobre uma área tombada – acusa Eduardo Paparguerius, coordenador do Movimento SOS Parque do Flamengo. – Os pescadores vão ter de sair para dar lugar a restaurantes classe A.

Paparguerius acusa a prefeitura de incluir os empreendimentos no pacote das obras necessárias para os Jogos Pan-Americanos. A marina também receberia uma garagem para barcos – que, de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tiraria a vista do Pão de Açúcar de quem caminhasse pelo parque. Todas as obras estão paradas na Justiça. A briga, porém, está longe de acabar.

A precariedade do parque para receber grandes eventos é evidente – defende o arquiteto Paulo Casé, contratado para fazer o projeto de ampliação da marina. – Hoje, o local só conta com lonas, que não têm estrutura sequer para receber um aparelho de ar-condicionado.

Casé argumenta que o projeto de sua empresa não é elitista. O arquiteto lembra que, de acordo com levantamento do Ibope, 91% dos entrevistados aplaudem as obras. Mas a mesma pesquisa mostra que 75% não conheciam nenhuma das alterações previstas na marina.

O Rio perde um equipamento importante, se não reforma a marina ou constrói garagens elevadas – lamenta o secretário municipal de Turismo, Rubem Medina.

## Abandono e violência no caminho do Pan-Americano

Duilio Victor e Renato Grandelle

São 1,2 milhão de metros quadrados de verde pontados por quadras esportivas, monumentos culturais e uma marina que seria motivo de orgulho para qualquer cidade do mundo. No Rio, porém, o Aterro do Flamengo, que concentra estes atrativos, há muito não atende às expectativas de sua idealizadora, a poetisa Lota Macedo Soares. Quando teve a ideia de criar o parque, nos anos 50, tinha como principal objetivo fazer uma área de lazer pública, com projeto paisagístico de Roberto Burle Marx. Mas pesquisa realizada com 406 moradores da Zona Sul dá um retrato do abandono da região: 58% dos entrevistados não freqüentam o local.

Assaltos a pedestres, arrabamento de carros, iluminação precária e má conservação dos equipamentos são alguns dos problemas do Aterro, um dos caminhos de turistas e espectadores durante o Pan. A pesquisa, realizada pelo Ibope ano passado, foi encomendada pela própria Marina da Glória, onde ocorrerão as provas de vela.

Um dos problemas mais graves e responsáveis pela sensação de insegurança no parque é a falta de iluminação. No estacionamento rotativo ao lado da casa de shows Vivo Rio, é comum o arrabamento de carros de madrugada. Nas quadras poliesportivas, a grama sintética está com falhas e a escuridão é usada como ca-

**Placas de sinalização pichadas e falta de iluminação são problemas comuns no parque**

mullagem para usuários de drogas. – De vez em quando, alguém se machuca nos buracos – conta o vigilante Jovêncio Barbosa, 25 anos, na quadra de grama sintética, na altura do Hotel Mundo Novo. – Só venho aqui porque é o único conjunto de quadras públicas, mesmo para quem mora na Zona Norte, como eu. O potencial turístico do parque também está apagado. A prefeitura

reconhece que ainda não investiu como deveria. Os moradores pedem eventos, mas nada que os faça lembrar dos shows em Copacabana. Uma das atrações do parque, o Museu Carmem Miranda, apesar de bem equipado, tem poucos freqüentadores. O músico Carlos Bernardo de Carvalho, 35 anos, levou, sábado, as duas filhas para visitar o museu e se surpreendeu ao assistir a lista de presença. – Só três pessoas estiveram no museu ontem. A exposição é boa, deveria ter mais divulgação.

Os monumentos erguidos no local amargaram o esquecimento. Na Praça Chuahémoc, a estátua que dá nome ao local está pichada e com as inscrições em bronze roubadas. Já o memorial erguido em homenagem aos pracinhas que lutaram na Segunda Guerra Mundial é um dos mais ignorados, segundo a pesquisa. Apenas 37% dos entrevistados o conhecem.

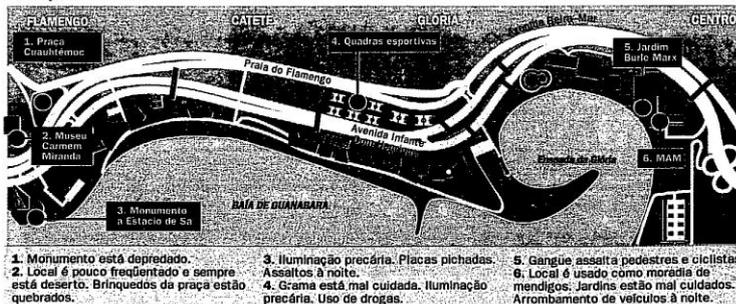
– Precisamos fazer parcerias com a iniciativa privada para reativar os museus – admite o secretário municipal de Turismo, Ru-

ben Medina. – Vamos estudar quais atrações podem ser criadas para transformar o parque em um pólo turístico. Um dos projetos é criar exposições permanentes e com música ao vivo nos platôs da escadaria da Igreja da Glória.

Subprefeito da região da Zona Sul que compreende o Parque do Flamengo, Marcelo Maywald reconhece os problemas do Aterro e, em contrapartida, anuncia investimentos. Cerca de R\$ 1 milhão será gasto, em 90 dias, para reforma das quadras. A escuridão, segundo o subprefeito, causada pelos furtos de cabos, vai diminuir com a reforma dos postes, já em curso. A Guarda Municipal esclarece, em relação à segurança do parque, que mantém 20 agentes distribuídos em três turnos circulando pelo local. Segundo a Guarda, a instituição funciona como força de apoio ao trabalho da PM, que trabalha em parceria no patrulhamento do Aterro.

■ Leia no JB Online e opine em [www.jb.com.br/24horas](http://www.jb.com.br/24horas)

**O mapa do descaso**



1. Monumento está depredado.  
2. Local é pouco frequentado e sempre está deserto. Brinquedos da praça estão quebrados.  
3. Iluminação precária. Placas pichadas. Assaltos à noite.  
4. Grama está mal cuidada. Iluminação precária. Uso de drogas.  
5. Gangue assalta pedestres e ciclistas.  
6. Local é pouco frequentado e sempre está deserto. Brinquedos da praça estão quebrados. Arrombamento de veículos à noite.

**Os dados do Ibope**

**Freqüência com que vai ao Aterro:**

- 7%: 5 a 7 vezes por semana
- 9%: 1 a 4 vezes por semana
- 20%: 1 a 3 vezes por mês
- 20%: menos de uma vez por mês
- 30%: conhece, mas vai raramente
- 8%: nunca foi ao Aterro
- 4%: não sabe, não opina

**Espaços mais conhecidos:**

- 71%: Praia do Flamengo
- 66%: Marina da Glória
- 64%: Pistas de corrida e ciclovia

**Espaços menos conhecidos:**

- 37%: Monumento aos Mortos
- 24%: Cidade das Oriandas
- 23%: Pralinha (perto da Marina)

## ANEXO XVII

JORNAL DO BRASIL – 13 DE SETEMBRO DE 2007

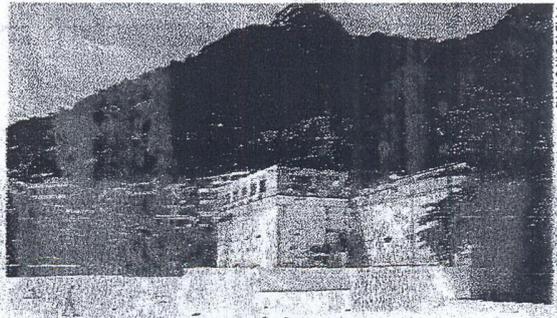
### CLIPPING

IPHAN - 6ª Superintendência Regional

Assunto: *Cassino da Urca -* Veículo: JORNAL DO BRASIL  
*IPHAN faz visita para investigar obra.*

Editoria/Coluna: *Cidade* Pág.: *A16* Data: *13/09/07*

#### PAISAGEM ■ Projeto europeu não poderá modificar tamanho do prédio



Paisagem do local é tombada pelo Patrimônio Histórico

### Iphan faz blitz no Cassino da Urca para flagrar obra irregular

Técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) fizeram ontem uma operação no Cassino da Urca para investigar denúncia de que o Instituto Europeu de Design (IED) estaria executando o projeto irregular de reforma no prédio. As obras estariam sendo realizadas à noite. Os técnicos não encontraram nenhum movimento que confirmasse a reclamação. Segundo Carlos Fernando Andrade, superintendente do Iphan no Rio, a obra estava aparentemente parada. Não havia placa nem responsáveis, que pudessem ser notificados.

Na semana passada, o Iphan rejeitou o projeto apresentado pela prefeitura do Rio, para adaptar o prédio do antigo Cassino da Urca, para abrigar o IED. Segundo o Iphan, o projeto previa a expansão da área construída, o que é proibido. Carlos Fernando explicou que a

ampliação do imóvel poderia interferir na paisagem do local, que é tombada pelo instituto.

— O critério de ocupação da área foi regulamentado em 1974 — justificou o superintendente.

Carlos Fernando, entretanto não descartou a aprovação de um novo projeto, que não aumente o prédio.

O IED esclareceu que está disposto a adaptar o projeto, que vai abrigar o instituto às normas do Iphan.

— Já sabíamos que havia um tombamento e estamos dispostos a obedecer às exigências do órgão — reiterou Mauro Ponzê, diretor do IED.

O prédio do Cassino da Urca pertence à prefeitura e foi cedido para o instituto por um período de 25 anos, que podem ser renováveis. Em contrapartida, o IED vai investir R\$ 17 milhões para restaurar o imóvel.

IPHAN 70 ANOS 1937-2007

Acervo: Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro

ANEXO XVIII

JORNAL DO BRASIL – 14 DE SETEMBRO DE 2007

CLIPPING

IPHAN - 6ª Superintendência Regional

Assunto: <i>Urca - concessão de prédio para JED</i>	Veículo: JORNAL DO BRASIL
Editoria/Coluna: <i>Alfredo Sirkis</i>	Pág.: <i>A14</i> Data: <i>14/09/07</i>

*Cidade*

**COMPLICOU-SE A DIVI-  
DOSA concessão do Cassino  
da Urca, que vem desagradan-  
do os moradores da Urca que  
apoiavam o projeto do Museu  
do Rio. O questionamento do  
Iphan parece superável. Já a  
provável arguição por parte do  
MP da ausência de um proces-  
so público de seleção para a  
empresa de ensino concessio-  
nária tende a enrolar mais as  
coisas e ressalta o açodamento  
e incompetência com que o  
processo foi conduzido.**



*Acervo: Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro*

## ANEXO XVIX

JORNAL DO BRASIL – 24 DE SETEMBRO DE 2007

CLIPPING 2007

IPHAN – 6ª Superintendência Regional

Assunto:	Veículo: JORNAL DO BRASIL
Editoria/Coluna: <i>CADERNO B</i>	Pág.: <i>5</i> Data: <i>24/09/07</i>

### O samba do Iphan muito doido

O MUNDO das antiguidades e dos leilões está em pânico. Uma ação do MP de Minas Gerais do ano passado, motivada pelo roubo de peças de igrejas no Estado, obrigou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a criar um cadastro de objetos de arte e antiguidades que seriam do interesse do patrimônio nacional. Ocorre que já em 1934 esse cadastro foi criado, sem jamais ter saído do papel e sem nunca ter sido estabelecida a maneira operacional de ele funcionar...

A AÇÃO do MP mineiro envolve multa diária ao presidente do Iphan, caso o cadastro não seja posto em ação, com sanções pesadas a seus dirigentes. E o que fez o Iphan? Evidente que sob pressão, ele criou esse cadastro na pena, tratando com todos os leiloeiros e comerciantes de arte e antiguidade o encargo de inventariar sobre todo seu estoque, com fotografias e descrições detalhadas. E priorizar que o próprio comerciante e/ou leiloeiro declare se considera aquela peça de interesse histórico!!! Se for, não pode ser comercializada, vai para o museu...

CRIAM-SE ASSIM dois problemas. Primeiro, a transferência a pessoa sem essa capacitação, o comerciante, da responsabilidade de identificar o que é histórico. Depois, o poder, ao mesmo comerciante, de decidir se a peça pode ou não ser repassada a terceiros. É óbvio que a tendência será dizer que a peça não é histórica. Um estímulo às negociações clandestinas...

ISSO ESTÁ gerando uma apreensão enorme. Na teoria, o comerciante adquire a peça e tem que relatar ao Iphan, que dá a autorização para ela ser livremente negociada. Mas na prática, como o Iphan ainda não está estruturado para tal, tem gente que já mandou a relação de suas peças há 60 dias e até hoje não obteve resposta. E se eles comercializarem agora uma peça que não consideram histórica e posteriormente o Iphan pensar de outra forma, eles terão cometido delito?...

O QUE PEDEM os leiloeiros e comerciantes é que eles sejam ouvidos na elaboração desse *modus operandi*, já que, por mais zeloso, o funcionário do Iphan não conhece a mecânica do funcionamento de um leilão. O leiloeiro e o comércio estão no momento na linha de tiro. Há quatro meses não podem negociar nada sem a autorização do Iphan. O comércio de arte está parado, atarantado, não sabe como proceder...

AGORA O LADO humor negro: o Iphan quer tudo explicadinho, documentado, fotografado, para controlar o roubo de peças em igrejas e museus. Porém, o mesmo Iphan, até hoje, jamais enviou aos comerciantes de peças uma única relação do que foi roubado de nossas instituições. Nenhuma lista. Nenhuma vez. O comerciante, para saber se a peça é roubada, tem que se esforçar muito...

IPHAN 70 ANOS 1937 2007

Acervo: Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro

**tem mocinho** prio ponto de vista, e copiar os

traficantes em sua forma de vingança contra culpados ou inocentes é voltar à Idade Média. Li que um deputado quer aprovar uma lei de terminando que se corte o pênis de um esturador. Mas será o pênis o culpado desse ato abominável, ou a cabeça de quem estupra? Será que estamos voltando à Lei de Talião, aprovada em 1730 antes de Cristo pelo código Hamurabi, na Babilônia, que significava: olho por olho, dente por dente? Que mandava cortar as mãos dos ladrões como se mão e pênis não fossem governados pela cabeça, mas tivessem vida própria? Se adotarmos essa lei aqui, tere-mos, pelo menos, 40 ladrões sem mãos no Governo. E “se gritar pega ladrão, não fica um, meu irmão”... Isso sem falar daqueles menininhos que roubam no supermercado para comer, que já estão presos há muito tempo cumprindo pena numa prisão junto com 600 companheiros de cela, parte de uma fábrica de fazer assassinos. Quem pode conviver com o ódio durante tanto tempo sem ser contaminado por ele?

Qual seria a solução pra este pobre país? Prisões como a Apac (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), em Governador Valadares, por exemplo, onde os prisioneiros trabalham, produzem e são tratados como seres humanos, são uma saída.

Sobre a liberação das drogas, acho que ajudaria bastante, mas, ao mesmo tempo, temo por essa juventude violenta de hoje em dia que, se joga ovo nos outros careta, drogada então vai jogar bombas e será aplaudida por todos, já que o negócio é matar nesse enorme filme de bandido brasileiro, onde não tem mocinho. Será que algum dia a gente vai poder outra vez desfrutar das maravilhas do Rio de Janeiro, ou elas serão todas virtuais como o Corcovado, o Redentor, que lindol... cantado, outrora, por Tom Jobim, que já nos anos 80 mudou a letra para: “Rua Nascimento Silva 107, eu saio correndo do pivete, tentando alcançar o elevador. Minha janela não passa de um quadrado, a gente só vê Sergio Dourado onde antes se via o Redentor...” É, minha gente, só resta uma certeza: é preciso acabar com essa tristeza, é preciso inventar de novo o amor...

## A igreja e o poeta

José Aparecido Miguel,  
jornalista

ATÉ UM DOS MAIS influentes poetas da literatura brasileira, Carlos Drummond de Andrade, que morreu no Rio de Janeiro, em 1987, é citado no polêmico processo de tombamento da Igreja Nossa Senhora da Vitória, em Salvador, na Bahia, que será julgado amanhã, no Rio, pelo Conselho Consultivo do Iphan (Instituto do Patrimônio Artístico Nacional). “E tudo fica um pouco. Oh abre os vidros de loção e abaia o insuportável mau cheiro da memória”, escreveu Drummond no poema *Resíduo*. O tombamento, tentado pela terceira vez desde 1950, é rejeitado pela própria Arquidiocese de Salvador, em nome da igreja construída em 1910, e pela família Wildberger, proprietária de imóvel vizinho, parcialmente demolido para dar lugar a um prédio de apartamentos, contra a vontade do Iphan.

A Arquidiocese não concorda com o tombamento por entender que “não há justificativa para tomba uma igreja que não mais guarda traço algum de sua feição original. Apenas as lápides tumulares internas merecem o tombamento, o que já ocorreu”, aponta o padre Luis Simões, pároco da Igreja da Vitória, referindo-se ao Processo de Tombamento nº 122-T/38, de 1938, no qual o Iphan tomba quatro lápides e exclui o tombamento do prédio da igreja, segundo a assessoria de imprensa que atende o empreendimento imobiliário.

O Iphan impede a continuidade das obras do Empreendimento Mansão Wildberger – como será chamado o prédio – por ele estar no entorno da igreja. Entre as razões alegadas pelo Iphan para o tombamento, segundo a assessoria, está a necessidade de impedir a verticalização da área, “o que se afigura absolutamente inaceitável por-

que, como é notório, a região do Largo e do Corredor da Vitória se caracteriza essencialmente pela verticalização”, afirma o assessor jurídico da família Wildberger, Hélio Menezes Jr.

A decisão final sobre o futuro da igreja, associado ao do Empreendimento Mansão Wildberger, dependerá do parecer do conselheiro relator do processo do Iphan, Augusto Carlos da Silva Telles, e de outros 21 integrantes do Conselho Consultivo do Instituto. O Conselho Consultivo do Iphan rejeitou os pedidos anteriores – o último, de 2003 – por considerar que a igreja não guardava suas feições originais. No primeiro deles, em 1950, o Con-

### Conselho Consultivo do Iphan decidirá, no Rio, sobre futuro de templo antigo de Salvador

selho, do qual fazia parte Carlos Drummond de Andrade, afirma que o “edifício da igreja não mais conserva traço algum de sua feição original”, segundo consta de certidão fornecida pelo próprio Iphan, extraída do seu Livro de Inscrição de Bens Tombados.

O templo chegou, inclusive, a ser demolido, quando sua fachada frontal, antes voltada para a Baía de Todos os Santos, foi alterada e agora defronta o Largo da Vitória. Novo processo foi feito em 2005, resultando em tombamento provisório da igreja – suas obras de reforma foram embargadas.

O Iphan considera que a Igreja de Nossa Senhora da Vitória é um exemplar singular do neoclassicismo. “Sua beleza e o fato de ser uma das poucas igrejas remanescentes do século 16 – há teses de que seja a mais antiga do Brasil – motivaram o pedido de tombamento feito pelo Iphan”, divulga.

## BDEBANDA

### Começa a disputa indie por um sonho

A partir desta noite, no palco da Melt, no Leblon, 30 novas bandas de rock do Rio vão disputar uma vaga no festival Mada (Música Alimento da Alma), um dos mais importantes eventos da cena independente brasileira, marcado para maio de 2008 em Natal (RN). Na primeira eliminatória do BdeBanda, evento promovido pelo **Jornal do Brasil**, apresentam-se os grupos Perla Siete, Shar, Private Dancers, Parêntese, Ronin e Móbile Drink.

Além de tocar no Mada, o vencedor do BdeBanda vai ter custeadas as despesas de gravação de um CD e um videoclipe. No final desta noite de estréia, sobe ao palco a banda Manacá, um dos destaques do festival no ano passado e com a carreira já engrenada. Liderado pela vocalista Leticia Persilles, o Manacá faz rock com ingredientes do folclore brasileiro.

Além do voto dos jurados – oito especialistas de várias áreas da música por noite – o público também terá poder de decisão, e com peso dois na balança. Pela primeira vez, neste ano, o festival será competitivo. Os ingressos custam R\$ 20 (homem) e R\$ 10 (mulher).

Markado para todas as segundas-feiras até o dia 5 de novembro, sempre às 21h30, o B de Banda mostrará seis grupos por noite. Na próxima semana, será a vez de Os Macraios, Lunar 4, DJ6, Macanja, Cápsula e Néelson e os Gonçalves.

No dia 22, entram em cena Contra-capá, Spritz, Set Setters, Flay, Bhang e Os Wanderleys.

*Acervo pessoal da autora*

## JORNAL DO BRASIL – 25 DE NOVEMBRO DE 2007

www.jb.com.br

**JB** Cidade

A24 DOMINGO  
JORNAL DO BRASIL 25 DE NOVEMBRO DE 2007  
cidade@jb.com.br

“Escolhi um sítio para edificar nele a Cidade de São Sebastião. Era de um grande mato espesso cheio de muitas árvores grossas.”

Mem de Sá, em carta explicando a fundação da cidade

MEMÓRIA ■ Novo estacionamento no Centro reaviva as histórias sobre o berço da cidade

## Um morro chamado Castelo

Rose Esquenazi

O estacionamento subterrâneo Santa Luzia na Avenida Antônio Carlos, no Centro, que será inaugurado no dia 14 de dezembro, passará pelas entranhas do Morro do Castelo. Mas havia um castelo entre as ruas São José, Santa Luzia, México e Misericórdia? O que existia era um morro, o primeiro local de ocupação do Rio, a partir de 1567, depois da transferência da pequena vila do Morro Cara de Cão, na Urca.

Quem chegava à cidade pelo mar avistava ali o forte, a igreja, o convento, a escola dos jesuítas, a cadeia pública e as casinhas que formaram a vila fundada por Mem de Sá. O conjunto dava a ideia de um castelo. “Escolhi um sítio, que parecia mais conveniente, para edificar nele a Cidade de São Sebastião. Era de um grande mato espesso cheio de muitas árvores grossas em que se levou assaz de trabalho em as cortar”, escreveu Mem de Sá.

O lugar era ideal para se fazer a defesa. De lá, podia-se avistar os navios amigos e os inimigos piratas, sem contar que os moradores ficavam a salvo das águas e dos alagadiços que traziam doenças. Ficavam longe dos índios que não gostavam dos portugueses. Com o tempo, o Morro do Castelo, que se chamou Morro do Descanso e São Januário, foi se enchendo de gente.

A partir do fim do século 16, o Rio ganhou função comercial e a Rua Direita (hoje, Primeiro de Março) começou a ser ocupada – explica o arquiteto Carlos Fernando, superintendente estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Enquanto os mais ricos se mudavam para as áreas planas, os mais pobres ficaram por ali, sem muita opção. Em 1759, os jesuítas foram expulsos e, qua-



Carros fazem da entrada da Ladeira da Misericórdia um estacionamento irregular. A esquerda, fica a Santa Casa da Misericórdia

tro anos depois, a capital se transferia de Salvador para o Rio de Janeiro.

Havia três ladeiras feitas em pedra para chegar ao Castelo, uma das quais, a da Misericórdia, continua lá no Centro até hoje, junto à parede da Santa Casa da Misericórdia. A ladeira não leva a lugar nenhum, desde que o morro foi demolido, em 1922, por ordem do presidente Epitácio Pessoa e do prefeito Carlos Sampaio. Eles queriam abrir espaço para os convidados estrangeiros que iriam construir palacetes para a Exposição Internacional do Centenário da Independência. Pelo menos, essa foi a desculpa.

– Ninguém precisa derrubar um morro por causa de uma exposição. Eles queriam mesmo era sumir com os pobres – avalia Carlos Fernando, que acha uma loucura a política atual de incentivar a presença dos carros particulares no Centro. – Em todas as grandes cidades, como Londres e Nova York, não se estimula o carro no Centro. Aqui, acontece o contrário.

O secretário municipal de Transportes, Aroldo Oliveira, acredita que, em breve, essa realmente será uma forte tendência.

– O Centro é bem servido de transporte, mas ainda existe a cultura do automóvel. São poucas as

vagas que serão abertas, apenas 250. Mesmo assim, haverá um desestímulo ao carro e um incentivo ao transporte público – esclarece.

Nas escavações feitas para abrir o estacionamento, arqueólogos encontraram fragmentos de porcelana, ossos e um muro de arrimo feito na época da reforma promovida pelo prefeito Pereira Passos, no início do século 20.

Pereira Passos construiu a Avenida Beira-Mar (que se chamava Avenida Santa Luzia) e a murada servia para conter as águas da Baía de Guanabara – ensina Carlos Fernando, que cita outros mortos des-

montados: Santo Antônio foi um deles. – O do Senado fez nascer a Avenida Mem de Sá e a Praça da Cruz Vermelha. A terra do Morro das Mangueiras criou o Passeio Público – explica.

Derrubar tomou-se uma tradição na antiga São Sebastião do Rio de Janeiro. De herança do Castelo, a Igreja N.S. de Bonsucesso herdou altares e sacrário dos jesuítas. O capitel foi parar no campus da UFRJ, na Ilha do Fundão. Já o portal está na Igreja de Santo Inácio, anexa ao colégio, na Rua São Clemente.

■ Leia no JB Online e opine em [www.jb.com.br/24horas](http://www.jb.com.br/24horas)

## Memórias

## Noronha Santos

“Ao lado da igreja levantada em 1583, ficava o edifício do mosteiro, construído em 1650. Primeira matriz da cidade, foi primeira sede da catedral do bispado”.

## Gastão Cruls

“A Misericórdia teve as honras do primeiro calçamento a pedra realizado no Rio, em 1617”.

## Revista Careta

“Somos pelo arrasamento e estamos certos de que hoje, depois daquela descoberta de bombas de dinamite no interior das escavações, o povo do Rio inteiro, todinho, está conosco, quer também vê-lo em farrapos”.

Fonte: *Era uma vez, o Morro do Castelo*



O estacionamento subterrâneo vai ocupar o interior do Castelo



A igreja e o colégio ficavam no alto, seguros dos ataques inimigos

## Imprensa foi contrária à demolição

Não adiantou nada a campanha que o *Jornal do Brasil* e outros jornais e revistas, como *A Coruja*, fizeram em 1922 contra a destruição do berço da cidade. A ideia já estava consolidada na cabeça das autoridades. Antes do arrasamento final, houve um primeiro desmonte, em 1904, promovido por Pereira Passos para a construção da Avenida Central (Rio Branco). O Morro do Castelo ia até a área onde foi erguida a Biblioteca Nacional. Ali ficava a Ladeira da Ajuda.

Dezessete anos depois, moradores do Castelo foram avisados de que deveriam deixar as suas casas. “Ir para onde?” No livro *Era uma vez o Morro do Castelo*, de José Antonio Nonato, há a informação de que o governo mandou construir barracões de madeira na Praça da Bandeira. Ninguém foi indenizado.

As mangueiras hidráulicas de Soares & Cia começaram a funcionar a todo vapor, mas não deram

conta do trabalho. A prefeitura chamou os americanos da firma de engenharia Kennedy & Co, que acabou de arasar o Castelo. Os jornalistas da época quiseram saber se nada havia sido preservado. “Não, descia tudo com a água”, disse um morador anônimo.

A terra do segundo aterro foi usada na construção da Ponta do Calabouço e do Aeroporto Santos Dumont. No espaço recém-conquistado, foram erguidos os prédios que serviram à Exposição Internacional, como a sede do governo federal, hoje Museu da Imagem do Som, e outros pavilhões, que já foram demolidos. O Petit Trianon, sede da Academia Brasileira de Letras, na época, Pavilhão da França e da Inglaterra, resistiu bravamente.

Na Ladeira da Misericórdia, que sobe para lugar nenhum, ainda existe uma placa que pouca gente lê: “Com o desmonte do Morro do Castelo, em 1922, o núcleo inicial da cidade do Rio de Janeiro foi reduzido a este pedaço com o largo e a rua do mestrião, a testemunhar a descida natural do morro para a várzea, onde seria edificada, a partir do século 16, a cidade a seus pés”.

Acervo pessoal da autora

## ANEXO XXII

JORNAL DO BRASIL – 30 DE NOVEMBRO DE 2007

### CLIPPING

IPHAN - 6ª Superintendência Regional

Assunto:

IPHAN aniversário

Veículo: JORNAL DO BRASIL

Editoria/Coluna:

Pág.:

Data: 30/11/07

### *Iphan faz 70 anos hoje*

Luta contra roubo de bens é maior desafio

• Primeiro órgão de proteção do patrimônio cultural da América Latina, criado em 30 de novembro de 1937, no governo do presidente Getúlio Vargas, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) completa hoje 70 anos, com grandes desafios pela frente. O maior é lutar contra o roubo de bens culturais. Em outubro, o órgão lançou uma campanha pela recuperação de 918 itens tombados. Desse total, 553 desapareceram no Rio.

O estado de conservação de alguns imóveis e monumentos também é uma grande preocupação. Hoje, os Arcos da Lapa, por exemplo, necessitam de recuperação. Segundo o superintendente regional do Iphan, Carlos Fernando de Andrade, existe um projeto de restauração.

— Posso dizer que já recebemos uma sinalização positiva de uma empresa de telefonia, que pretende investir na obra através da Lei Rouanet — diz Carlos.

Para o presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, a aprovação do Rio como Patrimônio da Humanidade pela Unesco, na categoria paisagem cultural, é uma das metas da instituição para a cidade, assim como a revitalização do Centro carioca.

Ao longo dos anos, o Iphan tombou mais de 21 mil edifícios, 83 centros e conjuntos urbanos e cadastrou mais de 12 mil sítios arqueológicos. A instituição protege mais de um milhão de objetos, os chamados bens móveis.



Acervo: Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro

## ANEXO XXIII

JORNAL DO BRASIL – 11 DE DEZEMBRO DE 2007

CLIPPING 2007

IPHAN - 6ª Superintendência Regional

Assunto: REFORMAS NO CRISTO REDENTOR	Veículo: JORNAL DO BRASIL
Editoria/Coluna: CIDADE	Pág.: A14 Data: 11/12/07

# R\$ 1,7 milhão aos pés do Cristo

Em janeiro, Estado e União bancam obras nas rachaduras e infiltrações do pedestal

**Renato Grandelle**

Foi um ano agitado para o Cristo Redentor. Depois de ser eleito uma das sete novas maravilhas do mundo e ter o acesso cobrado pelo Ibama, o monumento vai passar por uma reforma para conter rachaduras no pedestal e vazamentos. As obras, bancadas em convênio pela Secretaria Estadual de Turismo e pelo Ministério do Turismo, começam no mês que vem e vão consumir R\$ 1,7 milhão. O protocolo foi assinado ontem pelo secretário Eduardo Paes e pelo cardeal-arcebispo dom Eusébio Sheid.

O patamar da estátua, que nunca passou por intervenções, receberá atenção especial. De acordo com dom Eusébio, chegaram reclamações à arquidiocese de turistas que se machucaram por causa do piso irregular. Outro problema veio com as lavagens realizadas no monumento, que aumentaram as infiltrações em sua estrutura.

— Seria uma pena se esses vazamentos prejudicassem a capela do santuário—alerta o cardeal.—Vamos fazer o tratamento interno da estátua e recuperar o piso de granito da torre de visitação. O Cristo Redentor é uma obra de arte. O carioca fica triste se o mau tempo o encobre por dias inteiros.

A reforma será uma das maiores feitas no Cristo Redentor nos últimos 10 anos, período em que o cartão-postal ganhou elevadores panorâmicos e status de santuário.

Não está previsto fechamento do monumento à visitação durante os quatro meses de obras.

—É um investimento no turismo religioso, mercado com que devemos trabalhar mais—explica Paes. —As obras sempre trazem algum transtorno, mas vamos fazer o possível para que não atrapalhem as visitas ao santuário.

**Bate-boca**

O convênio com a União, que repassará 60% da verba do projeto, foi celebrado por Paes como uma união de diferentes esferas de governo pelo interesse da arquidiocese, proprietária do Cristo Redentor. Ao defender que a instituição religiosa tenha a “palavra final” sobre o que é feito no monumento, Paes referiu-se indiretamente ao bate-boca entre o Ibama e o prefeito Cesar Maia. O órgão ambiental determinou a cobrança de ingresso até para quem vai a pé até a estátua. O alcaide, assim como a arquidiocese, posicionou-se contra o pagamento.

A secretaria ainda estuda qual será o modelo de licitação para escolher a empresa responsável pela reforma. Os pontos de intervenção foram escolhidos pela própria arquidiocese, que, antes, solicitou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) um laudo técnico sobre a estrutura do Cristo Redentor. Foram encontrados, no corpo da estátua, trincas, rachaduras e pontos de umidade.

IPHAN 70 ANOS 1937 2007

Acervo: Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro

JORNAL DO BRASIL – 27 DE DEZEMBRO DE 2007

# JORNAL DO BRASIL

jb.com.br

QUINTA-FEIRA

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2007 | Ano 117 |

Nº 263 | Desde 1891 | Segunda edição



DESLEIXO – A imagem de degradação ambiental revela o descaso com o planejamento do uso de dinheiro público, nas obras da Marina da Glória, embargadas pela Justiça

## Rio joga fora R\$ 19 milhões

### Os juros caem e o comércio sobe

Os bancos não repassaram integralmente para o consumidor os sucessivos cortes na taxa básica de juros, mas o valor médio cobrado de pessoa física atingiu em novembro 44,8% ao ano – o menor patamar desde julho de 1994. São Paulo e Brasília têm as menores taxas de juros de crediário. O Rio de Janeiro paga mais, pois a taxa aplicada con-

sidera diferentes fatores regionais, como a inadimplência, argumento contestado no mercado. A queda relativa de juros e o crédito farto são fatores que impulsionaram o comércio no período de Natal. Os shoppings brasileiros faturaram R\$ 68 bilhões, o melhor resultado registrado pelo setor nos últimos 10 anos. **Economia A17**



Valor foi negociado pela prefeitura para obra na Marina da Glória

Os restos das obras da garagem de barcos na Marina da Glória – um dos cartões-postais do Rio – simbolizam um desperdício dos quase R\$ 19 milhões, que a prefeitura do Rio trocou com a empreiteira EBTE pela ampliação da concessão da exploração da área de 10 para 30 anos. A obra, embargada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional por desrespeitar o tombamento do espelho d'água da Baía de Guanabara, ficaria pronta para o Pan, em julho. Discute-se ainda na Justiça a derrubada das estruturas, iniciadas com o aval do município. A empreiteira admite demolir, mas promete acionar a prefeitura. A área, degradada, virou pouso de assaltantes. **Cidade A10**

*Acervo pessoal da autora*

**Jerominho**  
Vereador é preso  
acusado de  
chefiar milícia  
Página A12



**Só calor**  
Cuca fresca já tem  
propaganda, mas  
não funciona  
Página A15



**Réveillon**  
Línguas negras  
ameaçam a festa  
em Copacabana  
Página A15



## LEGADO MALDITO DO PAN

# Cartão-postal arranhado e R\$ 18 milhões jogados no lixo

Esqueleto do que seria a garagem de barcos da Marina ameaça visitantes

Flávio Dilascio  
Renato Grandelle

Além de investimentos na polícia e visibilidade internacional, os Jogos Pan-Americanos deixaram um legado muito menos digno de orgulho na Marina da Glória. Foram jogados no ralo cerca de R\$ 19 milhões, investidos pela empreiteira EBTE, graças a um acordo com a prefeitura, que aumentou a concessão do espaço de dez para 30 anos em troca de não ter despesas. A quantia equivale a 45% dos recursos para o empreendimento — R\$ 42,3 milhões. A EBTE já admite a demolição da estrutura e ameaça processar a prefeitura, caso a derrota na Justiça se confirme. O dinheiro seria usado na construção de uma garagem de barcos para o Pan, que ganhou a antipatia imediata do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan) e de associações de moradores, teme-

rosas com os danos que a estrutura definitiva traria ao espelho d'água tombado. Da briga, só restaram os vergalhões, ainda expostos em um dos lados da marina, ao alcance de crianças e demais pedestres, que costumam transitar pelo local.

### Parceria contestada

A construção das estações começou em março de 2006, por iniciativa da prefeitura, em parceria com a Marina da Glória — representada pela construtora EBTE — com o orçamento girando em torno de R\$ 42 milhões. As obras foram interrompidas por ação do Iphan (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e do Ministério Público, sob a alegação de que traria danos ambientais e à observação da paisagem natural do Aterro do Flamengo. A concessionária e a prefeitura negam.

— A obra está embargada aguardando decisão judicial. O Ministério Público Federal pede que a obra não seja realizada, pois trata-se de uma área tombada — disse Cristina Caiado, advogada da Marina.

As interrupções começaram no mesmo ano e os imbróglios judiciais se arrastam até hoje, com liminares e decisões favoráveis ora a um lado ora ao outro, gerando alternância entre retomadas e paralisações.

Segundo a assessoria de comunicação da Marina, o julgamento do recurso encontra-se em primeira instância, em tramitação para a segunda e há chances de a obra ser

derrubada, dependendo da decisão da Justiça. Os prejuízos totais só serão divulgados após a decisão do processo. Até agora, as interrupções já renderam uma perda de 45% do montante investido na obra.

A Marina quer que tudo se resolva a favor da retomada da construção, alegando que a garagem incentivaria o turismo náutico, além de deixar um legado para competições esportivas.

### Garagem seria legado olímpico

De acordo com a diretoria da Marina da Glória, desde a primeira candidatura brasileira às Olimpíadas de 2004, já era prevista a construção da nova garagem de barcos na região. O empreendimento visaria atender eventos deste tipo e dotar a cidade de uma marina de nível internacional, visando o incremento do esporte, do turismo e do lazer.

## Processo ainda corre na Justiça após os vários recursos das partes envolvidas

Com a escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007, a Prefeitura não mediu esforços em projetar uma estrutura de padrões olímpicos, visando uma futura candidatura às Olimpíadas de 2016, mesmo que, para as exigências do Pan, não fosse necessária a construção da tal garagem. Só que os interesses esbarrraram nas normas do IPHAN, o qual não hesitou em entrar em conflito com a prefeitura da cidade.

De acordo com a assessoria da Marina da Glória, as obras tiveram que começar em função da proximidade com o Pan, acelerando-se assim os processos de licitação e concessão das obras.

Em junho deste ano, o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro chegou a determinar a demolição das construções e a consequente revitalização da área. Só que, em seguida, a dupla prefeitura-Marina entrou com ação para cassar a determinação da primeira instância. A definição do caso continua em andamento na Justiça. A briga promete novas emoções.



PERIGO — Além de poluir a paisagem, os vergalhões da obra inacabada ameaçam os visitantes

## Abandono gera acidentes, assaltos e medo na região

O abandono nas obras da garagem de barcos da Marina da Glória motivou diversos problemas inexistentes até então na região. Além da poluição visual, os vergalhões à mostra trazem perigos eminentes a população que transita no local.

Perigos esses existentes também no aumento dos assaltos, principalmente pelo fato de moradores de rua estarem ocupando os tapumes abandonados com a paralisação.

— O que mais nos incomoda e nos amedronta aqui são as pessoas que ficam entrando nos tapumes. Lá acontece de tudo, desde relações sexuais até moradia de crianças e adultos — comentou uma vendedora de um quiosque próximo, que pediu para não ser identificada, com medo de represálias.

Como se não bastasse, aumentaram os assaltos na região, prin-

cipalmente na ciclovia que beira a garagem das barcas. As ocorrências têm acontecido, principalmente à noite, quando as ruas ficam mais desertas.

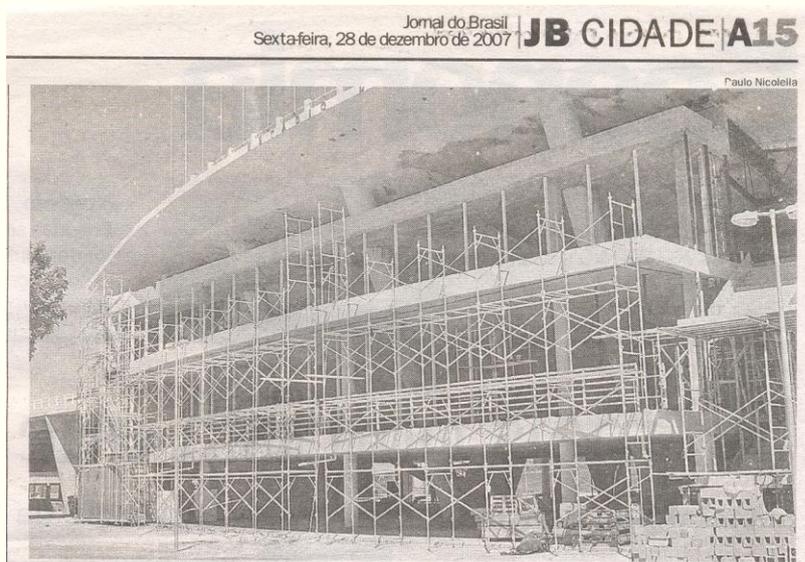
— Não passo mais aqui à noite. Semana passada, vi um menor roubando uma bolsa de uma senhora que passava no local. Isso tudo aumentou após o abandono das obras, quando vários mendigos passaram a morar aqui — afirmou o aposentado João Batista Garcia, que costuma fazer caminhadas no local.

Outro problema apontado pela comunidade são os vergalhões expostos nas balsas de cimento. Com o fácil acesso ao local, crianças costumam se machucar, brincando no esqueleto. Segundo moradores de verua, pelo menos, haver uma fiscalização na região.

— Deveriam ao menos contratar um vigia — disse o aposentado.

### MEMÓRIA JB | VAIVÉM

As obras começaram em 2006 por iniciativa da Prefeitura do Rio e da Marina da Glória e a expectativa era de que fossem concluídas até os Jogos Pan-Americanos, em junho deste ano. Mal sabia estes o que estaria por vir. O primeiro imbróglio surgiu ainda em 2006, quando o IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), junto com o Ministério Público Federal, entrou com ação exigindo o fim das obras e a demolição do esqueleto, sob a alegação de que traria danos ambientais e à paisagem. Em 16 de março, porém, as obras foram retomadas graças a uma liminar, cassada poucos dias depois. No dia 13 abril, nova liminar e a consequente retomada das obras, que logo depois foram definitivamente paralisadas.



**MAIS VALIA** – O estádio, que ainda está em obras, terá 14 lojas e seis salas de cinema e deve complicar o trânsito

HERANÇA MALDITA

## Na Lagoa, mais um patinho feio do Pan

Estádio de Remo vira complexo e preocupa vizinhança

DA REDAÇÃO

No pacote do legado de polémicas deixado pelas instalações que serviram aos Jogos Pan-Americanos, há seis meses, a que envolve o Estádio de Remo, na Lagoa, persiste firme como as ruínas da garagem de barcos da Marina da Glória. Na Lagoa, depois de enfrentar 12 anos de frustrações e batalhas judiciais, a construção em andamento de 14 lojas, dois restaurantes e seis cinemas ao lado do estádio enfrenta resistência de moradores que temem um colapso no trânsito da região.

Ontem, sobre a Marina da Glória, o **Jornal do Brasil** mostrou que cerca de R\$ 19 milhões foram para o ralo depois de sucessivos embargos à obra do estacionamento de barcos da marina, que sediou as competições de vela do Pan.

Já na sede das provas de remo, em março, ainda antes dos Jogos, a Glen Entertainment – empresa responsável pela obra e administração do estádio – teve de adaptar o projeto de reforma do estádio para preservar as características tombadas pelo Instituto Histórico e Artístico e Nacional (Iphan). O governo do Estado, por meio da Empresa de Obras Públicas do Estado (Emop),

foi o responsável por entregar o estádio em condições para o Pan, além da realização da dragagem da raia de remo, numa extensão de dois quilômetros, por 110 metros de largura e três metros de profundidade.

Em agosto, depois dos Pan, com a licença da Secretaria Municipal de Urbanismo conquistada, os tapumes voltaram, desta vez para erguer o complexo comercial ao lado do estádio. O negócio tem oposição inclusive da Federação de Remo do Estado do Rio

**Para associação, o tombamento já é um instrumento jurídico que está desmoralizado**

**Moradores apontam contradição**

– O tombamento se tornou um instrumento jurídico desmoralizado – reclamou o presidente da Associação de Proprietários de pequenos Prédios do Leblon, Augusto Cesar Boisson. – O choque no trânsito causado por mais um estacionamento e um complexo de

cinemas afetará inclusive o tráfego para o Hospital Miguel Couto, um dos principais da cidade.

Bairro vizinho do estádio, o Leblon foi um dos perímetros urbanos que fizeram parte das Apacs – Área de Proteção do Ambiente Cultural – nesta década, que levou ao tombamento de dezenas de prédios residenciais. A autorização para um empreendimento com estacionamento e seis salas de cinema às margens da Lagoa é visto como atitude de dois pesos e duas medidas da prefeitura.

– Fechar parte do acesso ao espelho d'água da Lagoa Rodrigo de Freitas é um crime ambiental que em nenhuma outra cidade do mundo que tivesse uma lagoa como a nossa permitiria – declarou a presidente da Associação Comercial do Leblon, Evelyn Rosenweig. – A autorização de uma obra como essa vai contra os princípios que justificaram a Apac, que é o de preservar as características do bairro.

No local da obra, funcionários pediram que o **JB** entrasse em contato com a representante da Glen Entertainment, Esther Lima, para responder à reportagem, mas a assessora não foi encontrada.

*Acervo pessoal da autora*

## ANEXO XXVI

### AUTORIZAÇÃO DE USO DAS IMAGENS DO JORNAL DO BRASIL



<b>Nome:</b>	MARIA ROSA DOS SANTOS CORREIA	<b>CPF:</b>	82387532791
<b>E-mail:</b>	MRSCGOD@HOTMAIL.COM	<b>Telefone:</b>	21 25704995 e 81051944
<b>Instituição:</b>	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	<b>Graduação:</b>	PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO
<b>Curso:</b>	MESTRADO EM MEMÓRIA SOCIAL	<b>Matrícula:</b>	0802P4M14
<b>Disciplina:</b>	ELABORAÇÃO DE DISSERTAÇÃO	<b>Orientador:</b>	Evelyn Goyannes Dill Orrico
<b>Projeto:</b>	MÍDIA E DISCURSO: A MEMÓRIA DA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO BRASILEIRO		
<b>Sinopse:</b>	<p>O presente trabalho procura compreender como o discurso sobre a instituição federal de preservação do patrimônio cultural brasileiro, IPHAN, foi construído pela mídia escrita em dois importantes momentos: 1936 e 1937, período de sua institucionalização, e 2007, quando completou 70 anos. Para tanto, serão identificadas as características discursivas que se destacam nas matérias produzidas pela mídia escrita nestes dois momentos, tendo por base os estudos da Análise do Discurso (corrente francesa). Para a Análise do Discurso, Francesa a linguagem se materializa no discurso e o discurso é a materialidade</p>		

Prezados senhores:

A **Brasil Mídia Digital Ltda** é a instituição responsável pela comercialização do conteúdo editorial do Centro de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil, doravante designado **CPDoc JB**. Nestes termos, autorizamos a reprodução em mídia digital das matérias publicadas no **JORNAL DO BRASIL**, conforme segue a solicitação do pesquisador, acima registrado:

Data:	Páginas:
1/4/1936	capa (01/04/1936 - capa)
15/7/1936	8 (15/07/1936 - página 8)
9/3/1937	6 (09/03/1937 - página 6)
10/4/1937	5 (10/04/1937 - página 5)
2/12/1937	7 (02/12/1937 - página 7)
26/1/2007	capa (26/01/2007 - capa)
24/4/2007	A10 (24/04/07 - página A10)
5/6/2007	A9 (05/06/07 - página A9)
18/6/2007	A8 (18/06/07 - página A8)
13/9/2007	A16 (13/09/2007 - página A16)
14/9/2007	A14 (14/09/2007 - página A14)
24/9/2007	B5 (24/09/2007 - página B5)
8/10/2007	B3 (08/10/2007 - página B3)
25/11/2007	A24 (25/11/2007 - página A24)
30/11/2007	s/d (30/11/2007 - página sem definição)
11/12/2007	A14 (11/12/2007 - página A14)
27/12/2007	capa e A10 (27/12/2007 - capa e página A10)
28/12/2007	A15 (28/12/2007 - página A15)

Estas reproduções serão somente utilizadas como fontes de referência e ilustração no projeto acima especificado, e não podem ser reproduzidas em quaisquer outros meios, sem prévia autorização, ficando o seu responsável sujeito às penalidades previstas em lei.

Rio de Janeiro,

5-abr-10

  
 Eliane Lóss  
 CPDoc JB